



ARMY
UNIVERSITY
PRESS

Military Review

REVISTA PROFISSIONAL DO EXÉRCITO DOS EUA

Terceiro Trimestre 2021 Tomo 76 Número 3
Professional Bulletin 100-21-7/8/9

Comandante, Centro de Armas Combinadas:
GENERAL DE DIVISÃO THEODORE D. MARTIN

Reitor, Army University, CGSC:
GENERAL DE BRIGADA DONN HILL

Diretor e Editor-Chefe da *Military Review*:
CORONEL JACOB BROWN

Editor-Chefe das Edições em Inglês:
WILLIAM M. DARLEY

Editor-Chefe das Edições em Línguas Estrangeiras:
MIGUEL SEVERO

Gerente de Produção:
TENENTE-CORONEL DAVID ROUSSEAU

Assistente Editorial:
CHRISTINE GARDNER

Edições Ibero-Americanas
Diagramador/Webmaster:
MICHAEL SERRAVO

Edição Brasileira
Tradutora/Editora:
FLAVIA DA ROCHA SPIEGEL LINCK
Tradutora/Editora:
MELISSA SABELLA HARKIN

Edição Hispano-Americana
Tradutor/Editor:
RONALD WILLIFORD
Tradutor/Editor:
EMILIO MENESES

Assessor das Edições Ibero-Americanas
Oficial de Ligação do Exército Brasileiro junto ao CAC/EUA e Assessor da Edição Brasileira:
CORONEL RICARDO YOSHIYUKI OMAKI

Military Review – Publicada pelo CAC/EUA, Fort Leavenworth, Kansas, trimestralmente em português e espanhol e bimestralmente em inglês. Porte pago em Leavenworth, Kansas, 66048-9998, e em outras agências do correio.

Os fundos para publicação foram autorizados pelo Departamento do Exército em 12 de janeiro de 1983.

A correspondência deverá ser endereçada à *Military Review*, CAC, Fort Leavenworth, Kansas, 66027-1293, EUA. Telefone (913) 684-9338, ou FAX (913) 684-9328.

E-mail: usarmyleavenworth.tradoc.mbx.armyu-aup-military-review-latam@mail.mil. A *Military Review* também pode ser lida no site: <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/Edicao-Brasileira/>.

Todos os artigos desta revista constam do índice do Public Affairs Information Service Inc., 11 West 40th Street, New York, NY, 10018-2693.

As opiniões aqui expressas são dos respectivos autores e não refletem a posição oficial do Departamento de Defesa dos EUA ou seus componentes, a menos que especificado em contrário. A *Military Review* se reserva o direito de editar todo e qualquer material devido a limitações de espaço.

Military Review Edição Brasileira (US ISSN 1067-0653) (UPS 009-356) is published quarterly by the U.S. Army, Combined Arms Center (CAC), Ft. Leavenworth, KS 66027-1293.

Periodical paid at Leavenworth, KS 66048, and additional mailing offices. POSTMASTER: Send address corrections to *Military Review*, 290 Stimson Ave., Fort Leavenworth, KS 66027-2348.

By Order of the Secretary of the Army:

JAMES C. MCCONVILLE
General, United States Army
Chief of Staff

Official:


KATHLEEN S. MILLER
Administrative Assistant
to the Secretary of the Army
2114003

Índice

- 2 Operações em Múltiplos Domínios nos Escalões Divisão e Inferiores**
Maj Jesse L. Skates, Exército dos EUA
O autor ilustra como o conceito de múltiplos domínios afeta os escalões divisão e inferiores e analisa suas implicações táticas.
- 12 Normas Técnicas para a Análise de Informações**
Uma oportunidade de proporcionar aos comandantes no Exército uma vantagem no processo decisório
Ten Cel Robert W. Schmor, Exército dos EUA
Maj James S. Kwoun, Exército dos EUA
O Exército dos EUA carece de normas profissionais para garantir o rigor analítico em todo o processo de inteligência. As nove normas analíticas usadas pela comunidade de inteligência poderiam ser adotadas pelo Corpo de Inteligência Militar do Exército para sanar essa deficiência e profissionalizar ainda mais a análise de todas as fontes da Força.
- 26 O Sistema Red Ball Express**
Lições do passado para guerras futuras
Christopher Carey, Ph.D.
O teatro de operações europeu durante a Segunda Guerra Mundial fornece um exemplo histórico pertinente para as forças de sustentação se prepararem para operações de combate em larga escala. Um historiador militar recomenda que o Exército examine as valiosas lições de sustentação do Red Ball Express.
- 41 A 18ª Lacuna**
Como preservar o espaço de manobra legal do comandante no “Próximo Campo de Batalha”
Gen Div Charles Pede, Exército dos EUA
Cel Peter Hayden, Exército dos EUA
O Advogado-Geral do Exército dos EUA explica a lacuna entre as ações e obrigações do Exército segundo o Direito da Guerra e as percepções equivocadas quanto a este entre defensores humanitários. Adverte que os militares devem conhecer os fundamentos do Direito da Guerra para engajar alvos licitamente sem hesitar em um ambiente de combate em larga escala.
- 58 Pensar Além do Deserto**
Como ter sucesso com a assistência às forças de segurança fora do Oriente Médio
Ten Cel Jahara Matisek, Ph.D., Força Aérea dos EUA
Maj Austin G. Commons, Exército dos EUA
Os assessores que conduzem missões de assistência às forças de segurança precisarão ser criteriosos sobre quais lições tirar dos anos de experiência no Iraque e no Afeganistão. As Forças Armadas dos EUA precisam avaliar de perto a cultura de assessoramento desenvolvida nesses dois conflitos e estar preparadas para evoluir e se adaptar a novos desafios em outras regiões.
- 69 Utilização da Dissimulação Militar em Múltiplos Domínios para Expor o Inimigo em 2035**
Ten Cel Stephan Pikner, Ph.D., Exército dos EUA
Ao ameaçar o acesso dos EUA a um teatro de operações e negar as áreas de reunião necessárias para a concentração, seus adversários podem minar o modo de guerra expedicionário, preferido pelo país. Entretanto, as futuras forças terrestres estadunidenses podem induzir um oponente a desmascarar os sensores e meios de ataque de longo alcance centrais ao seu sistema de antiacesso/negação de área mediante o uso da dissimulação militar em múltiplos domínios. O artigo concorreu na edição de 2020 do concurso General William E. DePuy Special Topics, da Military Review.
- 78 O Exército na Região do Indo-Pacífico Relevante, mas não um “cordel de tropeço”**
Maj John Q. Bolton, Exército dos EUA
O autor acredita que posicionar forças estadunidenses em Taiwan aumentaria tensões com a China sem gerar nenhuma vantagem. Ele adverte contra sobrestimar as capacidades chinesas, mas reconhece as capacidades singulares que o poder terrestre contribui para as operações no Indo-Pacífico.

Capa: Soldados carregam caminhões com rações de combate em preparação para um comboio destinado para a linha de frente, 21 de dezembro de 1944, teatro de operações europeu. (Foto: cedida pelo Exército dos EUA)

Operações em Múltiplos Domínios nos Escalões Divisão e Inferiores

Maj Jesse L. Skates, Exército dos EUA

Quando críticos atacam o conceito de operações em múltiplos domínios, eles raramente se concentram nas ideias que ele oferece; em vez disso, questionam a maturidade ou viabilidade das soluções recomendadas. Por exemplo, uma das críticas mais comuns às operações em múltiplos domínios é que o conceito se aplica, supostamente, aos escalões acima de divisão e, portanto, não descreve o emprego da maior parte da força que serve nos escalões divisão e inferiores. Considerando que ele é o conceito operativo para todo o Exército dos Estados Unidos da América (EUA), essa é uma acusação realmente grave. Além disso, não é verdade: o conceito de operações em múltiplos domínios se aplica a todos os escalões.

Assalto divisionário e transposição de obstáculos

O conceito de operações em múltiplos domínios define soluções que capacitam o Exército a atuar nos escalões corpo de exército e superiores. Para os escalões divisão e inferiores, o conceito parece ser um enunciado de problema. Esse não é, necessariamente, um fenômeno novo. Sucessivas gerações de combatentes enfrentaram desafios práticos, que os conceitos não explicam em detalhe, e para os quais seus antecessores poderiam fornecer conselhos úteis, mas insuficientes. A única maneira de entender esses dilemas é desenvolver novas abordagens operacionais que possibilitem

a integração eficaz de ideias não comprovadas, em condições ambientais emergentes. O Futures and Concepts Center (Centro de Futuros e Conceitos) tem feito justamente isso, utilizando eventos como o exercício conjunto *Joint Warfighter Assessment* e outros ambientes experimentais. Ao longo deles, os formuladores do conceito identificaram algumas implicações táticas iniciais, que podem ser explicadas com uma descrição das condições especiais enfrentadas pelas divisões nas operações em múltiplos domínios.

Antes de apresentar uma descrição de uma divisão durante operações em múltiplos domínios, cabe examinar a doutrina atual para possibilitar uma comparação entre abordagens contemporâneas e futuras em relação ao conflito. Na doutrina atual e nos adestramentos no nível de divisão denominados Exercícios *Warfighter*, uma divisão geralmente tem tempo para se deslocar e se concentrar em posições de ataque em preparação para operações de combate em larga escala. Com as capacidades críticas pré-posicionadas, a situação passa para

Próxima página: Um helicóptero UH-60 Black Hawk do Exército dos EUA sobrevoa a baía de Yamaguchi, no Japão, em 9 de setembro de 2019, durante o Exercício *Orient Shield* 2019. Um dos principais adestramentos bilaterais do Exército dos EUA e da Força Terrestre de Autodefesa do Japão, o *Orient Shield* tem por objetivo aumentar a interoperabilidade testando e aprimorando conceitos de múltiplos domínios e interdomínios. (Foto: 2º Sgt Jacob Kohrs, Exército dos EUA)

o conflito. A divisão e suas formações subordinadas se desdobram de suas posições de ataque e começam a manobrar ao longo de vias de acesso designadas em uma operação simulada com duração de seis semanas.¹ A divisão combate entre uma e três divisões inimigas providas de capacidades superiores de fogos. Mais ou menos no meio do combate, a divisão se posiciona e executa uma transposição preparada de curso de água, usando uma ou mais brigadas de combate (*brigade combat teams*, BCT).² Durante a metade de um dia (cerca de 36 horas na simulação), a divisão conclui a transposição, perdendo, normalmente, um nível significativo de poder de combate e de meios de travessia, conforme a ameaça concentra suas capacidades para negar essa operação prioritária. Depois de concluir a transposição e reunir as forças, a divisão dá continuidade ao assalto, derrotando de forma decisiva ou isolando formações críticas da ameaça.³ Embora complicado e perigoso por si só, esse processo é comparativamente simples e não reproduz as operações complexas ou os requisitos inerentes a um campo de batalha de múltiplos domínios.

Nas operações em múltiplos domínios, uma divisão precisa manter a consciência situacional e a influência ao longo de, potencialmente, centenas de quilômetros em um período de 72 a 96 horas.⁴ Com pouco ou

nenhum aviso prévio, a divisão se movimenta diretamente de um porto do teatro de operações ou base de treinamento para o combate. A divisão e suas brigadas combatem ao mesmo tempo que se desdobram, enquanto um exército ou corpo de exército faz capacidades em múltiplos domínios convergirem para degradar os fogos e meios de defesa antiaérea de longo alcance da ameaça (ambos com alcance superior a 400 quilômetros). Os fogos de longo alcance estadunidenses no nível de teatro de operações influenciam diretamente as operações de manobra tática ao degradarem a capacidade da ameaça para interditar a manobra no nível de divisão. A divisão manobra rapidamente até ficar dentro de 150 quilômetros da frente, onde os fogos de médio alcance da ameaça se tornam o principal problema, quando os sistemas de longo alcance do inimigo estão suficientemente degradados.⁵ Essa manobra é significativamente mais fácil se a divisão iniciar o movimento durante as fases finais de competição.⁶

Deslocar-se até o ponto onde os fogos de médio alcance da ameaça interditem o movimento não é fácil. De acordo com as atuais velocidades de progressão que constam dos modelos para um corpo de exército ou divisão em contato, um deslocamento de cerca de 300 quilômetros (mais ou menos a extensão da



manobra desde a interdição inicial pelos fogos de longo alcance da ameaça até o início do alcance útil dos fogos de médio alcance inimigos) deve levar entre dois e três dias.⁷ Entretanto, nas operações em múltiplos domínios, a divisão tem de um a dois dias para concluir essa manobra, e a etapa seguinte requer maior velocidade em convergência e manobra.⁸

As capacidades ampliadas de separação (*stand-off*^{NT1}) do inimigo são poucas, mas extremamente letais e eficazes, exigindo menos tempo e capacidades mais sofisticadas para penetrar. Entretanto, uma quantidade maior de fogos de médio alcance requer tempo e capacidades consideráveis para atacar e degradar o suficiente para abrir janelas de oportunidade para a manobra. O corpo de exército, concentrando todas as capacidades disponíveis de múltiplos domínios, programa ataques contra os fogos de médio alcance inimigos de modo a possibilitar uma manobra divisionária contínua para a linha de frente, a fim de contestar operações de *fait accompli*^{NT2} (fato consumado ou situação irreversível) da ameaça.

Se, por exemplo, a transposição de curso de água ocorrer durante esse deslocamento de 150 quilômetros para 70 quilômetros de distância da linha de frente, a divisão terá 24 horas para avançar 80 quilômetros e conduzir a transposição. Presumindo que executar a manobra leve 12 horas, a divisão terá mais 12 horas para movimentar pelo menos duas BCT, com um mínimo de 7.000 pessoas e mil equipamentos através de um obstáculo de água. Isso equivale a menos de um minuto por veículo só para a transposição, sem levar em conta a instalação ou desmontagem do local de travessia. Esse tipo de travessia rápida seria difícil em condições ideais. No entanto, em condi-

O Maj Jesse Skates, do Exército dos EUA, é escritor de conceitos junto ao Futures and Concepts Center em Fort Eustis, Virgínia. É um dos autores do relatório *Mosul Study Group Phase II Report* e da publicação *The United States Army in Multi-Domain Operations 2028*. Concluiu o bacharelado pela Montana State University e o mestrado pela University of Texas, El Paso.

ções futuras, as unidades de manobra tática provavelmente atravessarão vários locais de travessia, que se deslocam a cada 45 minutos a uma hora, para mitigar a ameaça de ataques de precisão do inimigo.

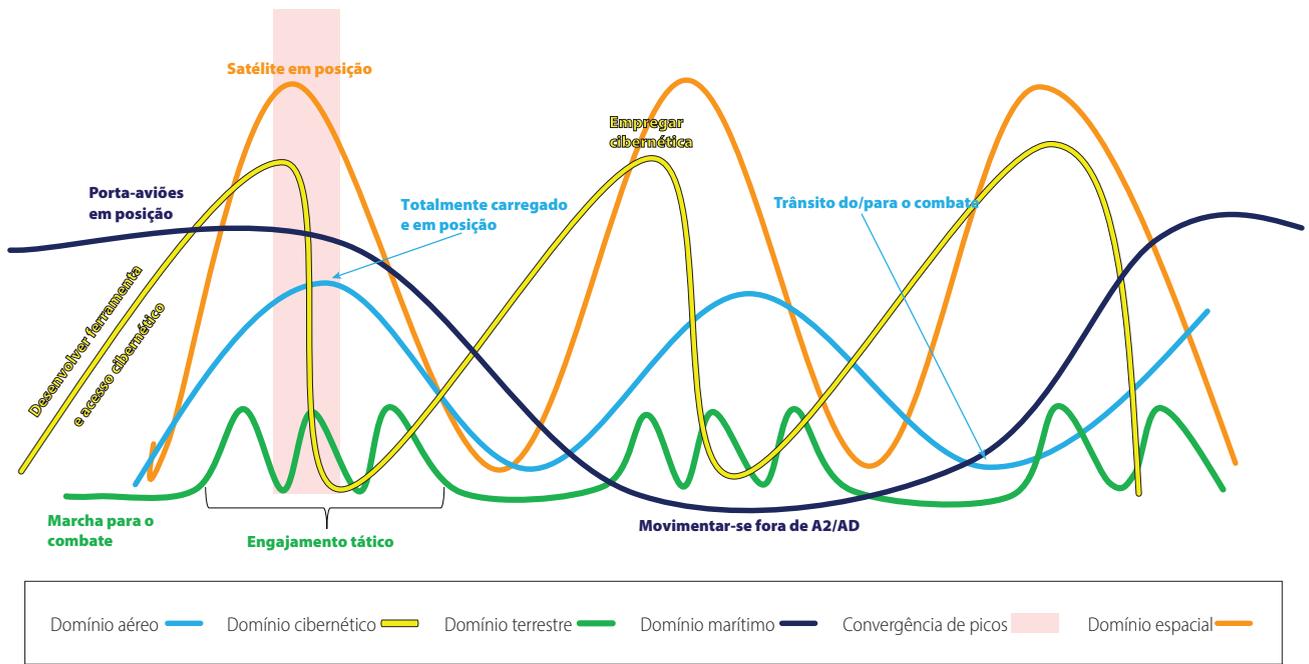
Se o corpo de exército não conseguir manter uma janela de oportunidade por 12 ou 24 horas, o comandante da divisão será forçado

a tomar uma decisão. Deverá reunir forças para uma contestada transposição preparada de curso de água, que retarda o avanço, mas permite a concentração de meios de proteção?⁹ Ou deverá dividir forças na esperança de que pequenos elementos adquiram maior velocidade e capacidade de sobrevivência?¹⁰ A segunda opção é mais rápida, mas esgota logo os meios de travessia disponíveis. Além disso, se o inimigo destruir esses meios, o corpo de exército corre o risco de atingir o ponto culminante. O risco de culminar aumenta à medida que o corpo de exército utiliza recursos significativos de múltiplos domínios para conduzir várias operações de convergência em apoio a diversos eixos de progressão. Sem a convergência de recursos de múltiplos domínios, porém, a divisão não será capaz de entregar pontes de reposição às BCT dispersas. A fim de reduzir o risco de atingir o ponto culminante, a próxima geração de viaturas de combate precisa ter capacidades avançadas de deslocamento na água, o que reduziria consideravelmente a complexidade e aumentaria a velocidade das operações de transposição.

Ao chegar ao outro lado, a divisão continuará a avançar. Agora, a 70 quilômetros da posição do inimigo, a divisão (em grande medida, por conta própria, uma vez que os meios no nível de exército e corpo de exército continuam a se concentrar nas capacidades de longo e médio alcance da ameaça) aproveita suas capacidades orgânicas para conduzir operações de convergência tática. Com visibilidade e acesso limitados a capacidades de múltiplos domínios, a divisão e suas brigadas identificam alvos para o engajamento pelo exército e corpo de exército. Simultaneamente, engajam as capacidades de curto alcance do inimigo e a parte mais densa do sistema de antiacesso/negação de área (A2/AD). Nesse ponto do combate, empregar ativamente todos os meios disponíveis torna-se essencial para o sucesso.

NT1: Veja o Panfleto 525-3-1 do Comando de Instrução e Doutrina (*Training and Doctrine Command*, TRADOC), *O Exército dos EUA nas Operações em Múltiplos Domínios 2028* (TP 525-3-1, *The U.S. Army in Multi-Domain Operations 2028*), p. vi, <https://adminpubs.tradoc.army.mil/pamphlets/TP525-3-1.pdf>. Segundo o TP 525-3-1, o termo *stand-off* refere-se "ao efeito estratégico e operacional que a Rússia, China e seus representantes estão tentando alcançar. É obtido com capacidades políticas e militares. [...] é a separação política, temporal, espacial e funcional que possibilita a liberdade de ação em qualquer, alguns ou todos os domínios, espectro eletromagnético e ambiente informacional para alcançar objetivos estratégicos e/ou operacionais antes que um adversário possa responder adequadamente".

NT2: Veja o Panfleto 525-3-8 do TRADOC, *Conceito do Exército dos EUA: Operações de Armas Combinadas em Múltiplos Domínios nos Escalões Acima de Brigada 2025-2045* (TP 525-3-8, *U.S. Army Concept: Multi-Domain Combined Arms Operations at Echelons Above Brigade 2025-2045*), p. 96, nota nº 30, <https://adminpubs.tradoc.army.mil/pamphlets/TP525-3-8.pdf>. Segundo a publicação, uma "campanha de *fait accompli* visa a alcançar objetivos militares e políticos rapidamente, apresentando um *fait accompli* — algo consumado e presumidamente irreversível — antes que uma resposta aliada possa impedi-lo".



(Figura do autor; tradução de Military Review)

Figura. Convergência de picos de disponibilidade de recursos nos domínios

Passa a ser crucial garantir que todo carro de combate, plataforma móvel protegida de fogos, canhão e sistema de lançamento múltiplo de foguetes engajem eficazmente as forças inimigas, com a maior velocidade e frequência possíveis. É nessa fase da operação que mais capacidades de múltiplos domínios entram no espaço de combate por meio de operações de convergência em todos os escalões, sobrepujando o inimigo e impedindo seu avanço. Simultaneamente, as unidades se apressam em cruzar a última linha de controle e evitar o *fait accompli*, enquanto avançam mais profundamente em direção às capacidades de guerra eletrônica inimigas e mais adiante no plano de comunicações principal, alternativo, de contingência e de emergência (*primary, alternate, contingency, and emergency, PACE*). Esse ponto também delinea o período em que desembaraçar e eliminar conflitos entre fogos torna-se vital, mas excepcionalmente difícil. Para administrar o volume de efeitos e a natureza dinâmica do ambiente, uma combinação de medidas de controle e inteligência artificial ajuda os comandantes em todos os escalões a gerir o risco, integrar fogos de múltiplos domínios e proteger as forças.

Cabe lembrar, porém, que as operações de convergência não constituem o fim, e sim os meios necessários para alcançar objetivos operacionais específicos. A convergência

possibilita a penetração e a “des-integração”^{NT3} das defesas inimigas, permitindo, assim, que as divisões e brigadas manobrem e controlem os acidentes capitais, o que impede o inimigo de alcançar seus objetivos.

Implicações táticas

Obviamente, um avanço de divisão nas operações em múltiplos domínios gera demandas singulares. A convergência, especificamente, apresenta muitos desafios nos níveis tanto operacional quanto tático, particularmente em termos de disponibilidade de recursos. Durante a experimentação em operações em múltiplos domínios, os analistas ficaram cientes da oscilação de

NT3: Veja o Panfleto 525-3-8 do TRADOC, *Conceito do Exército dos EUA: Operações de Armas Combinadas em Múltiplos Domínios nos Escalões Acima de Brigada 2025-2045* (TP 525-3-8, U.S. Army Concept: *Multi-Domain Combined Arms Operations at Echelons Above Brigade 2025-2045*), p. 16, <https://adminpubs.tradoc.army.mil/pamphlets/TP525-3-8.pdf>. O TP 525-3-8 ressalta a distinção entre os termos *disintegrate* (desintegrar) e *dis-integrate*, traduzido neste artigo por “des-integrar”, da seguinte forma:

Desintegrar (sem hífen) é um dos quatro mecanismos para derrotar (isolar, deslocar, desintegrar e destruir) utilizados por forças amigas contra uma oposição inimiga. Nesse contexto, desintegrar significa desorganizar o sistema de comando e controle (C²) do inimigo, degradando sua capacidade para conduzir operações e, ao mesmo tempo, levando a um rápido colapso das capacidades ou determinação do inimigo para combater. Des-integrar (com hífen) é utilizado no âmbito de todo o conceito de [escalões acima de brigada] em um contexto de combate sistêmico mais amplo para expressar a convergência de capacidades de múltiplos domínios contra nós e percursos específicos de um sistema ou subsistema (incluindo o C²). A degradação sequencial de partes do sistema cria uma vulnerabilidade adicional, levando, por fim, à derrota geral do sistema mais amplo.



disponibilidade de capacidades em todos os domínios.¹¹ Cada domínio tem limitações físicas, como a velocidade de órbita de um satélite; redes cibernéticas fechadas que requerem penetração física; ou tempos de reabastecimento, reparo e recarregamento para forças que operem nos domínios aéreo, marítimo e terrestre. Essas restrições físicas reduziram a disponibilidade de forças em todos os domínios. Em consequência, os comandantes podem optar por concentrar todas as forças por um curto período ou empregar uma certa parcela de suas forças por tempo indeterminado. Usando esta segunda abordagem, operações que durem mais do que apenas algumas horas geram ondas cíclicas de disponibilidade de recursos. Ao alinhar os picos das “ondas senoidais” dos múltiplos domínios com as operações táticas (veja a Figura), um comandante explora as janelas de superioridade nos domínios para obter a vantagem sobre o inimigo e atingir os objetivos da missão.

Entre esses períodos de convergência de picos, a heurística de otimização capacitou os comandantes a identificar combinações ideais de meios de múltiplos domínios a serem usadas contra os principais nós

Militares poloneses junto à 12ª Brigada Mecanizada alcançam terra em um carro de combate anfíbio durante o Exercício *Allied Spirit* na Área de Treinamento de Drawsko Pomorskie, na Polônia, 11 de junho de 2020. O *Allied Spirit* é um exercício ligado ao *Defender-Europe 20* e que inclui cerca de 6.000 militares estadunidenses e poloneses. O exercício modificado testou a capacidade de uma força de valor divisão para conduzir uma transposição preparada de curso de água, integrar-se com capacidades da aliança e estabelecer um cenário operativo comum de inteligência. (Foto: 3º Sgt Randis Monroe, Exército dos EUA)

inimigos, conforme as oportunidades se apresentassem. A característica constante da convergência é que ela tira proveito de todos os domínios; melhora as taxas de utilização de capacidades normalmente latentes; amplia a letalidade geral das forças estadunidenses; e aumenta o número de dilemas enfrentados por um inimigo.

No entanto, ainda não está claro como isso funciona e, o que é igualmente importante, quem faz esse trabalho. Isso apresenta problemas táticos significativos para o Exército. Por exemplo, como é que as divisões e brigadas entendem e observam as janelas de oportunidade proporcionadas por operações de convergência dos comandos de exército e corpo de

exército e as exploram em ambientes com comunicações degradadas? Após passar por uma janela de convergência, como uma brigada ou divisão faz suas capacidades orgânicas convergirem para penetrar e des-integrar ameaças táticas? Quiçá mais importante: se qualquer nó de comando e controle puder empregar qualquer plataforma de armas em qualquer momento para a convergência, as divisões e brigadas combaterão utilizando suas próprias capacidades?

Visualização das operações em múltiplos domínios

A identificação e a exploração de janelas de vantagem em um campo de batalha espalhado e extremamente letal de operações em múltiplos domínios requerem repensar as atuais abordagens de visualização e entendimento da situação. Atualmente, só para obter consciência situacional de todos os domínios, é preciso uma grande quantidade de servidores, instalações de processamento de informações ultrassecetas e compartimentos especiais de operações técnicas, cuja maioria está localizada em posições estáticas. Além disso, é difícil compartilhar informações com organizações subordinadas; aliados; e parceiros conjuntos, interagências, intergovernamentais e multinacionais devido às limitadas taxas de dados das atuais redes táticas, ao insuficiente acesso decorrente de requisitos de credenciamento de segurança e às limitações de compartilhamento de inteligência. De modo ideal, o acesso a dados de todos os domínios seria difundido, móvel e compartilhado com aliados e parceiros, mas, na realidade, não é.

As soluções para essas deficiências precisam ser identificadas e desenvolvidas, para explorar as janelas de oportunidade geradas pela convergência de efeitos. Além disso, toda solução deverá levar em conta as crescentes restrições relacionadas às comunicações, conforme a força integrar melhores sistemas autônomos e de automação. A computação quântica, os megadados (*big data*) baseados em nuvem e os computadores avançados de alta velocidade exigem uma infraestrutura de tamanho considerável, geralmente fixa e vulnerável. Essas novas tecnologias também poderiam limitar o emprego de forças e os comandos, caso elas exijam o acréscimo de grandes instalações e sistemas de ar-condicionado ou até mesmo resfriamento para o processamento de informações de múltiplos domínios.¹²

No entanto, as Forças Armadas dos EUA não podem trocar a mobilidade pelo processamento de dados. Isso impediria as formações táticas de explorar janelas de vantagem. Divisões, brigadas e batalhões menos móveis, apoiados pela automação avançada, mas imóvel, seriam capazes de prever vantagens efêmeras. No entanto, essas formações de manobra seriam incapazes de acelerar rapidamente em direção e através de brechas abertas nas defesas da ameaça.¹³ Além disso, proteger formações menos móveis exigiria a concentração de forças para defender infraestruturas críticas, esvaziando a capacidade do Exército para gerar múltiplos dilemas para uma ameaça. A manobra semi-independente é essencial no ambiente de operações em múltiplos domínios. A capacidade de dispersar e manobrar com base nas condições táticas imediatas aumenta a velocidade de progressão e o número de dilemas que as forças de A2/AD da ameaça comandadas centralmente têm de enfrentar. A convergência, aliada à velocidade da manobra independente, aproxima-se do impacto da *Blitzkrieg*, ataques relâmpagos que penetravam rapidamente nas defesas e sobrepujavam o inimigo em profundidade.¹⁴

Algo que complica tanto a convergência quanto a manobra é a necessidade de prever brechas de curta duração nas defesas inimigas, o que requer um entendimento completo das limitações físicas e das “ondas senoidais” dos domínios descritas anteriormente. É difícil programar o momento de avanço de um corpo de exército ou divisão que se desloca entre três e cinco quilômetros por hora contra defesas preparadas degradadas por operações de convergência. Explorar oportunidades de convergência de picos requer a integração eficaz de ataques de um jato que se desloque com a velocidade do som, armas hipersônicas e satélites que se desloquem com uma velocidade muitas vezes maior que a do som e ataques cibernéticos transmitidos ao longo de cabos de fibra óptica à velocidade da luz em operações de manobra. Embora algumas dessas capacidades estejam sempre disponíveis, outras não estão, e as forças de manobra precisam estar preparadas para explorar janelas de 90 minutos proporcionadas por uma capacidade disponível apenas por um breve período de cinco minutos. Ambientes de comunicações degradadas dificultam ainda mais esse processo ao desorganizar a coordenação quase em tempo real.

Após essa janela de 90 minutos abrir e forças amigas iniciarem as operações, diminui o acesso a informações e ao apoio de múltiplos domínios. As formações táticas

precisam operar de forma independente. Durante esses períodos, as divisões e brigadas devem tornar-se bem mais capazes de aproveitar as oportunidades, utilizando seus sistemas e formações orgânicos para identificar e explorar vantagens emergentes.

As forças de manobra nos escalões devem, primeiro, operar de acordo com o planejamento original e, em seguida, rapidamente efetuar a transição para a execução descentralizada a fim de obter e manter a iniciativa em uma campanha de operações em múltiplos domínios. Essa transição requer acesso garantido a informações essenciais nos escalões táticos ao longo das operações, porque as unidades em avanço precisam entender mudanças na missão e intenção do escalão superior, visando prioridades e planos para a fase seguinte da operação, a fim de obter e manter a iniciativa.

Existem vários métodos para fornecer informações suficientes para operar em um ambiente informacional contestado. Esses métodos podem incluir sistemas de comunicação com maior mobilidade, pacotes de dados menores e transmissão garantida por diferentes vias em sistemas de baixa largura de banda. Então, a rápida e ampla distribuição de informações poderá ocorrer em toda a força, para permitir o entendimento compartilhado e a iniciativa disciplinada.

Por outro lado, o desenvolvimento de indicadores analógicos ajudará os comandantes na identificação de janelas de vantagem sem recursos de computador. Esses indicadores incluem a integração de caças de quarta geração dos EUA ou da coalizão nos ataques ou a falta de interdição eletrônica inimiga em certos pontos da operação. Esses indicadores ajudam os comandantes a entender o ambiente operacional mesmo que estes não tenham comunicações ou consciência situacional perfeitas. No entanto, os indicadores analógicos são insuficientes para apoiar processos decisórios extremamente centralizados em operações amplamente dispersas. Assim, nas operações em múltiplos domínios, os comandantes táticos, providos de autonomia, têm de assumir mais responsabilidade na tomada de decisões e execução das operações.

Um método final de coleta de informações para as operações pode incluir a delegação de uma melhor capacidade de automação a escalões inferiores e segurança de tipo *blockchain*, que protege informações comunicadas abertamente em plataformas de comunicações inseguras, mas comuns.¹⁵ Nessa opção, as formações utilizam capacidades de inteligência artificial (IA),

que identificam e mitigam comunicações degradadas. Esses sistemas baseados em IA monitoram, então, o alinhamento das capacidades nos domínios e modificações imprevistas no planejamento. Então, a automação avançada modifica instantaneamente os planos e redistribui novas medidas de controle, incluindo limites e linhas de controle para forças em contato, com base em combinações ideais de capacidades nos domínios.¹⁶

Não existe uma única solução para operar em um ambiente informacional contestado, sendo necessária, para as operações em múltiplos domínios, uma combinação de sistemas de informação avançados, indicadores analógicos e estados-maiores com capacidade de IA. Essas soluções apenas capacitam as formações táticas a perceber e explorar janelas de oportunidade proporcionadas por escalões superiores. A próxima questão diz respeito à forma como as formações de manobra criam suas próprias oportunidades.

Penetração e des-integração táticas

Embora o *The U.S. Army in Multi-Domain Operations 2028* destaque os escalões acima de divisão em sua análise sobre operações de penetração e des-integração, elas ocorrem em todos os escalões.¹⁷ Na verdade, o General Mark Odom, da reserva remunerada, um dos autores de *The Army in Multi-Domain Operations 2028*, reconheceu a relação direta entre proximidade às forças da ameaça e densidade das defesas exigindo penetração.¹⁸ Assim, a penetração e a des-integração tornam-se mais difíceis e essenciais quanto mais próxima uma formação tática estiver do combate. A seção a seguir explica como as operações de penetração e des-integração táticas potencialmente se desenrolam.

A penetração e a des-integração acontecem de muitas maneiras. Durante a competição, os comandos do Exército pré-posicionam as tropas com base em diretrizes políticas e na percepção das intenções inimigas. Por meio do pré-posicionamento durante a competição, as formações táticas penetram na cobertura de A2/AD da ameaça antes do conflito armado.

Após a transição para um conflito armado, os comandos de exército e corpo de exército atacam e sobrepõem sistemas de alto valor e longo alcance da ameaça, possibilitando que divisões e brigadas manobrem dentro da cobertura de A2/AD da ameaça. Essa vantagem é temporária e, em uma questão de horas, a janela se fecha. As forças adversárias, utilizando,

agora, capacidades operacionais, localizam e atacam formações táticas das forças amigas com várias capacidades de drones, cibernéticas e fogos cinéticos.¹⁹ Simultaneamente, amplificam medidas de guerra eletrônica, dificultando os esforços para distribuir dados, evitar a detecção e coordenar operações subsequentes.

Dependentes, de modo geral, de capacidades orgânicas e de autoridade e meios limitados de múltiplos domínios, as unidades táticas amigas estabelecem contato com o inimigo, sondam suas defesas e identificam vulnerabilidades.²⁰ Uma vez identificadas, formações menores de combate manobram ao mesmo tempo que engajam a ameaça com fogos, combatendo plataformas de maior alcance inimigas, começando com sistemas de lançamento múltiplo de foguetes e defesas antiaéreas de médio alcance.²¹ À medida que o exército, corpo de exército e divisão abrem cada camada do sistema de A2/AD inimigo, cria-se mais espaço de manobra, oferecendo aos comandantes mais oportunidades para explorar as vulnerabilidades da ameaça. Simultaneamente, as divisões e brigadas utilizam efeitos em múltiplos domínios para obscurecer suas forças e movimentos, ao mesmo tempo que degradam os nós de comando e controle nos fogos e sistemas integrados de defesa antiaérea inimigos.²² Com cada passo, os nós críticos do inimigo são atacados e sua coesão, destruída.²³ Simultaneamente, mais componentes da força conjunta entram no combate, aumentando exponencialmente o poder ofensivo disponível e gerando múltiplos dilemas para o inimigo, fazendo a balança pender para o êxito das forças amigas.

A abordagem descrita parece semelhante às operações terrestres unificadas, por utilizar a mesma teoria operacional. No entanto, o escopo, escala e acesso necessários diferem do que as forças estadunidenses têm hoje. Por exemplo, as forças estadunidenses foram capazes de estabelecer uma enorme superioridade em todos os domínios sobre Mosul durante operações contra o Estado Islâmico (EI) em 2017.²⁴ Utilizando essas capacidades, os estados-maiores dos componentes terrestre e aéreo coordenaram ações deliberadas para explorar uma defesa relativamente estática em terreno isolado, capacitando as forças de segurança iraquianas a retomar Mosul.

O nível de constante acesso e superioridade nos domínios que as forças da coalizão obtiveram sobre o EI não existirá contra adversários com poder de combate equiparado. Enquanto várias camadas de fogos terrestres e apoio aéreo possibilitaram que três divisões das forças parceiras manobrassem contra uma brigada de combatentes do EI em Mosul, um corpo de exército de forças estadunidenses manobrará contra várias formações inimigas valor corpo de exército no futuro.²⁵ Cada formação da ameaça terá seus próprios fogos, meios de guerra eletrônica, forças de fim específico, guerrilheiros e defesas antiaéreas.²⁶

O adversário emprega esses meios quase simultaneamente a fim de gerar múltiplos dilemas para formações táticas em avanço, separando as forças terrestres do apoio aéreo aproximado e de outros capacitadores^{NT4} de combate dos quais elas se tornaram dependentes.²⁷ Para se oporem, as divisões devem maximizar o uso de outros domínios e integrar enxames de sistemas não furtivos e menos sofisticados, adaptando-se rapidamente a mudanças nas condições operacionais e efeitos meteorológicos. As brigadas devem, então, explorar as vantagens criadas pelos escalões divisão e superiores, manobrando rapidamente contra formações inimigas com menor mobilidade e proficiência tática.

Quem combate com o quê?

Talvez a questão mais desconcertante quanto às operações em múltiplos domínios seja determinar quem combate com quais capacidades? Atualmente, a BCT é a unidade de ação primária. Nas operações em múltiplos domínios, a divisão passa a ser a principal unidade de emprego tático.

À medida que a unidade de ação muda, também mudam as expectativas para os comandantes táticos. Atualmente, os comandantes táticos combatem com suas próprias capacidades, executando tarefas táticas em apoio a objetivos operacionais mais amplos. No futuro, porém, os algoritmos de otimização podem interferir nesse processo. Conforme as divisões manobram suas capacidades orgânicas para explorar oportunidades emergentes, esses meios se tornarão a melhor opção para engajar uma gama mais ampla de capacidades inimigas. Simultaneamente, um número crescente de comandos terá acesso a esses efeitos cada vez mais automatizados. Sob o paradigma de convergência de qualquer sensor, qualquer nó de comando e

NT4: Por vezes, o termo "enabler", traduzido neste artigo por "capacitador", pode ser entendido como "multiplicador do poder de combate", por vezes, como "elemento em reforço". Meios associados à Inteligência, Operações Psicológicas, Assuntos Cívicos, Operações Especiais, Guerra Eletrônica, Guerra Cibernética, dentre outros, são, frequentemente, citados como "enablers", segundo uma perspectiva mais ortodoxa das operações de combate em larga escala.

de controle e qualquer plataforma de armas, a heurística de otimização utilizará dados para identificar a melhor combinação de meios de múltiplos domínios para o emprego contra capacidades específicas da ameaça. Os sistemas automatizados poderiam, então, recomendar, ativamente, o emprego de tais meios independentemente do domínio ou perspectivas humanas.

Isso criará uma competição pelas capacidades e recursos necessários para executar e sustentar o combate. Ponderar os processos de otimização excessivamente com base em considerações operacionais ou estratégicas poderia levar divisões e brigadas a esgotar, rapidamente, seus suprimentos críticos e sua capacidade para executar operações táticas. Por outro lado, ponderar considerações táticas excessivamente poderia reduzir opções para ataques contra alvos operacionais ou estratégicos cruciais. Assim, a calibração da automação, da mesma forma que o dispositivo de forças, deve apoiar adequadamente as prioridades estratégicas e operacionais, levando em consideração, ao mesmo tempo, questões táticas de iniciativa, proteção e consumo.

Conclusão

Este artigo inicia um diálogo sobre o emprego tático das operações em múltiplos domínios, descrevendo o conceito operativo mais recente do Exército dos EUA como um enunciado de problema para as forças táticas. A descrição de um ataque de divisão ajuda a tornar explícitos três desafios para a implementação das operações em múltiplos domínios. Ao analisar esses desafios em detalhe, o autor introduz, então, possíveis soluções para cada um deles.

O primeiro desafio foi o uso de dados no ambiente de operações em múltiplos domínios. As comunicações atuais não permitem que os comandantes combinem e empreguem, rapidamente, efeitos em múltiplos domínios. Não permitem a visualização de breves períodos de oportunidade — chamados de janelas de oportunidade ou vantagem — e

prejudicam as operações de manobra e proteção. Futuras ferramentas devem fornecer análises avançadas capazes de identificar e empregar combinações ideais de capacidades nos domínios. Também devem fornecer ferramentas de visualização que permitam que os comandantes nos escalões antevejam janelas de vantagem. Além disso, a automação e comunicações futuras devem proporcionar essas capacidades sem impedir a mobilidade das unidades de manobra tática. Isso provavelmente requer uma revisão dos princípios fundamentais de nossa atual abordagem de coleta, uso e comunicação de dados.

O segundo desafio foi a penetração e des-integração táticas. Enquanto os escalões operacionais, como exércitos e corpos de exército, convergem para penetrar nos fogos e defesas antiaéreas de longo alcance de ameaças com alta capacidade, os escalões táticos penetram e des-integram uma densa rede de capacidades de menor alcance. Isso requer o emprego ativo do maior número possível de capacidades orgânicas, provavelmente exigindo melhor automação. A convergência de efeitos não é a única forma de penetrar e des-integrar. Na verdade, a manobra rápida, semi-independente e oportunista é um outro método — talvez o melhor — para derrotar unidades de A2/AD da ameaça controladas centralmente.

O último desafio tático foi a utilização do paradigma de qualquer sensor, qualquer nó de comando e controle e qualquer plataforma de armas sem prejudicar a iniciativa tática. Isso exigiu a calibração da heurística de otimização para levar em consideração requisitos tanto operacionais quanto táticos. Se devidamente gerida, a integração automatizada de forças aumentará a letalidade tanto operacional quanto tática.

Se o Exército encontrar soluções eficazes de doutrina, organização, adestramento, material, educação e liderança, pessoal, instalações e política para esses desafios, então as operações em múltiplos domínios, que são inviáveis atualmente, serão uma solução tanto viável quanto madura para o problema de *stand-off* apresentado por adversários dos EUA. ■

Referências

1. Wayne Grigsby, "Commander's Planning Guidance", Warfighter Exercise 16-4 Academics (Commander's Planning

Guidance, Fort Leavenworth, KS, 15 October 2015).
2. Ibid.

3. Ibid.
4. Desmond Bailey, "Multi-Domain Operations Frontages" (apresentação PowerPoint, Multi-Domain Operations Frontages, Fort Eustis, VA, 15 March 2020).
5. Ibid.
6. Desmond Bailey (ex-Diretor de Concepts Development Division, Maneuver Center of Excellence), mensagem de e-mail para o autor, 15 abr. 2020.
7. O Research and Analysis Center, Futures and Concepts Center e Army Futures Command estabeleceram a velocidade de progressão para a manobra com base no terreno e na capacidade inimiga. Entretanto, essa análise não é descrita na doutrina.
8. Jim Owens, *Battlefield Development Plan* (Fort Eustis, VA: U.S. Army Futures and Concepts Center, 1 March 2020).
9. Army Techniques Publication 3-90.4, *Combined Arms Mobility* (Washington, DC: U.S. Government Publishing Office [GPO], 8 March 2016), 4-1.
10. Ibid. 4-2.
11. Matthew Bandi (Chefe do Battlefield Development Plan Branch, Joint and Army Concepts Division, Directorate of Concepts, Futures and Concepts Center), mensagem de e-mail para o autor, 15 abr. 2020.
12. Peter H. Diamandis and Steven Kotler, *The Future is Faster Than You Think: How Converging Technologies Are Transforming Business, Industries, and Our Lives* (New York: Simon & Schuster, 2020), p. 27.
13. Bill Hix and Bob Simpson, "Accelerating into the Next Fight: The Imperative of the Offense on the Future Battlefield", Modern War Institute at West Point, 26 February 2020, acesso em 15 out. 2020, <https://mwi.usma.edu/accelerating-next-fight-imperative-offense-future-battlefield/>.
14. Edward N. Luttwak, *Strategy: The Logic of War and Peace* (Cambridge, MA: Belknap Press, 2003), p.123-30.
15. Bettina Warburg, *How the Blockchain will Radically Transform the Economy*, TEDSummit Conference, June 2016, acesso em 10 nov. 2020, https://www.ted.com/talks/bettina_warburg_how_the_blockchain_will_radically_transform_the_economy#t-233404.
16. Bandi, mensagem de e-mail.
17. David Farrell (analista dos conceitos Russian New Generation Warfare Study and the Multi-Domain Battle, Multi-Domain Operations e Battlefield Development Plan), mensagem de e-mail para o autor, 23 abr. 2020.
18. Mark Odom, "Multi-Domain Operations Briefing" (reunião geral, Army Futures and Concepts Center, Fort Eustis, VA, 18 October 2018).
19. Bandi, mensagem de e-mail.
20. Ibid.
21. Odom, "Multi-Domain Operations Briefing".
22. Bob Simpson (desenvolvedor de conceitos sênior no Futures and Concepts Center), entrevista com o autor, 20 set. 2017.
23. Veja uma visão geral das oito formas de contato em Army Doctrine Publication 3-90, *Offense and Defense* (Washington, DC: U.S. GPO, 31 March 2019).
24. U.S. Army Training and Doctrine Command, Mosul Study Group Phase II Report (Fort Eustis, VA: Army Capabilities Integration Center, 31 July 2018).
25. Ibid.
26. Simpson, entrevista com o autor.
27. Ibid.

Normas Técnicas para a Análise de Informações

Uma oportunidade de proporcionar aos comandantes no Exército uma vantagem no processo decisório

Ten Cel Robert W. Schmor, Exército dos EUA

Maj James S. Kwoun, Exército dos EUA

O Corpo de Inteligência Militar (IM) do Exército dos Estados Unidos da América (EUA) tem o requisito desafiador de mesclar as expectativas da Força com as da comunidade de inteligência (*intelligence community*, IC). Embora distintas, essas duas comunidades convergem naturalmente ao fornecer inteligência de defesa nos níveis conjunto e nacional. As melhores práticas de uma comunidade podem fornecer percepções que aprimoram o desempenho da outra. Nesse sentido, as nove normas técnicas para a análise de informações constantes da Diretriz da Comunidade de Inteligência 203, *Normas Analíticas* (ICD 203, *Analytic Standards*), podem ser úteis para profissionalizar ainda mais a análise de todas as fontes do Exército. O Exército carece de normas técnicas para garantir o rigor analítico em todo o processo de inteligência. Isso acaba por minar o papel dos analistas como provedores de um serviço único que os comandantes não podem obter de outro lugar. Os comandantes não têm falta de opções ao solicitar informações sobre o ambiente operacional. Os analistas militares do Exército têm uma vantagem, pois são companheiros de combate que podem se relacionar

com seus comandantes, mas isso por si só não é suficiente. A implementação da ICD 203 pelo Exército e a criação de normas técnicas integradas sobre análise de informações aumentariam ainda mais o valor do Corpo de IM para os comandantes, preenchendo uma lacuna significativa no modo como os analistas são treinados.

Longe de ser uma invenção puramente da IC, as técnicas analíticas são, instintivamente, o que os comandantes no Exército sempre desejaram de sua seção de inteligência. Por exemplo, o Gen Ex Norman Schwarzkopf reconheceu a necessidade de normas técnicas comuns para a IC muito antes da primeira publicação da ICD 203 em 2007. Durante depoimento ao Congresso dos EUA em 1991, o Gen Ex Schwarzkopf criticou o apoio que recebeu da área de inteligência quando liderou o Comando Central dos EUA durante a Operação *Desert Storm*. Ele declarou: “Sinto que há uma necessidade séria de desenvolver uma metodologia padronizada dentro da comunidade de inteligência para fazer estimativas e análises preditivas.”¹ Ele ainda comentou como as avaliações da IC foram “inúteis” porque continham “muitas advertências” e “inúmeras ressalvas”. Atualmente, três das nove normas técnicas para a análise de informações constantes



Analista de inteligência (à direita) do 18º Batalhão de Sustentação (Apoio Logístico) dá ao Gen Bda Jack O’Conner, Comandante do 21º Comando de Apoio Logístico de Teatro de Operações, um briefing sobre a atividade inimiga, em 16 de maio de 2014, usando um caixão de areia da Área de Treinamento de Hohenfels que ele construiu em Hohenfels, na Alemanha. (Foto: 1º Ten Henry Chan, Exército dos EUA)

na ICD 203 — as normas para incerteza, argumentação e precisão — resolveriam quaisquer dos problemas identificados pelo Gen Ex Schwarzkopf em 1991.

Outros oficiais mais antigos do Exército reconheceram os benefícios do que hoje chamamos de técnicas analíticas. Ao longo de sua carreira, o Gen Ex Colin Powell aplicou um conjunto de regras às suas seções de inteligência: “Diga-me o que você sabe. Diga-me o que você não sabe. Em seguida, diga-me o que você pensa. Sempre diferencie uma coisa da outra.”² Essas regras espelham de perto as normas técnicas para a análise de informações relacionadas a distinção e incerteza. O Gen Ex Stanley McChrystal também passou a entender o valor da norma técnica para a distinção antes de ser oficialmente codificada na ICD 203, especificamente a exigência de identificar de forma transparente as principais premissas. Ele reconheceu que seu quartel-general de operações

especiais no final de 2003 presumia que a Al-Qaeda no Iraque tinha uma “hierarquia tradicional em forma de pirâmide” quando, na realidade, o grupo consistia em “redes emaranhadas” que exibiam “padrões desconhecidos”.³ O comando do Gen Ex McChrystal conduziu operações contra a Al-Qaeda com base nessa suposição errônea. Chris Fussell, um ex-Navy Seal (força de operações especiais da Marinha dos EUA) que serviu sob o comando do Gen Ex McChrystal na época, comentou como questões de “viés” levaram a essa suposição errônea de que o comando acabou fazendo a correção “quase tarde demais”.⁴

O Exército e as demais Forças Singulares estão significativamente atrás do resto da IC no que diz respeito à profissionalização de seus analistas de inteligência de todas as fontes. Desde 2001, duas comissões nacionais analisaram as falhas de inteligência associadas aos ataques terroristas do 11 de Setembro e aos programas de armas

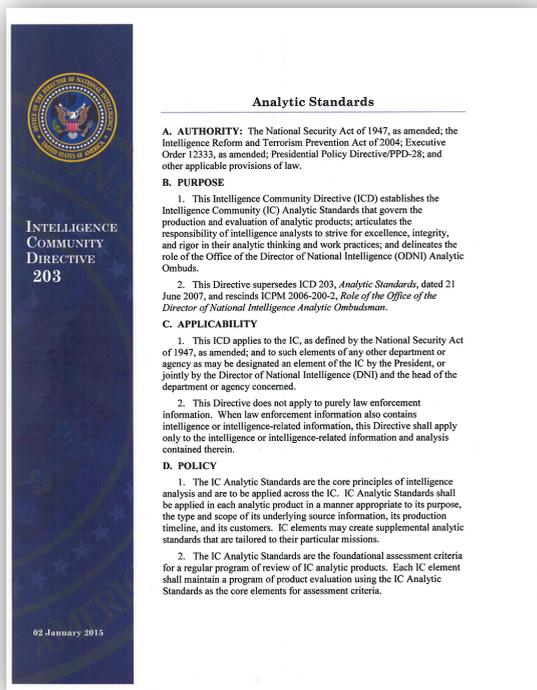
de destruição em massa do Iraque antes de 2003. Ambas as comissões identificaram deficiências no desempenho analítico da IC. Algumas organizações da IC já corrigiram essas deficiências, publicando as diretrizes de implementação da ICD 203 e desenvolvendo normas técnicas integradas para os profissionais da área de inteligência. No entanto, o Exército ainda precisa agir sobre as falhas amplamente documentadas nas últimas duas décadas. Um relatório de 2018 do inspetor geral do Departamento de Defesa dos EUA concluiu que a “maioria” dos analistas militares designados para comandos geográficos conjuntos (*combatant commands*, CCMD) “não tinha treinamento prévio sobre a ICD 203.”⁵ Esse relatório concluiu ainda que os analistas militares eram “frequentemente menos proficientes na aplicação das normas técnicas da ICD 203 [...] do que seus colegas civis.” Como uma organização que aprende continuamente, o Exército deve prestar atenção às lições aprendidas desde 2001 e analisar as melhores práticas em toda a IC quanto à relevância para a missão de combate terrestre (ver Tabela).

O papel central da análise de todas as fontes torna as técnicas analíticas um requisito urgente para o Exército. A função de combate *inteligência* é única porque eleva o mero ato de pensar ao nível de uma competência central (isto é, análise de inteligência).⁶ A interação mais decisiva do Corpo de IM com os comandantes em um campo de batalha se dá por meio de sua comunidade analítica de todas as fontes. A análise é o resultado que representa o tipo de conhecimento refinado que os comandantes esperam de sua seção de inteligência. Essa realidade se reflete no fato de que os comandantes aprovam necessidades de inteligência prioritárias — que são inerentemente analíticas — mas não aprovam, necessariamente, as informações de apoio ou os requisitos de coleta. Normas técnicas

rígidas devem reger todas as competências centrais que tenham um papel direto no processo decisório e na visualização do ambiente operacional pelos comandantes. Atualmente, o Exército não fornece uma diretriz no âmbito de toda a Força sobre como implementar as normas técnicas para a análise de informações da ICD 203, o que limita sua capacidade de garantir que a análise de todas as fontes seja conduzida com o nível de rigor que os comandantes merecem.

Existem várias implicações para a falta de procedimento e aplicação consistente das normas técnicas para a análise de informações no Exército. Em primeiro lugar, os analistas ficam mais vulneráveis a vieses cognitivos. Como afirmou o Dr. Richards J. Heuer Jr, autor de *Psychology of Intelligence Analysis* (“Psicologia da Análise de Inteligência”, em tradução livre), “As limitações cognitivas fazem com que as pessoas empreguem várias estratégias simplificadoras e regras práticas para aliviar o fardo do processamento mental de informações.”⁷ Essas estratégias de simplificação são a fonte de vieses cognitivos. Esses vieses fazem com que os analistas confiem em “modelos mentais” preexistentes,

formados por meio de experiências passadas, em vez de realidades objetivas no terreno.⁸ Em segundo lugar, os analistas que já aplicam o pensamento crítico e criativo para mitigar os vieses cognitivos estão fazendo isso, em grande parte, no escuro, sem o benefício de normas técnicas institucionalizadas para garantir a aplicação consistente em toda a Força. Por fim, os analistas do Exército enfrentam desafios de interoperabilidade ao colaborar com seus colegas em toda a IC. As normas técnicas para a análise de informações que constam da ICD 203 promovem a interoperabilidade em toda a IC, fornecendo um estrutura comum, ao mesmo tempo que permite que cada organização adapte a maneira como implementa essas normas.



Para visualizar a Diretriz 203 da Comunidade de Inteligência, *Analytic Standards*, acesse <https://www.dni.gov/files/documents/ICD/ICD%20203%20Analytic%20Standards.pdf>.

A evolução e os componentes das técnicas analíticas

A evolução das técnicas analíticas fornece as melhores práticas que o Exército pode aproveitar. A necessidade de normas técnicas para toda a IC, aplicáveis a todas as funções de inteligência — não apenas para a análise de informações — foi claramente documentada no relatório da Comissão do 11 de Setembro que examinou as circunstâncias que levaram aos ataques terroristas ocorridos no dia 11 de setembro de 2001.⁹ A lei de 2004 sobre Reforma da Inteligência e Prevenção contra o Terrorismo deu origem ao Gabinete do Diretor de Inteligência Nacional (*Office of the Director of National Intelligence*, ODNI) e exigiu que ele estabelecesse normas técnicas para a análise de informações para toda a IC.¹⁰ A necessidade de tais normas técnicas recebeu mais ênfase em 2005, quando a Comissão de Armas de Destruição em Massa documentou falhas da IC em aplicar “princípios lógicos e analíticos fundamentais” antes da intervenção militar dos EUA em 2003 no Iraque.¹¹ Em 2007, o ODNI codificou oito normas técnicas para a análise de informações (mais tarde, essa codificação subiu para nove normas técnicas) quando a ICD 203 foi publicada (veja a tabela).¹² Algumas organizações da IC desenvolveram suas próprias normas técnicas sob medida usando a ICD 203 como base. Essas experiências fornecem percepções valiosas sobre como adaptar e aplicar normas técnicas de nível nacional à missão única de uma organização analítica de todas as fontes.

A Agência de Inteligência da Defesa dos EUA (*Defense Intelligence Agency*, DIA) representa um estudo de caso bastante útil sobre como aplicar a ICD 203 em um contexto de defesa. O Gabinete do Diretor de Pesquisas da DIA publica notas e cartilhas sobre técnicas analíticas que contêm diretrizes de implementação e normas técnicas específicas da agência baseadas nas normas técnicas encontradas na ICD 203. Essas notas e cartilhas constituem o principal currículo da DIA para o treinamento inicial de analistas civis no curso de Formação Profissional para a Carreira de Analista (*Professional Analyst Career Education*). A DIA adapta suas diretrizes e normas técnicas para sua missão e linhas de produtos voltados para a defesa. Por exemplo, a norma técnica da ICD 203 para precisão fornece uma diretriz ampla para “expressar opiniões da forma mais clara e precisa possível.”¹³ A DIA explica essa norma técnica, exigindo que os analistas expressem opiniões

O Gen Ex Norman Schwarzkopf Jr., então Comandante do Comando Central dos EUA, ouve o ex-Secretário de Defesa Dick Cheney responder a perguntas da mídia em fevereiro de 1991 durante uma coletiva de imprensa realizada pelos EUA e Arábia Saudita durante a Operação *Desert Storm*. (Foto: PH2 Susan Carl/ Departamento de Defesa dos EUA)

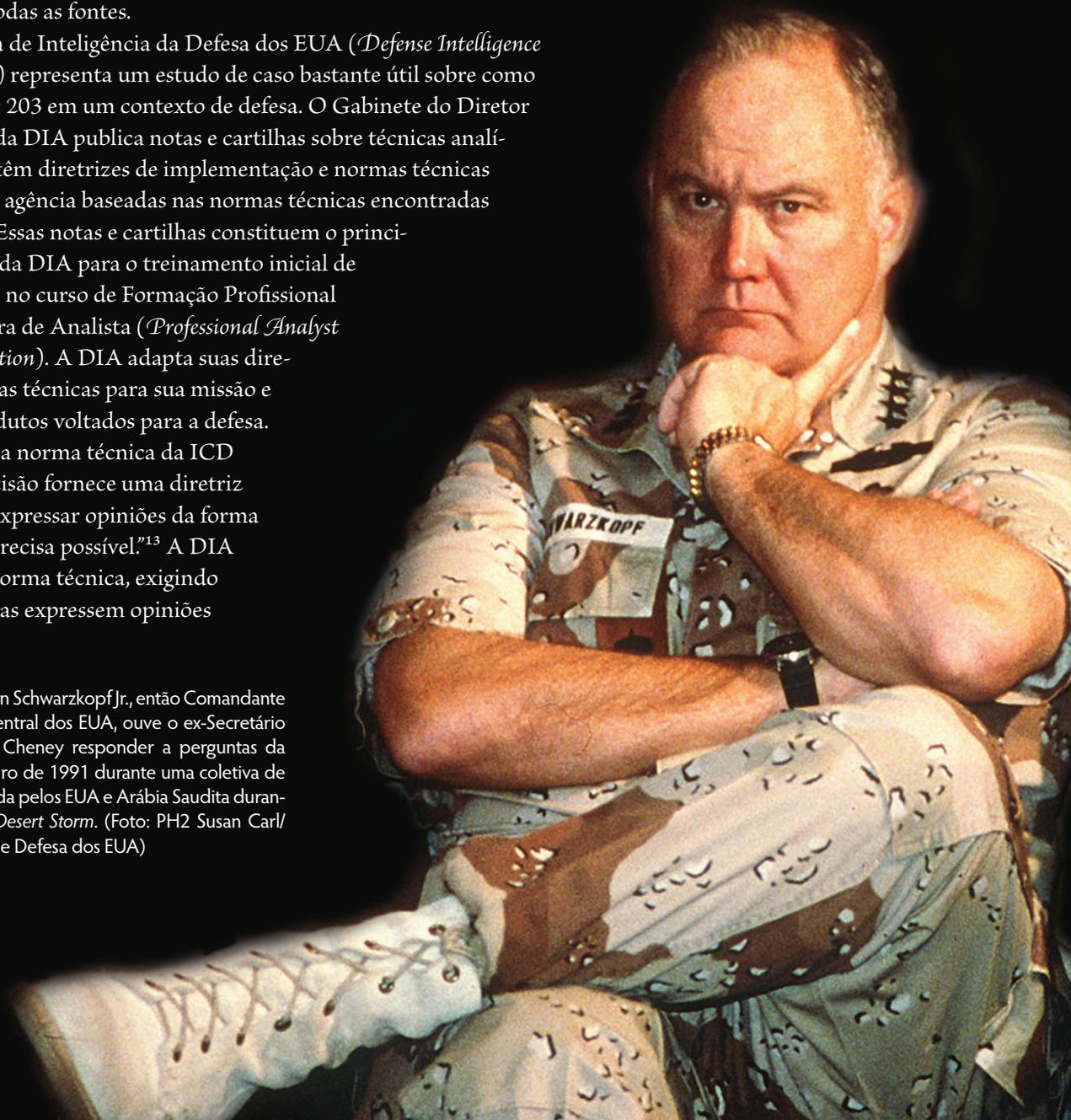


Tabela. Normas Técnicas da Diretriz 203 da Comunidade de Inteligência para a Análise de Informações e sua aplicação na Agência de Inteligência da Defesa

Normas Técnicas da Diretriz 203 da Comunidade de Inteligência (ICD 203) para a Análise de Informações	Aplicação da ICD 203 pela Agência de Inteligência da Defesa
Fonte: Descrever adequadamente a qualidade e a credibilidade das fontes, dados e metodologias subjacentes usados para chegar a conclusões analíticas.	Fonte: A DIA é mais específica em sua diretriz do que a ICD 203, exigindo que os produtos tenham caracterizações da fonte, resumos sobre as fontes e citações nas notas finais.
Incerteza: Expressar e explicar adequadamente as incertezas associadas às principais conclusões analíticas.	Incerteza: Assim como a ICD 203, a diretriz da DIA concentra-se em dois conceitos: probabilidade de eventos e níveis de confiança. A DIA fornece uma estrutura específica para determinar ambos.
Distinções: Fazer uma distinção adequada entre as evidências subjacentes e as suposições e julgamentos dos analistas.	Distinções: A DIA apresenta a ideia de linguagem de sinalização para ajudar nas distinções. Também apresenta uma técnica chamada verificação de suposições-chave.
Alternativas: Sempre considerar alternativas plausíveis para a principal conclusão analítica.	Alternativas: A DIA fornece uma diretriz específica sobre como desenvolver e apresentar análises de alternativas.
Relevância: Demonstrar relevância abordando as implicações para as conclusões analíticas fornecidas aos consumidores de inteligência.	Relevância: A DIA explica esta norma em termos específicos, dizendo aos analistas para “ir além do óbvio” e identificar “vulnerabilidades e pontos de influência”.
Argumentação: Exibir de forma clara a principal conclusão analítica e distingui-la das conclusões subordinadas. Combinar evidências e raciocínio para apoiar as conclusões.	Argumentação: A diretriz da DIA discute o mapeamento do argumento, a lógica de ligação e a avaliação do argumento como ferramentas para atender à norma mais ampla da ICD 203.
Linha analítica: Ser transparente sobre como uma conclusão analítica é diferente da análise publicada anteriormente.	Linha analítica: A DIA fornece exemplo da linguagem a ser usada na comunicação de mudanças em conclusões analíticas anteriores.
Precisão: Garantir que a mensagem seja clara em todos os produtos analíticos.	Precisão: A DIA proíbe avaliações relativas (por exemplo, “aumenta o risco de”) e avaliações de estados mentais ou crenças.
Visualização: Usar informações visuais para esclarecer, complementar ou aprimorar a apresentação da análise.	Visualização: A DIA discorre sobre os diferentes tipos de recursos visuais: tabelas, gráficos, linhas do tempo, mapas, imagens, fotos, infográficos customizados e gráficos interativos.

(Tabela criada pelos autores)

apenas sobre “resultados, ações ou comportamento”. A agência geralmente proíbe avaliações sobre os “estados mentais ou crenças” de um ator estrangeiro porque são inerentemente não testáveis e difíceis de avaliar sem conhecimento especializado.¹⁴ A DIA emite diretrizes semelhantes e normas técnicas específicas da agência para outros elementos técnicos da ICD 203.

As normas técnicas analíticas têm vários componentes que devem ser entendidos ao identificar oportunidades para melhorar a análise de todas as fontes. As normas técnicas para a análise de informações, conforme codificadas nas notas e cartilhas da ICD 203 e da DIA, representam os critérios usados para avaliar o trabalho de analistas de todas as fontes. As técnicas analíticas estruturadas consistem em várias metodologias ou ferramentas que ajudam os analistas a atender aos requisitos definidos nas normas técnicas para a análise de informações. Especificamente, essas técnicas ajudam a mitigar vieses cognitivos e prevenir armadilhas mentais comuns. Além disso, elas empregam processos deliberados que dividem problemas complexos em partes gerenciáveis. Essa abordagem metódica pode simplificar o que de outra forma seria um processo complexo, permitindo que os analistas concentrem sua energia na condução do pensamento crítico e criativo, em vez de definir o escopo de problemas analíticos difíceis. Finalmente, as linhas de produtos orientam a apresentação da análise. Algumas regras dentro das linhas de produtos refletem normas técnicas específicas. Outras regras são internas a uma linha de produtos específica e não são necessariamente guiadas por técnicas analíticas. Coletivamente, essas normas, técnicas e regras de linha de produtos representam o que a IC chama de “técnicas analíticas”.¹⁵

Entre todos os componentes das técnicas analíticas, a lacuna mais significativa do Exército é a falta de normas técnicas codificadas. O Exército carece de sua própria versão sob medida da ICD 203, aprovada por uma autoridade central e aplicada de forma consistente em toda a Força. Em outras palavras, o Exército não fornece diretrizes e nem normas técnicas sob medida para ajudar seus analistas a compreender a ICD 203 no contexto específico da Força. Essa lacuna pode levar à ideia errada de que as técnicas analíticas sejam incompatíveis com a missão do Exército. Em sua essência, as normas técnicas para a análise de informações constantes na ICD 203 refletem princípios universais relacionados ao pensamento

crítico e criativo que podem ser facilmente aplicados fora de um contexto de inteligência. No entanto, o Exército deve fornecer diretrizes para a implementação e normas técnicas específicas à Força para as técnicas analíticas sejam práticas para seus analistas. Sem diretrizes e normas técnicas especificamente concebidas, o Exército terá dificuldade de preencher a grande lacuna que existe entre as normas técnicas de nível nacional da ICD 203 e a interpretação do profissional de como implementá-las em um contexto local.

O Exército já implementou alguns componentes das técnicas analíticas. O Corpo de IM ensina sua própria variação de técnicas analíticas estruturadas formuladas para a aplicação no campo de batalha. Algumas dessas técnicas são idênticas às ensinadas aos analistas da DIA. Por exemplo, a etapa quatro do processo de preparação de inteligência do campo de batalha (*Intelligence Preparation of the Battlefield*, IPB)

O Ten Cel Robert W. Schmor, do Exército dos EUA, atua como oficial encarregado de treinamento funcional e coordenador do Curso de Oficial de Inteligência Estratégica no Centro de Excelência em Inteligência do Exército dos EUA em Fort Huachuca, Arizona. Anteriormente, atuou como chefe de setor e analista militar sênior na Agência de Inteligência da Defesa. O Ten Cel Schmor também serviu em funções de inteligência do nível tático ao estratégico no Comando Europeu dos EUA, no Centro Nacional de Treinamento e em várias funções na 1ª Divisão de Infantaria. Suas missões no exterior incluem a Alemanha, o Iraque e o Afeganistão.

O Maj James S. Kwoun, do Exército dos EUA, foi designado para a Agência de Inteligência da Defesa, onde leciona as normas profissionais da área de inteligência para os analistas da agência. Anteriormente, atuou como chefe de setor na mesma agência, supervisionando analistas de todas as fontes que produziam avaliações oficiais sobre questões político-militares e terrorismo no norte e oeste da África. Antes de seu serviço na Agência de Inteligência da Defesa, o Maj Kwoun serviu em funções de inteligência no nível de comando geográfico conjunto e em várias funções no nível de brigada e abaixo. Suas missões no exterior incluem a Coreia do Sul, o Iraque e o Afeganistão.

incorpora duas técnicas que são ensinadas aos analistas da DIA. Primeiro, os analistas do Exército realizam o que a DIA chama de “geração de hipóteses” sempre que identificam as possíveis linhas de ação do inimigo durante a IPB. Em seguida, eles realizam o que a DIA chama de “análise de hipóteses concorrentes” ao criar uma matriz de eventos para identificar qual linha de ação o inimigo tomará. Outras técnicas analíticas estruturadas são exclusivas da missão do Exército, como o gráfico temporal de eventos e a estrutura para avaliar as considerações civis de áreas, estruturas, organizações, pessoas

resultado, as culturas das Forças Singulares influenciam profundamente como as capacidades de IM são desenvolvidas. Em geral, as Forças Singulares priorizaram a integração do campo de batalha, desenvolvendo sua força de inteligência como elementos interoperáveis dentro de suas formações específicas mais amplas.

Fatores legislativos, políticos e doutrinários podem explicar ainda mais a autonomia das Forças Singulares no desenvolvimento de suas próprias capacidades de IM. A lei de 2004 sobre Reforma da Inteligência e Prevenção contra o Terrorismo deixa claro que as polí-

“ O Exército decidiu fazer com que seus analistas se concentrem em aprender processos do campo de batalha em apoio direto aos comandantes terrestres nos níveis tático e operacional. ”

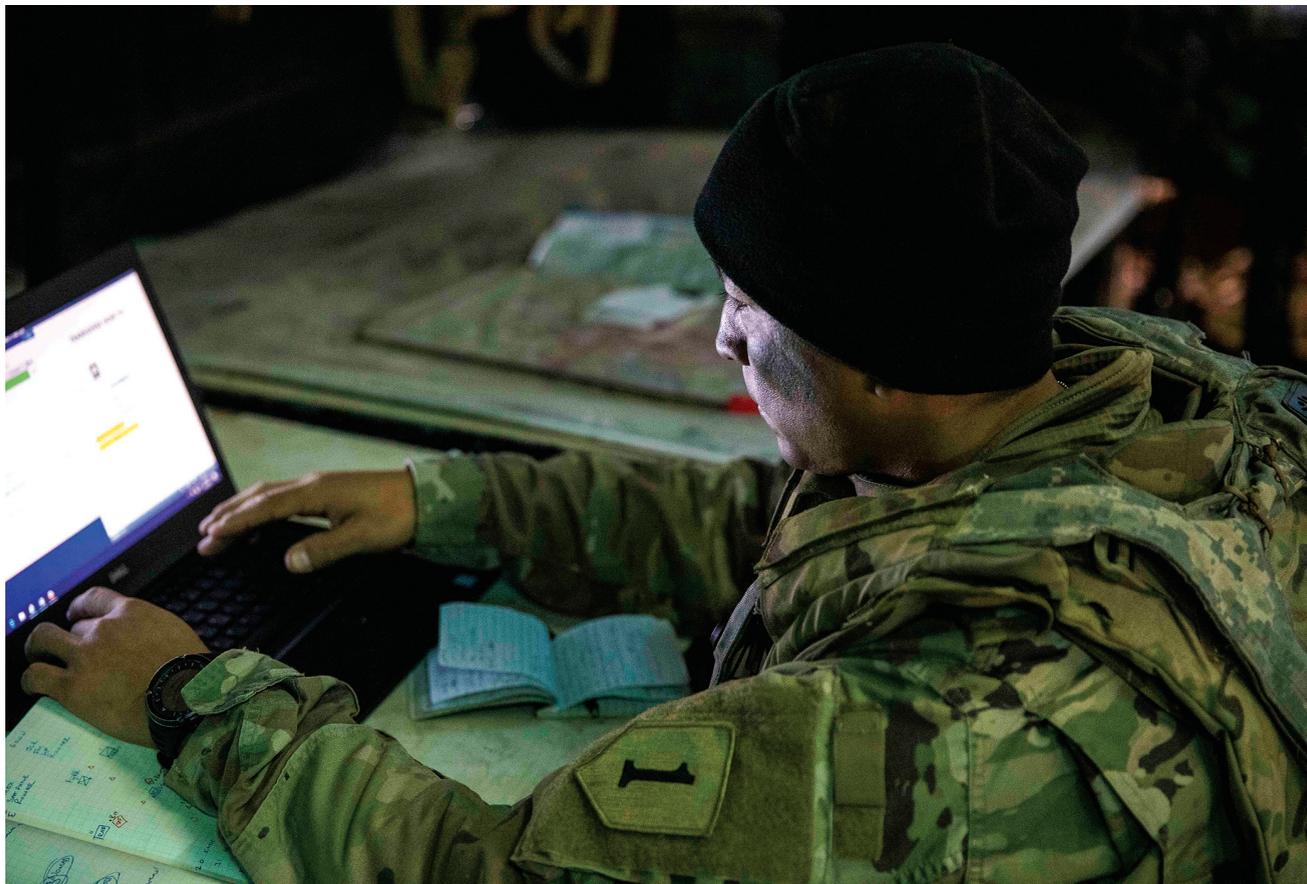
e eventos. Para exibir os resultados dessas técnicas, as publicações doutrinárias fornecem exemplos de produtos e modelos — o equivalente aproximado das linhas de produtos da DIA — que as unidades podem utilizar.

A interoperabilidade do Exército com a comunidade de inteligência

Existem considerações orçamentárias e de financiamento que devem ser entendidas para caracterizar adequadamente a relação do Exército com a IC. Normalmente, a ICD 203 e outras diretrizes do ODNI não são obrigatórias para todo o Exército, a menos que especificamente estabelecido por política. Embora o Exército seja um dos 17 membros da IC, ele administra seu próprio fluxo de financiamento de inteligência e exerce uma autonomia significativa sobre como seus soldados são treinados. O ODNI gerencia a implementação do Programa Nacional de Inteligência, enquanto o Gabinete do Secretário de Defesa — mais especificamente, o Subsecretário de Defesa para a Área de Inteligência — gerencia o Programa de Inteligência Militar. Sob a direção do Gabinete do Secretário de Defesa, as Forças Singulares administram suas próprias fontes de financiamento do Programa de Inteligência Militar, que fornecem recursos para grande parte (mas não todas) de suas capacidades de inteligência.¹⁶ Como

ticas do ODNI relativas a “normas para educação, treinamento e desenvolvimento de carreira [...] não devem ser incoerentes com as políticas de pessoal aplicáveis aos integrantes das Forças Armadas.”¹⁷ Além disso, a política do Departamento de Defesa autoriza cada Força Singular a manter “as capacidades de inteligência necessárias para atender às [suas] necessidades de inteligência.”¹⁸ Finalmente, a doutrina aconselha os comandantes das forças conjuntas a “permitir que as forças táticas e operacionais das Forças Singulares e de Operações Especiais [...] funcionem, de maneira geral, como foram projetadas,” o que inclui as capacidades analíticas e de coleta orgânicas de muitas unidades.¹⁹ O consenso é que as Forças Armadas exigem ampla latitude no desenvolvimento e emprego de capacidades de inteligência orgânicas para ter sucesso em seus respectivos domínios de combate. Dada essa latitude, o Exército decidiu fazer com que seus analistas se concentrem em aprender processos do campo de batalha em apoio direto aos comandantes terrestres nos níveis tático e operacional.

Embora crítico para o sucesso no combate terrestre, esse foco criou problemas de interoperabilidade entre o Exército e o restante do Sistema de Inteligência da Defesa (*Defense Intelligence Enterprise, DIE*), que é o componente do Departamento de Defesa na IC. O Exército colabora rotineiramente com organizações do



Técnico de inteligência de todas as fontes designado para o 2º Batalhão, 34º Regimento Blindado, 1ª BCT Blindada, analisa atividades significativas, 8 de abril de 2019, durante o Exercício *Allied Spirit X* em Hohenfels, na Alemanha. (Foto: 3º Sgt Thomas Mort, Exército dos EUA)

DIE que já implementaram a ICD 203, criando a necessidade de alinhamento horizontal das técnicas analíticas em todo o sistema. O Exército é um provedor significativo de forças para o DIE e um subconjunto menor dessa comunidade chamado de Sistema de Análise de Todas as Fontes de Inteligência da Defesa (*Defense Intelligence All-Source Analysis Enterprise*, DIAAE). O DIAAE é formado pela DIA, pelos Centros Conjuntos de Operações de Inteligência (*Joint Intelligence Operations Center*, JIOC) dos CCMD e pelos centros de inteligência das Forças Armadas.²⁰ Coletivamente, essas organizações representam a comunidade analítica de todas as fontes estratégica do Departamento de Defesa. O Centro Nacional de Inteligência Terrestre (*National Ground Intelligence Center*), um dos quatro centros de inteligência das Forças Armadas, representa o Exército no DIAAE. O Exército também contribui com pessoal para organizações conjuntas no DIAAE, como a DIA e

os JIOC dos CCMD. O papel do Exército em fornecer avaliações em nível estratégico requer a adoção de normas técnicas para a análise de informações que sejam compatíveis com aquelas usadas pelo resto do sistema.

A falha das Forças Armadas em implementar a ICD 203 é um dos principais óbices que impedem a interoperabilidade de técnicas analíticas entre as organizações do DIAAE responsáveis pela produção de avaliações de nível estratégico para os decisores do Departamento de Defesa. Atualmente, apenas civis da DIA, analistas designados para a sede da agência e os JIOC dos CCMD são obrigados a aprender as técnicas analíticas comuns como parte da Formação Profissional para a Carreira de Analista. Os centros de inteligência das Forças Singulares podem ter normas técnicas locais para a análise de informações, mas, até agora, elas não foram formalmente adotadas por suas Forças Singulares enquadrantes. A falta de técnicas analíticas comuns



é problemática porque cada organização do DIAAE é um gerador autorizado de tópicos gerenciados no âmbito do Programa de Análise de Inteligência da Defesa, que é uma estrutura supervisionada pela DIA que atribui responsabilidades analíticas.²¹ Uma comunidade que realiza análises com base na mesma estrutura deve usar normas técnicas comuns. Cada organização do DIAAE poderia se beneficiar ao se alinhar amplamente às normas técnicas para a análise de informações da DIA, dado o papel central da agência na integração da comunidade analítica estratégica do Departamento de Defesa.

A melhor integração do Exército com outras organizações do DIAAE e da IC garantirá que sua perspectiva única seja incorporada à análise de todas as fontes divulgada aos decisores em toda a comunidade interagências. A contribuição do Corpo de IM do Exército para a segurança nacional dos EUA vai além de suas atividades nos níveis tático e operacional. Oficiais e praças do Exército são designados por todo

Integrantes do 341º Batalhão de Inteligência Militar realizam interceptação de voz de baixo volume, 8 de fevereiro de 2020, na Base Conjunta Lewis-McChord, em Washington, em preparação para o *Panther Strike*, um exercício de nível de brigada em Camp Williams, Utah. O exercício do batalhão se concentrou na integração da inteligência de sinais, contrainteligência, inteligência geoespacial e coleta de inteligência humana. (Foto: Joseph Siemandel, Com Soc da Guarda Nacional de Washington)

o Departamento de Defesa e pela IC para fornecer, rotineiramente, análises estratégicas para comandantes de escalões mais elevados e formuladores de políticas civis. O Corpo de IM tem percepções exclusivas que a comunidade interagências valoriza, mas deve garantir que seus analistas sejam treinados para trabalhar junto com seus colegas do DIAAE e da IC para fornecer essas percepções em fóruns de nível estratégico. A criação de normas técnicas para a análise de informações, feitas sob medida com base na ICD 203, promoveria a interoperabilidade com organizações fora do

Exército. Refletindo sobre a necessidade de os combatentes pensarem além de suas respectivas Forças Singulares, o Gen James Mattis disse uma vez:

Nos dias de hoje, não me importa o quanto taticamente ou operacionalmente brilhante você seja; se você não puder criar harmonia — mesmo que seja uma harmonia feroz — no campo de batalha com base na confiança entre as Forças Singulares, entre forças da coalizão, entre nações e entre civis e militares, você precisa ir embora, pois significa que sua liderança está obsoleta. Precisamos de oficiais que possam criar harmonia ao longo de todas essas linhas divisórias.²²

O alinhamento das técnicas profissionais também deve ocorrer verticalmente em todos os escalões abaixo do nível estratégico. As seções de inteligência de comandos superiores fornecem avaliações que definem os problemas para as unidades subordinadas. Por sua vez, as unidades subordinadas refinam essas avaliações, fornecendo detalhes que apenas as unidades mais próximas do combate podem obter. Em suas memórias, o Gen Mattis descreveu como as seções de inteligência no Iraque, no final de 2003, tinham diferenças significativas em suas avaliações sobre a insurgência.²³ Ele contou como a 82ª Divisão Aeroterrestre avaliou uma insurgência organizada com base em “padrões coordenados de ataque”. Ele descreveu ainda como o V Corpo de Exército (*V Corps*), o núcleo da Força-Tarefa Conjunta Combinada 7 na época, avaliou que a violência era obra de “ladrões e alguns ex-soldados descontentes”. O Gen Mattis descreveu essas avaliações como “estranhas”, visto que o Gen Ex John Abizaid, então Comandante do Comando Central dos EUA, descreveu a insurgência como “uma campanha no estilo clássico de uma guerrilha”. Essa situação ressalta a necessidade de normas básicas comuns em todos os escalões. Discordâncias analíticas podem ser saudáveis apenas se houver transparência e integridade no processo subjacente.

Lidando com potenciais equívocos sobre as técnicas analíticas

O Exército deve aceitar a premissa de que as técnicas analíticas podem ser tão úteis no nível tático quanto no nível estratégico. A aplicação técnicas analíticas será diferente em cada nível, mas a necessidade de pensamento crítico e criativo não desaparece nos escalões

mais baixos. Na verdade, os analistas no nível tático costumam ser os mais vulneráveis a vieses cognitivos. A urgência do combate terrestre e o rápido ritmo das operações podem criar incentivos para que os analistas empreguem as “estratégias simplificadoras” que Heuer argumentou serem a fonte dos vieses cognitivos.²⁴ O Exército tem a obrigação moral de mitigar esses vieses e gerar vantagens competitivas no campo de batalha para apoiar os soldados mais próximos do combate. Melhorias na análise de nível tático também produzirão benefícios estratégicos diretos. Como o Gen Bda Bob Scales escreveu em 2016, “todos os nossos inimigos reconheceram que o nosso centro de gravidade estratégico vulnerável são os estadunidenses mortos.”²⁵

Longe de atrapalhar o pensamento rápido, as técnicas analíticas permitirão que analistas de todas as fontes operem com mais eficácia sob restrições de tempo. Quando operam sob essas restrições de tempo, a reação natural da maioria dos analistas será confiar em sua intuição e nos modelos mentais existentes de como perceber o campo de batalha.²⁶ Embora os instintos de um soldado sejam valiosos, há muitos problemas em fazer da intuição o único mecanismo que orienta a análise. Os processos doutrinários, como a IPB, podem ajudar os analistas a direcionar seu foco para aspectos relevantes do ambiente operacional. No entanto, os analistas ainda precisam confiar em sua intuição ao fazer avaliações, criando circunstâncias que levam a vieses cognitivos. A implementação de normas técnicas para a análise de informações pelo Exército fornecerá um marco e uma estrutura universais para o tipo de pensamento que os analistas atualmente carecem. Com o tempo, a proficiência dos analistas na aplicação do dessas técnicas analíticas se tornará mais instintiva à medida que eles ganharem experiência. Dessa forma, o Exército poderá treinar seus analistas para pensar com eficácia quando eles operarem sob restrições de tempo, tornando o pensamento crítico e o pensamento criativo uma parte natural do que eles fazem.

A aplicação de técnicas analíticas pode ser abreviada da mesma forma que as unidades fazem rotineiramente com processos doutrinários em um campo de batalha sob restrições de tempo. O Exército já adota a ideia de que aprender algo em sua forma deliberada permitirá sua aplicação abreviada sob restrições de tempo. Conforme consta do Manual de Campanha 6-0, *Organização e Operações do Comandante e Estado-Maior* (FM 6-0,

Commander and Staff Organization and Operations), o processo decisório militar (*Military Decision-Making Process*, MDMP) é conduzido deliberadamente se o tempo permitir, mas os comandantes “podem alterar as etapas do MDMP para se adequarem às circunstâncias de tempo limitado”.²⁷ A aplicação deliberada do MDMP é, indiscutivelmente, mais demorada do que a maioria das técnicas analíticas estruturadas utilizadas por agências de inteligência estadunidenses. Também é útil considerar uma analogia envolvendo os três tipos de células integradoras nos postos de comando do Exército: planejamentos, operações futuras e operações correntes.²⁸ Cada uma dessas células funciona dentro de um horizonte de planejamento diferente, mas o pessoal em cada uma delas ainda deve ter um entendimento comum de como desenvolver um plano e ordem de operações. Da mesma forma, os analistas nos níveis tático e operacional devem ter o mesmo entendimento básico do pensamento crítico e criativo (isto é, técnicas analíticas) que seus colegas civis no nível estratégico.

Recomendações

O Exército deve submeter voluntariamente seus analistas à ICD 203 para se alinhar com o restante da IC e profissionalizar ainda mais sua comunidade analítica de todas as fontes. Conforme destacado anteriormente, a ICD 203 não é automaticamente obrigatória para todo o Exército. O Exército pode implementar a versão atual da ICD 203 sem submeter automaticamente toda a Força a futuras diretrizes do ODNI que podem não ser apropriadas. A adesão à ICD 203 melhorará significativamente a interoperabilidade do Exército com os outros membros do DIAAE e organizações analíticas de todas as fontes da IC. A doutrina conjunta reconhece esses benefícios potenciais, afirmando especificamente que os analistas de todas as fontes operando em uma capacidade conjunta “devem cumprir” a ICD 203.²⁹ Para garantir a aplicação uniforme em toda a instituição, é preciso haver uma autoridade principal no Exército em todas as questões de técnicas analíticas, com atuação semelhante ao papel desempenhado pelo Gabinete do Diretor de Pesquisas da DIA. A aplicação uniforme de técnicas analíticas aumentaria a integração do campo de batalha, dando ao Exército um vocabulário e quadro de referência comuns durante as discussões entre analistas e, mais importante, durante as discussões entre analistas e comandantes.

À medida que o Exército conceitua sua própria abordagem para a implementação da ICD 203, ele deve equilibrar cuidadosamente três requisitos principais. Em primeiro lugar, o Exército deve estabelecer suas próprias normas técnicas para a análise de informações, elaboradas sob medida para o combate terrestre. O combate terrestre apresenta desafios analíticos que são significativamente diferentes daqueles enfrentados por outros membros da IC. Sem normas sob medida, os analistas serão forçados a confiar puramente em sua própria interpretação de como aplicar as normas técnicas de nível nacional às suas circunstâncias locais. Em segundo lugar, diferentes partes do Corpo de IM precisarão aplicar e fazer cumprir as normas técnicas de sua própria maneira. O Centro Nacional de Inteligência Terrestre, por exemplo, pode precisar aplicar as técnicas analíticas de maneira semelhante à DIA, com base em seu papel comum de fornecer avaliações de nível estratégico como parte do DIAAE. Por fim, o Exército deve garantir que todas as técnicas analíticas sob medida que sejam desenvolvidas pela Força estejam aninhadas às normas comuns da ICD 203 para maximizar a interoperabilidade com o restante da IC. Equilibrar esses requisitos permitirá ao Exército cumprir vários papéis de forma intercambiável: como uma força combatente com capacidades de inteligência orgânicas, como um membro da comunidade analítica estratégica do Departamento de Defesa e como um membro da IC nacional.

Uma vez que as normas técnicas sob medida do Exército para a análise de informações forem estabelecidas, elas devem ser totalmente integradas à doutrina. As publicações doutrinárias devem rotular explicitamente essas normas técnicas como princípios fundamentais que se aplicam à comunidade analítica de todas as fontes do Exército, em vez de meras melhores práticas a serem consideradas pelos analistas. Além disso, as publicações devem integrar as normas técnicas em seções que discutem os processos fundamentais, como a IPB e a metodologia de design^{NT} do Exército dos EUA. Já há paralelos diretos entre a ICD 203 e processos doutrinários existentes que podem facilitar essa integração. A integração das técnicas analíticas à doutrina, entretanto, deve ir além de meramente listar cada norma técnica em capítulos

NT: Comparar com a Metodologia de Concepção Operativa, ou MCOE, do Exército Brasileiro.

separados dentro das publicações. O Exército deve comunicar que as normas técnicas representam um ethos que deve refletir tudo o que os analistas de todas as fontes fazem, em vez de representar uma simples lista de verificação a ser examinada depois que os produtos já tiverem sido desenvolvidos. Em última análise, todo esse esforço melhorará a capacidade do Corpo de IM do Exército de executar sua doutrina atual.

O Exército deve explorar paralelos entre as publicações existentes e a ICD 203 ao integrar as normas técnicas à doutrina. Por exemplo, a Publicação Doutrinária do Exército 5-0, *O Processo de Operações* (ADP 5-0, *The Operations Process*), descreve a importância de “quebrar velhos hábitos de pensamento” e combater “vieses” em todo o processo de operações.³⁰ A definição doutrinária da metodologia de design do Exército dos EUA inclui as palavras “pensamento crítico e criativo”.³¹ Essas passagens doutrinárias são quase

primeira vez, a ICD 203 pode parecer simples e direta. No entanto, sua simplicidade esconde a dificuldade de criar normas técnicas específicas da Força Singular e aplicá-las durante as operações. Os cenários de treinamento podem ajudar os analistas a ganharem experiência em processos decisórios que envolvam compensações ao aplicar as técnicas analíticas. Os analistas podem, às vezes, optar por omitir certos elementos das técnicas analíticas durante os *briefings*, mas podem aplicá-los a produtos escritos. As normas técnicas não limitam a flexibilidade de um analista de tomar decisões informadas sobre a melhor forma de se comunicar com os comandantes. A DIA reconhece que pode ser necessário tomar decisões semelhantes no nível estratégico. Por exemplo, a ICD 203 requer a consideração de alternativas para cada avaliação, mas a diretriz da DIA afirma que “nem todas as alternativas geradas na fase de pensamento necessariamente justificam a apresen-

“ A chave para a implementação de técnicas analíticas no Exército será estabelecer um espectro que descreva com que grau de deliberação os líderes podem fazer com que as normas técnicas sejam cumpridas em diferentes circunstâncias. ”

idênticas a como a IC descreve o papel e o propósito das técnicas analíticas. Além disso, a IPB já reflete algumas das normas técnicas da ICD 203. A IPB requer a formulação da linha de ação mais provável da ameaça, a conclusão analítica principal extraída de avaliações subordinadas com relação ao terreno, condições meteorológicas, considerações civis e capacidades da ameaça. Esse esforço é consistente com a norma técnica da DIA para argumentação, que requer a apresentação de uma “mensagem analítica principal” apoiada por “avaliações subordinadas”.³² Por fim, os analistas do Exército estão aderindo à norma técnica sobre alternativas ao conceberem a linha de ação mais perigosa da ameaça, que alerte os comandantes para um cenário de baixa probabilidade/alto impacto.

O Exército também deve incorporar suas normas técnicas para analistas ao treinamento oferecido em seu Centro de Excelência em Inteligência, centros de treinamento de combate e outros locais. Quando lida pela

tação aos clientes.”³³ O Exército pode treinar analistas para tomarem decisões sobre como aplicar as normas técnicas para a análise de informações usando cenários, currículos e programas de instrução existentes.

A chave para a implementação de técnicas analíticas no Exército será estabelecer um espectro que descreva com que grau de deliberação os líderes podem fazer com que as normas técnicas sejam cumpridas em diferentes circunstâncias. Algumas circunstâncias podem permitir um processo mais deliberado, incluindo o uso de técnicas analíticas estruturadas e várias camadas de revisões de produtos, para garantir que a análise de todas as fontes cumpra as normas profissionais. Se o tempo e o espaço permitirem, esse tipo de processo pode ser ideal para analistas que apoiam o planejamento de longo prazo ou operações futuras. No entanto, outros ambientes podem exigir avaliações rápidas para apoiar comandantes em situações instáveis. Nesses casos, os líderes devem avaliar até que ponto devem abreviar o

processo analítico com base nas variáveis da missão, inimigo, terreno, meios disponíveis, tempo e considerações civis; intenção do comandante; a operação decisiva da unidade; e o esforço principal em um determinado momento. Mesmo que o processo analítico seja bastante abreviado, os líderes podem mitigar os riscos de omitir passos do processo de análise de informações previsto nas técnicas analíticas tomando decisões informadas com base na plena consciência do que está sendo deixado de fora.

Conclusão

Os méritos amplamente reconhecidos das normas técnicas para a análise de informações para a área de inteligência facilitam a decisão do Exército de implementar a ICD 203. Organizações analíticas de todas as fontes em toda a IC já desenvolveram suas próprias normas técnicas usando a ICD 203 como ponto de partida. Dentro do Departamento de Defesa, o programa de técnicas analíticas da DIA é o mais maduro, uma vez que também se aplica à grande maioria dos analistas civis que trabalham nos JIOC dos CCMD, que são funcionários da agência. As ideias centrais contidas na ICD 203 podem ser facilmente aplicadas a qualquer missão porque refletem princípios universais relacionados ao pensamento crítico e criativo. Na verdade, empresas privadas lideradas por ex-analistas da IC oferecem serviços de consultoria e lições sobre técnicas analíticas para empresas que desejam compreender melhor seu ambiente comercial.³⁴ Em outras palavras, o conhecimento

especializado sobre técnicas analíticas é algo que as empresas estão dispostas a comprar no mercado livre, o que demonstra seu valor inerente e universal. O Exército deve aproveitar a oportunidade para desenvolver seu próprio conhecimento especializado sobre essas técnicas, aproveitando seus recursos orgânicos e relacionamentos em toda a IC.

Este artigo fornece uma base conceitual para um planejamento mais detalhado para implementar a ICD 203 em todo o Exército. Esse planejamento deve envolver líderes que não fazem parte do Corpo de IM, especialmente comandantes no âmbito de toda a Força. O Exército também deve aproveitar seus relacionamentos com organizações da IC que já adaptaram a ICD 203 às suas missões específicas. Em particular, as experiências da DIA com a aplicação da ICD 203 podem ser úteis, dado o foco da agência em questões de defesa. Essas interações abordarão um princípio fundamental do conceito do Exército de operações em múltiplos domínios, a saber, a importância da “interoperabilidade entre as Forças Singulares, interações e junto a parceiros multinacionais” em conflitos futuros.³⁵ O Corpo de IM tem a oportunidade de cultivar uma combinação única de perspicácia em combate terrestre e conhecimento especializado sobre técnicas analíticas em sua comunidade analítica de todas as fontes. Além de fornecer vantagem de decisão no campo de batalha, essa combinação única de habilidades ofereceria uma perspectiva valiosa em fóruns estratégicos e interagências que podem moldar decisões críticas que afetam nossos soldados. ■

Referências

1. *Intelligence Successes and Failures in Operations Desert Shield/Storm, Report of the Oversight and Investigations Subcommittee of the Committee on Armed Services, House of Representatives*, 103rd Cong., 1st sess. (1993), p. 30, acesso em 18 nov. 2020, <https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a338886.pdf>.
2. Colin Powell, *It Worked for Me: In Life and Leadership* (New York: HarperCollins, 2012), p. 115-16.
3. *Retired Gen. Stanley McChrystal on Organizing to Fight and Win in a Complex World*, vídeo no YouTube, 16:30-16:33, publicado por “Modern War Institute” em 22 jun. 2017, acesso em 18 nov. 2020, <https://www.youtube.com/watch?v=eXKJLBkRBFM>; Stanley McChrystal et al., *Team of Teams: New Rules of Engagement for a Complex World* (New York: Portfolio Penguin, 2015), p. 25.

4. *One Mission: How Leaders Build a Team of Teams*, vídeo no YouTube, 4:40-5:25, publicado por “New America” em 15 set. 2017, acesso em 18 nov. 2020, <https://www.youtube.com/watch?v=UtUZKd-6zio>.
5. *Evaluation of Combatant Command Intelligence Directorate Internal Communications Processes*, Report No. DODIG-2019-032 (Washington, DC: Inspector General of the U.S. Department of Defense, 4 December 2018), p. 11-12, acesso em 18 nov. 2020, <https://media.defense.gov/2018/Dec/11/2002071181/-1/-1/1/DODIG-2019-032.PDF>.
6. Army Doctrine Publication (ADP) 2-0, *Intelligence* (Washington, DC: U.S. Government Publishing Office [GPO], 31 July 2019), p. 2-4, acesso em 18 nov. 2020, <https://armypubs>.

[army.mil/epubs/DR_pubs/DR_a/pdf/web/ARN18344_ADP%202-0%20FINAL%20WEB.pdf](https://www.army.mil/epubs/DR_pubs/DR_a/pdf/web/ARN18344_ADP%202-0%20FINAL%20WEB.pdf).

7. Richards J. Heuer Jr., *Psychology of Intelligence Analysis* (Langley, VA: Center for the Study of Intelligence, Central Intelligence Agency, 1999), p. 111, acesso em 18 nov. 2020, <https://www.cia.gov/library/center-for-the-study-of-intelligence/csi-publications/books-and-monographs/psychology-of-intelligence-analysis/PsychofIntelNew.pdf>.

8. *Ibid.*, p. 4.

9. *The 9/11 Commission Report* (Washington, DC: The National Commission on Terrorist Attacks upon the United States, 22 July 2004), p. 409, acesso em 18 nov. 2020, <https://www.9-11commission.gov/report/911Report.pdf>.

10. Intelligence Reform and Terrorism Prevention Act of 2004, Pub. L. No. 108-458, 118 Stat. 3638 (2004), acesso em 18 nov. 2020, <https://www.dni.gov/files/documents/IRTPA%202004.pdf>.

11. *The Commission on the Intelligence Capabilities of the United States Regarding Weapons of Mass Destruction Report to the President of the United States* (Washington, DC: The Commission on the Intelligence Capabilities of the United States Regarding Weapons of Mass Destruction, 31 March 2005), p. 407, acesso em 18 nov. 2020, https://govinfo.library.unt.edu/wmd/report/wmd_report.pdf.

12. "Our Values: Objectivity", Office of the Director of National Intelligence, acesso em 18 nov. 2020, https://www.intelligence.gov/mission/our-values/342-objectivity?fbclid=IwAR1hB-f94t-3QSpHCajlBWhtYvfjS1P8SvCUap9-8Be_p3V29PO3kELF2Q-4.

13. Intelligence Community Directive 203, *Analytic Standards* (Washington, DC: Office of the Director of National Intelligence, 2 January 2015), p. 4, acesso em 18 nov. 2020, <https://www.dni.gov/files/documents/ICD/ICD%20203%20Analytic%20Standards.pdf>.

14. "Tradecraft Note 02-18: Accuracy" (Washington, DC: Office of the Research Director, Defense Intelligence Agency [DIA], 2018).

15. *Commission on the Intelligence Capabilities of the United States*, p. 12. O relatório da comissão define a técnica analítica como "a maneira como os analistas pensam, pesquisam, avaliam as evidências, escrevem e se comunicam".

16. Michael E. DeVine, "Intelligence Community Spending: Trends and Issues," Congressional Research Service (CRS) Report No. R44381 (Washington, DC: CRS, 18 June 2018), p. 17.

17. Intelligence Reform and Terrorism Prevention Act of 2004, Pub. L. No. 108-458, 118 Stat. 3638 (2004).

18. Department of Defense Instruction (DODI) 3115.17, *Management and Oversight of DoD All-Source Analysis* (Washington, DC: Office of the Undersecretary of Defense for Intelligence, 16 November 2016), p. 7, acesso em 18 nov. 2020, <https://www.esd.whs.mil/Portals/54/Documents/DD/issuances/dodi/311517p.pdf>.

19. Joint Publication (JP) 3-0, *Joint Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, 22 October 2018), IV-4, acesso em 18 nov. 2020, https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/pubs/jp3_0ch1.pdf?ver=2018-11-27-160457-910.

20. DODI 3115.17, *Management and Oversight of DoD All-Source Analysis*, p. 6.

21. JP 2-01, *Joint and National Intelligence Support to Military Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, 5 July 2017), p. III-12, acesso em 18 nov. 2020, https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/pubs/jp2_01_20170705v2.pdf.

22. Michael Ledeen, "Mattis Provides the Bottom Line", *National Review* (site), 23 June 2010, acesso em 18 nov. 2020, <https://www.nationalreview.com/corner/mattis-provides-bottom-line-michael-ledeen/>.

23. James Mattis and Bing West, *Call Sign Chaos: Learning to Lead* (New York: Random House, 2019), p. 116.

24. Richards J. Heuer Jr., *Psychology of Intelligence Analysis*, p. 111.

25. Bob Scales, *Scales on War: The Future of America's Military at Risk* (Annapolis, MD: Naval Institute Press, 2016), p. 4.

26. Richards J. Heuer Jr. discute sobre modelos mentais em seu trabalho *Psychology of Intelligence Analysis*.

27. Field Manual 6-0, *Commander and Staff Organization and Operations* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 5 May 2014), p. 9-4, acesso em 18 nov. 2020, https://armypubs.army.mil/epubs/DR_pubs/DR_a/pdf/web/ARN14843_FM_6-0_Incl_C2_FINAL_WEB.pdf.

28. *Ibid.*, p. 1-8.

29. JP 2-0, *Joint Intelligence* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 22 October 2013), I-16, acesso em 18 nov. 2020, https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/pubs/jp2_0.pdf.

30. ADP 5-0, *The Operations Process* (Washington, DC: U.S. GPO, 31 July 2019), 1-15, acesso em 18 nov. 2020, https://armypubs.army.mil/epubs/DR_pubs/DR_a/pdf/web/ARN20305_ADP%205-0%20FINAL%20WEB.pdf.

31. *Ibid.*, p. 2-16.

32. "Tradecraft Note 03-18: Argumentation" (Washington, DC: Office of the Research Director, DIA, 2018).

33. "Tradecraft Note 03-17 and Primer: Analysis of Alternatives" (Washington, DC: Office of the Research Director, DIA, 2017).

34. Empresas privadas como a The Analytic Edge oferecem treinamento em técnicas analíticas para empresas comerciais.

35. U.S. Army Training and Doctrine Command (TRADOC) Pamphlet 525-3-1, *The U.S. Army in Multi-Domain Operations 2028* (Fort Eustis, VA: TRADOC, 6 December 2018), p. 23, acesso em 18 nov. 2020, <https://adminpubs.tradoc.army.mil/pamphlets/TP525-3-1.pdf>.

O Sistema *Red Ball Express*

Lições do passado para guerras futuras

Christopher Carey, Ph.D.

Se o ditado que fala que os militares se preparam para a próxima guerra estudando a última for verdadeiro, o Exército dos Estados Unidos da América (EUA) deve agir com cuidado em sua

preparação para futuras operações de sustentação^{NT1}. Afinal, o Exército não sustentou uma operação de combate em larga escala (*large-scale combat operation, LSCO*) desde a Operação *Iraqi Freedom*, realizada no início dos



anos 2000, a qual não se deu contra uma ameaça com poder de combate quase equiparado nem em um teatro de operações negado. Em vez de se concentrar no último combate, o exemplo histórico mais pertinente para as forças de sustentação vem do teatro de operações europeu durante a Segunda Guerra Mundial. Em preparação para operações futuras, o Exército precisa estudar as valiosas lições de sustentação do famoso sistema de comboios da Segunda Guerra Mundial, conhecido como *Red Ball Express*. Em cada fase de seu desenvolvimento, o *Red Ball Express* revelou a importância dos capacitadores (*enablers*^{NT2}), o valor da improvisação e os desafios inerentes em contar com a infraestrutura existente durante uma operação de combate em larga escala.

Da Operação Bolero ao Red Ball Express

Ao contrário de outras operações realizadas durante a Segunda Guerra Mundial, os planejadores aliados não se apressaram em se preparar para a invasão da França ocupada. A Operação *Overlord*, a invasão da Normandia em junho de 1944, começou dois anos antes com o aumento de tropas e suprimentos dos EUA no Reino Unido. Conhecida como Operação *Bolero*, os líderes aliados esperavam emassar mais de um milhão de soldados em 1942, capazes de invadir o continente europeu em 1943.¹ Em janeiro de 1942, cargas militares estadunidenses começaram a fluir para o Reino Unido por vias marítima e aérea. As remessas aumentaram na segunda metade de 1943 e, no início de 1944, os EUA estavam enviando mais de um milhão de toneladas de suprimentos por mês para as Ilhas Britânicas em preparação para uma invasão através do Canal da Mancha.

Em preparação para o esforço de sustentação à frente, os oficiais do Corpo de Transporte, criado dois anos antes, planejaram um grande exercício para estudar os desafios associados à movimentação de grandes quantidades de suprimentos de portos ingleses até os depósitos franceses.² O exercício buscava simular as operações de terminais e de distribuição planejadas para a França em um trecho de 480 km do Reino

Unido.³ Programado para durar várias semanas, o exercício foi cancelado devido à falta de pessoal, equipamento e tempo. O cancelamento significava que as forças de sustentação não teriam um ensaio final em grande escala antes de chegar ao solo francês.

Após a invasão bem-sucedida, conhecida como Dia D, no início de junho, as operações de sustentação logo foram desaceleradas por causa das más condições meteorológicas e de combatentes alemães determinados. Poucas semanas após o desembarque, fortes tempestades atingiram a costa da Normandia, destruindo um dos portos portáteis temporários (*mulberries*) dos aliados e forçando o fechamento de partes da praia por quatro dias.⁴ Conquistar a cidade costeira de Cherbourg foi um importante objetivo dos aliados após o Dia D, mas as forças alemãs entrenchadas mantiveram-se no local por mais de três semanas e destruíram a maior parte da infraestrutura do porto antes de se renderem. Com graves danos ao valioso porto de Cherbourg, as forças de sustentação tiveram pouca opção a não ser enviar suprimentos pelas praias francesas.

Depois de estabelecer uma base na França, as forças aliadas iniciaram uma série de operações ofensivas em julho destinadas à sua expansão a partir da Normandia. A Operação *Goodwood*, uma investida britânica e canadense, conteve as forças defensivas nazistas e permitiu que unidades dos EUA, como parte da Operação *Cobra*, penetrassem as linhas alemãs. No início de agosto, as forças alemãs contra-atacaram perto de Mortain, na França. A aposta de Adolf Hitler não deu certo e resultou na captura do VII Exército alemão, perto de Falaise. Com o colapso das posições inimigas em toda a França, as forças aliadas correram para explorar as linhas alemãs em desintegração.

As curtas linhas de comunicação da costa da Normandia para a linha de frente estavam administráveis no início, mas o sucesso ofensivo da expansão da penetração dos aliados criou desafios imediatos de sustentação. À medida que as linhas se alongavam, a logística sofria com o controle deficiente do movimento e com a falta de

Página anterior: Integrantes da 4185ª Companhia de Serviços de Intendência (da esquerda para a direita), Sd Harold Hendricks, 2º Sgt Carl Haines, 3º Sgt Theodore Cutright, Sd Lawrence Buckhalter, Pfc. Horace Deahl e Sd David N. Hatcher, carregam caminhões com rações destinadas às tropas da linha de frente em setembro de 1944 em Liège, na Bélgica. (Foto: cedida pelo Exército dos EUA)

NT1: A "Sustentação", no Exército dos EUA, compreende quatro áreas (logística, saúde, recursos humanos e finanças), enquanto, no Exército Brasileiro, a Logística engloba sete funções: suprimento, manutenção, salvamento, saúde, recursos humanos, engenharia e transporte.

NT2: Por vezes, os capacitadores (*enablers*) podem ser entendidos como "multiplicadores do poder de combate", por vezes, como "elementos em apoio". Meios associados à Inteligência, Operações Psicológicas, Assuntos Cívicos, Operações Especiais, Guerra Eletrônica, Guerra Cibernética, dentre outros, são, frequentemente, citados como capacitadores, segundo uma perspectiva mais ortodoxa das operações de combate em larga escala.



postos de armazenagem para os suprimentos que acumulavam rapidamente, chegando em massa.⁵ Sem eles, a distribuição de suprimentos tornou-se assistemática. A malha rodoviária francesa foi rapidamente sobrecarregada pelo tráfego aliado, pois não havia sido projetada para lidar com equipamentos pesados e veículos militares. Apesar de sua preparação, os planejadores do Exército dos EUA não conseguiram considerar, de forma adequada, os numerosos capacitadores relevantes para a operação, como a Polícia do Exército, engenheiros e equipes de controle de movimentação, todos necessários para manter o aceleradíssimo ritmo operacional na França.⁶ Se os suprimentos essenciais para a missão não chegassem à linha de frente, a ofensiva aliada em toda a França seria forçada a atingir o ponto culminante enquanto as forças defensivas alemãs ainda estavam em retirada.

A criação do Red Ball Express

A expansão dos aliados a partir da Normandia no final de julho e início de agosto de 1944 excedeu as expectativas. A ofensiva foi tão bem-sucedida que os grupos de

Um comboio de caminhões estadunidenses para em uma estação de serviço improvisada para fazer manutenção e trocar de motoristas, 7 de setembro de 1944, perto de Saint Denis, França. (Foto: cedida pelo Exército dos EUA)

exércitos aliados estavam mais de duzentos dias à frente do que os planejadores haviam estimado.⁷ Esse sucesso sobrecarregou as operações de sustentação, que tinham de entregar alimentos, munições e combustível ao longo de um eixo de suprimento cada vez maior. Apenas manter as tropas alimentadas tornou-se um esforço de tempo integral. Por exemplo, uma única divisão em 1944 exigia 35 toneladas de rações de campanha por dia.⁸ Munição e combustível também foram essenciais para sustentar a expansão dos aliados. No dia 5 de agosto, 72 mil toneladas de munição foram solicitadas ao sul das praias da Normandia.⁹ Uma semana depois, a quantidade de combustível, óleo e lubrificantes (COL) exigida pelo Terceiro Exército dobrou, indo de 1,13 milhão de litros por dia para 2,27 milhões de litros por dia.¹⁰

Durante a Primeira Guerra Mundial, quando os exércitos tinham capacidade motorizada limitada,

as ferrovias eram o principal meio de transporte de suprimentos no continente europeu. Mas as forças estadunidenses não podiam depender de trens em 1944 porque as forças aéreas aliadas haviam sistematicamente atacado pontes e redes ferroviárias para evitar que reforços alemães chegassem à Normandia no Dia D. Na época, o suprimento aéreo em grande escala era considerado impraticável, embora suprimentos essenciais, como alimentos e COL, fossem transportados por via aérea durante a campanha europeia com variado grau de sucesso.¹¹ O suprimento via barcaça era outra opção, mas isso só era possível em áreas de operação seguras com hidrovias e exigia o uso de maquinário pesado, como guindastes.

Em preparação para suas próximas ofensivas, o Primeiro Exército e o Terceiro Exército dos EUA buscaram postos de armazenagem de suprimentos perto de La Loupe, uma cidade a sudoeste de Paris.¹² No final de agosto, o oficial de logística da zona de administração solicitou que 100 mil toneladas de suprimentos fossem transportadas da Normandia para a área triangular entre as cidades francesas de Chartres, La Loupe e Dreux até o dia 1º de setembro.¹³ Havia otimismo de que uma linha ferroviária de Laval a Paris pudesse ser reparada e usada para essa gigantesca tarefa.¹⁴ No entanto, às unidades de engenharia, que já lidavam com a falta de pessoal, não foi dado tempo suficiente para restaurar os trilhos, de modo que os trens só eram capazes de transportar de 18 mil a 25 mil toneladas no prazo solicitado.¹⁵ A incapacidade de usar linhas ferroviárias significava que os planejadores de logística precisavam encontrar outra maneira de transportar as 75 mil a 82 mil toneladas restantes de equipamentos e suprimentos.¹⁶

Com tempo limitado e poucas opções, os planejadores recorreram ao transporte motorizado. A Divisão de Transporte Motorizado operava um mix de caminhões de carga de 2,5 toneladas, caminhões de carga de 5 toneladas e semirreboques de 10 toneladas.¹⁷ Esses veículos eram fabricados principalmente pela General Motors Company, Dodge e Ford.¹⁸ Os técnicos de logística vinham defendendo o projeto de um sistema em torno dos semirreboques, pois sua capacidade de carga pesada e a facilidade com que os reboques podiam ser transferidos entre caminhões-trator do tipo cavalo mecânico os tornavam ideais para o teatro de operações europeu

durante a Segunda Guerra Mundial. Os oficiais estimaram que a eficiência máxima poderia ser alcançada com uma proporção de três semirreboques para cada caminhão-trator.¹⁹ No entanto, a produção em massa e o emprego de reboques maiores não foram possíveis até mais tarde na guerra; então, o caminhão de carga de 2,5 toneladas, conhecido como “duas e meia”, tornou-se o carro-chefe do sistema *Red Ball Express*. Com o aumento da demanda por suprimentos na linha de frente, as operações do *Red Ball* começaram no dia 25 de agosto de 1944.

A vida no *Red Ball Express*

No início da Segunda Guerra Mundial, o Exército, bem como grande parte dos EUA, era segregado racialmente. O recrutamento específico de negros estadunidenses aumentou à medida que a nação enfrentava as pesadas demandas de uma guerra verdadeiramente global. No verão de 1944, quase 700 mil soldados negros serviam no Exército dos EUA.²⁰ Ainda assim, eles eram geralmente relegados a unidades não combatentes, independente de seu desejo de servir na linha de frente. Por exemplo, dos 29.714 soldados que desembarcaram em Omaha Beach no Dia D, apenas 500 eram afrodescendentes.²¹ Ao contrário das unidades de combate, os escalões de retaguarda tinham, frequentemente, uma quantidade desproporcional de integrantes afrodescendentes, como exemplificado pelo Serviço de Transporte Motorizado, que era composto por aproximadamente 73% de soldados afrodescendentes no teatro de operações europeu.²² Esses soldados acabariam por preencher as fileiras do *Red Ball Express*.

O nome *Red Ball Express* não era um termo novo no mundo dos transportes, pois originou-se da gíria ferroviária para “frete expresso”.²³ Na França, em 1944, o Exército se apropriou de um símbolo de classificação no formato de uma bola vermelha que era colocado em cargas, veículos, sinais de trânsito e emblemas

Christopher Carey, Ph.D., produz documentários para a Army University Press. Seus filmes mais recentes, que estão disponíveis no YouTube e DVIDS, incluem *France '44: The Red Ball Express*, *France '44: The Wet Gap Crossings at Nancy*, e *Stalingrad: The Grain Elevator*. Ele tem mestrado pelo Center for Global and International Studies e doutorado em História, ambos pela University of Kansas.

nos uniformes. Desde o Dia D, as unidades de logística e seus capacitadores foram afetados pela falta de soldados, porque o envio de tropas de combate tinha precedência sobre as tropas de serviço.²⁴ Desesperado para preencher vagas para equipes de motoristas formadas por duas pessoas, o Exército buscou voluntários de unidades combatentes e não combatentes que já estavam em solo francês. Dava-se preferência para quem já tivesse experiência ao volante, mas isso não era essencial.

limite de velocidade estabelecido era de 40 km por hora.²⁷ Os comandantes do comboio eram oficiais e geralmente ficavam posicionados no fim do comboio, enquanto um graduado liderava o comboio pela frente.²⁸

Os comboios do *Red Ball Express* não tinham permissão para parar, exceto para um intervalo de dez minutos que ocorria dez minutos antes de cada hora.²⁹ Esperava-se que as equipes de motoristas estivessem de volta à estrada nas horas exatas. Após seis horas con-

“ Ao contrário das unidades de combate, os escalões de retaguarda tinham, frequentemente, uma quantidade desproporcional de integrantes afrodescendentes, como exemplificado pelo Serviço de Transporte Motorizado, que era composto por aproximadamente 73% de soldados afrodescendentes no teatro de operações europeu. ”

Mesmo antes de chegar à França, os planejadores aliados reconheceram que muitas estradas francesas não eram largas o suficiente para suportar o tráfego de mão dupla com o uso de veículos militares de grande porte. Para superar esse problema, os planejadores do *Red Ball* criaram um sistema deanel rodoviário fechado de mão única. Oficialmente, o percurso do *Red Ball Express* começava em Saint-Lô, mas os motoristas, muitas vezes, eram forçados a recolher materiais ao norte, até o porto de Cherbourg. Quando as operações do *Red Ball* começaram, os comboios entregavam suprimentos aos depósitos do Exército dos EUA localizados entre as cidades francesas de Dreux, Chartres e La Loupe. Um centro de apoio ao comboio foi estabelecido perto da cidade de Alençon porque era o ponto médio do trajeto e a área podia ser acessada tanto pelo tráfego de saída quanto de chegada.²⁵ Em Alençon, os motoristas podiam reabastecer, descansar e realizar manutenções não programadas.

O trajeto do *Red Ball Express* era uma rodovia de mão única aberta apenas para seus motoristas. Para evitar confusão, todos os veículos em trânsito no anel rodoviário tiveram de ser claramente marcados com o símbolo do *Red Ball* (a bola vermelha) na frente e atrás.²⁶ Para maior eficiência, os comboios foram organizados com um mínimo de 20 veículos e separados em intervalos de 55 metros, a menos que operassem em áreas congestionadas. Embora os motoristas raramente cumprissem a regra, o

secutivas de condução, os soldados eram autorizados a fazer uma pausa de 30 minutos para alimentação, mas essas paradas não ocorriam em áreas urbanas. Para atender às enormes demandas de suprimento da linha de frente, as operações do *Red Ball* deveriam ser executadas de forma ininterrupta. As equipes de motoristas frequentemente pulavam seus intervalos para economizar tempo e eram conhecidas por trocar de motorista sem parar seus veículos. Quando operavam à noite, o uso de farol baixo era permitido a oeste da linha de escurecimento, mas não perto de zonas de combate para evitar ataques de artilharia ou aeronaves alemãs.

Cinco dias após a criação do *Red Ball*, 132 companhias compostas por quase 6.000 veículos entregaram 12,3 mil toneladas de suprimentos em um dia.³⁰ Essa façanha representou o recorde de um único dia do *Red Ball* para tonelagem entregue. Apesar dessa conquista, o *Red Ball* não conseguiu cumprir sua meta de 82 mil toneladas até 1º de setembro.³¹ No entanto, os planejadores aliados prorrogaram a missão *Red Ball* depois que as operações ferroviárias também não foram capazes de cumprir a cota. Em 5 de setembro, o *Red Ball Express* havia excedido sua meta original ao entregar 89 mil toneladas para o triângulo La Loupe, Dreux e Chartres.³² Com poucas outras opções disponíveis na França, as forças de sustentação foram forçadas a estender as operações do *Red Ball* até o outono.

Quase sem combustível

Durante a ofensiva em toda a França, as forças de sustentação tiveram dificuldade para acompanhar o ritmo operacional exigente. Grandes quantidades de COL eram necessárias para sustentar as unidades mecanizadas dos EUA. No final de agosto, os exércitos estadunidenses que estavam no norte da França consumiam cerca de 3 milhões de litros de gasolina por dia.³³ Os planos iniciais contavam com a construção de três dutos saindo da Normandia para apoiar as forças da linha de frente, mas esse esforço se mostrou inviável. Em agosto, o trabalho no sistema dos três dutos foi cancelado e as unidades de serviço se concentraram na construção de um duto principal.³⁴

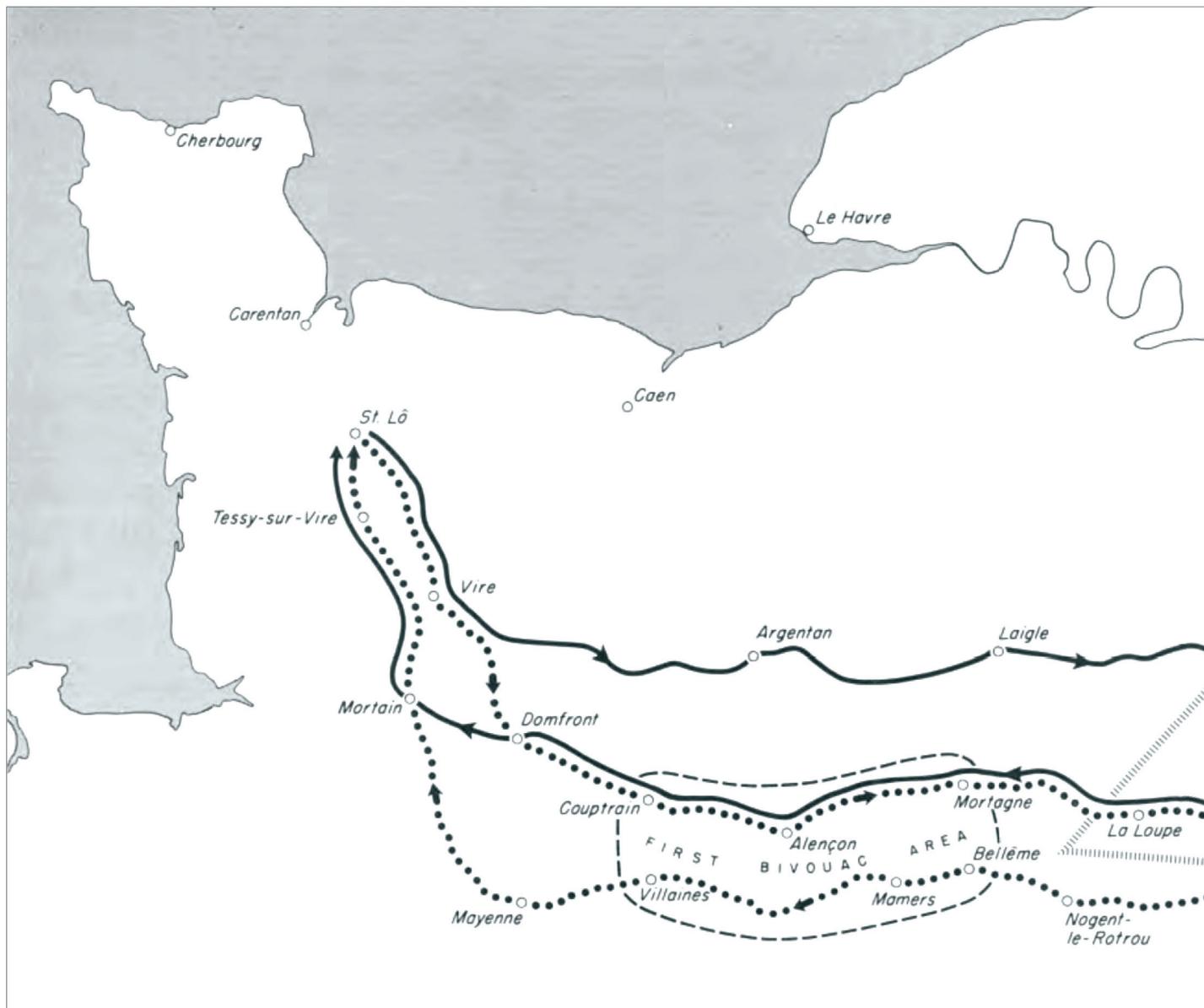
Com veículos precisando de combustível constantemente na linha de frente, o *Red Ball Express* começou a entregar combustível de 80 octanas para transportes motorizados (MT 80) e combustível

de aviação de 100 octanas (AV 100). Quando os caminhões-tanque abastecedores não estavam disponíveis, os produtos COL eram transportados em tambores de aproximadamente 208 litros, que pesavam quase 50 quilos vazios.³⁵ O combustível costumava ser distribuído em recipientes de cinco galões, isto é, de quase 19 litros de capacidade. Esses recipientes eram conhecidos entre os soldados como *jerrican*.

Adotado a partir de um design alemão, o *jerrican* pesava quase 5 quilos vazio e 18 quilos cheio.³⁶ Em 1944, cabiam 50 latas em um caminhão de 1 tonelada, 250 em um caminhão de 5 toneladas e 500 em um semirreboque de 10 toneladas.³⁷ Os EUA tinham 12 milhões de *jerricans* antes do Dia D, mas como os postos de armazenagem de combustível eram alvos de alto valor para os alemães e os *jerricans* eram frequentemente descartados de forma inadequada pelos

Soldados carregam caminhões com rações de combate em preparação para um comboio destinado para a linha de frente, 21 de dezembro de 1944, teatro de operações europeu. (Foto: cedida pelo Exército dos EUA)





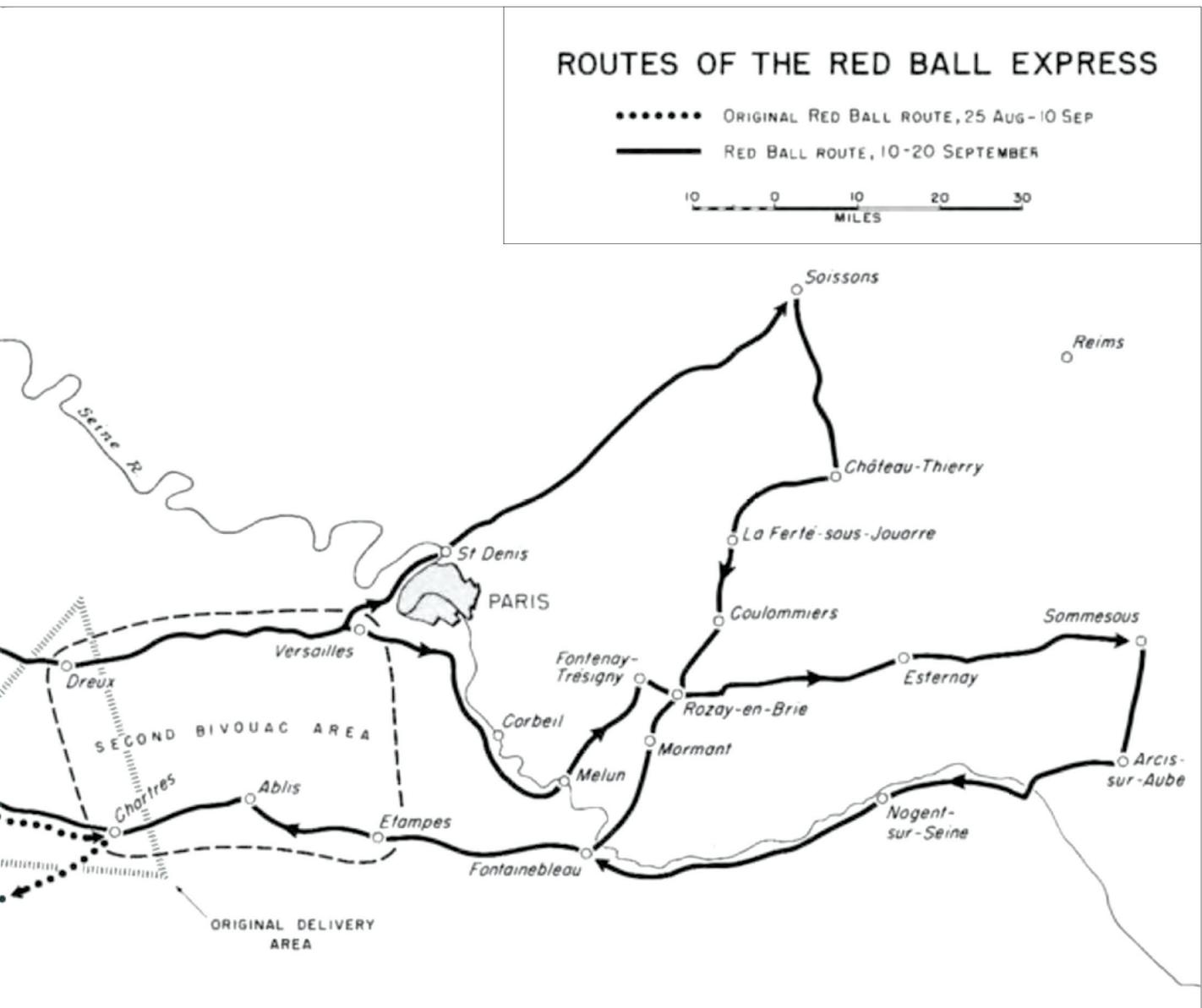
soldados, as forças de sustentação esperavam perder 800 mil *jerricans* por mês a partir de agosto e setembro. Em outubro, os grupos de intendência precisavam de 3,5 milhões de *jerricans*, forçando o Departamento de Guerra a buscar produção doméstica e no exterior.³⁸

Com a demanda por COL em alta, os comboios do *Red Ball* estavam sob ordens permanentes para partir com os tanques de combustível cheios e transportar gasolina suficiente para uma viagem inteira de ida e volta.³⁹ Para ampliar o estoque de combustível nas áreas avançadas, 5 *jerricans* adicionais foram incluídos em cada pacote de logística e colocados em todos os veículos do *Red Ball*. Nenhuma outra classe

de suprimentos recebeu prioridade semelhante. De junho a dezembro de 1944, o Serviço de Transporte Motorizado transportou 423 mil toneladas de COL, grande parte armazenada em *jerricans* de 19 litros.⁴⁰

○ **Red Ball segue para o leste**

Libertada pelos aliados no final de agosto de 1944, Paris tornou-se um centro de sustentação dos aliados. Devolver Paris ao controle dos aliados deu um moral incomensurável para o esforço de guerra, mas a capital francesa também foi um fardo importante porque sua população considerável agora dependia da rede de logística militar para suprimentos básicos. Conforme



(Mapa: H. Damon, retirado de Roland G. Ruppenthal, *Logistical Support of the Armies, Volume 1: May 1941-September 1944*)

os soldados da linha de frente avançavam, o *Red Ball Express* alterou suas estradas principais de suprimento, estendendo suas linhas a leste da capital francesa em 10 de setembro. A expansão do *Red Ball* foi significativa para o esforço de sustentação, pois as viagens de ida e volta alcançavam quase 1.000 km.⁴¹

À medida que as linhas de comunicação se estendiam, os líderes de sustentação buscavam maneiras de melhorar a eficiência e reduzir a carga sobre os operadores e veículos do *Red Ball*. Ao contrário do que houve no noroeste da França, os bombardeiros aliados pouparam a rede ferroviária a leste de Paris. No final de setembro, as forças de sustentação haviam estabelecido

terminais e pontos de transferência perto de Vincennes e Fontenay-sous-Bois.⁴² Nesses pontos de transferência localizados nos arredores de Paris, os caminhões do *Red Ball* entregavam suas cargas e, sob supervisão militar dos EUA, os trabalhadores franceses carregavam os suprimentos nos trens para posterior distribuição.

Apoiando o Primeiro Exército dos EUA no norte e o Terceiro Exército no sul, o *Red Ball* estendeu oficialmente seu alcance bem além de Paris, até Hirson e Sommesous. Extraoficialmente, os motoristas foram ainda mais para o leste, até as cidades de Verdun e Metz.⁴³ Os comboios tinham dificuldades com a nova viagem de ida e volta, que agora tinha mais de 1.600 km.⁴⁴ Um





Página anterior, foto de cima: Um guincho da patrulha rodoviária (à direita) puxa um caminhão tombado (1944) para transportá-lo até o posto de manutenção de veículos pesados mais próximo ao longo do trajeto do *Red Ball Express* no teatro de operações europeu. Caminhões danificados eram reparados imediatamente e recolocados em serviço. Se um caminhão estivesse danificado a ponto de não poder ser reparado, ele era imediatamente substituído. (Foto: Lawrence Riordan/Exército dos EUA) **Foto de baixo:** Caminhões de unidades diferentes retiram recipientes de gasolina de um dos postos de armazenagem de material da intendência, 7 de fevereiro de 1945. Depois de os jerricans de quase 19 litros de capacidade serem lavados, eles eram recarregados nos navios-tanque nas cabeças de praia e devolvidos ao depósito de intendência. (Foto: cedida pelo Exército dos EUA) **Acima:** Motoristas estadunidenses cochilam ou relaxam sobre caixas de munição e outros equipamentos durante a entrega de suprimentos a uma área avançada na França, 10 de outubro de 1944. O trem de suprimento foi um dos comboios do *Red Ball* que era formado por uma cadeia interminável de caminhões operando de e para a linha de frente em estradas de mão única. As estradas foram marcadas com sinais de prioridade para o *Red Ball* e reservadas para suprimentos urgentes. (Foto: cedida pelo Exército dos EUA)

outono atipicamente chuvoso tornou os riachos rasos quase intransitáveis; os rios, cheios, destruíram as pontes, e os campos inundados não puderam mais ser usados para ressurgimento. Más condições meteorológicas foram adicionadas à lista crescente de problemas do *Red Ball*.

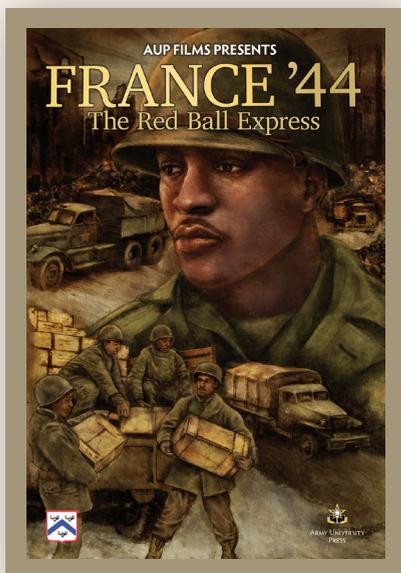
Os desafios do *Red Ball*

A extensão do *Red Ball Express* em direção à fronteira alemã pressionou um sistema já instável. Durante a primeira fase do *Red Ball Express*, os motoristas operaram da seção avançada da zona de administração para as áreas de retaguarda dos exércitos de campanha.⁴⁵ No entanto, como a linha de frente continuou a se mover mais para o leste, a segunda fase exigiu a passagem por várias seções da zona de administração para chegar a essas áreas. Falhas de comunicação e uma fraca unidade de esforços dificultaram a distribuição e a eficiência geral. Esses desafios exigiram que as forças de sustentação improvisassem e se adaptassem para atender às demandas da linha de frente. Um relatório pós-ação declarou que “os procedimentos ortodoxos de suprimento foram abandonados.”⁴⁶

A falta de capacitadores (um desafio desde o início do *Red Ball*) continuou a atormentar as operações do sistema de comboio conforme o progresso dos aliados estendia as linhas de comunicação. Por exemplo, as unidades de engenharia na França tinham uma demanda tão alta que muitas vezes eram transportadas entre o Primeiro Exército e o Terceiro Exército.⁴⁷ A

situação tornou-se tão grave que o Departamento de Guerra enviou unidades inexperientes dos EUA para a Europa para completar o treinamento de engenheiros nas áreas de retaguarda.⁴⁸ A escassez de engenheiros retardou a construção da rede ferroviária da França, o que por sua vez aumentou a carga pesada já suportada pelo Serviço de Transporte Motorizado.

Como os engenheiros, as unidades da Polícia do Exército também tiveram dificuldade para atender às demandas do *Red Ball Express* devido à falta de pessoal. De acordo com os planos do *Red Ball*, a Polícia do Exército deveria estar estacionada em áreas urbanas, controlando o tráfego e verificando cargas. Os pontos obrigatórios de controle de tráfego não deveriam estar distantes mais do que 80 km um do outro e deveriam sempre ter uma equipe trabalhando.⁴⁹ A Polícia do Exército também era responsável por patrulhar as rodovias do *Red Ball*, garantindo que os motoristas estadunidenses estivessem aderindo ao protocolo do Exército e evitando que veículos não autorizados usassem a estrada. Em última análise, a Polícia do Exército exercia um trabalho extremamente sobrecarregado. O Primeiro Exército, o Terceiro Exército e a Nona Força Aérea dos EUA aumentaram a confusão e o congestionamento usando as estradas restritas do *Red Ball* sem solicitar permissão. A falta de uma presença adequada da Polícia do Exército também levou ao furto de suprimentos dos EUA, muitos dos quais acabaram no mercado negro francês.



France '44: The Red Ball Express

Depois de controlar a Europa continental por anos, os alemães foram acudados pelas forças aliadas até que o devastado Terceiro Reich foi forçado a capitular em maio de 1945. Essa vitória não teria sido possível sem um esforço implacável de sustentação dos aliados. *France '44: The Red Ball Express* mostra como a logística levou à libertação da Europa e ao fim da Alemanha nazista.

Entrelaçando a doutrina atual do Exército com a incrível história do *Red Ball Express*, o filme examina os sucessos logísticos e os desafios que os planejadores de sustentação encontraram no teatro de operações europeu. Produzido em colaboração com o Combined Arms Support Command, *France '44: The Red Ball Express* traz importantes lições de sustentação para apoiar operações de combate em larga escala que permanecem relevantes até hoje.

Para ver *France '44: The Red Ball Express* de Army University Press Films, visite <https://www.armyupress.army.mil/Educational-Services/Documentaries/France-44-The-Red-Ball-Express/>.

O processo de carregamento e descarregamento foi outro problema para as forças de sustentação. No início, as forças de sustentação do teatro de operações europeu organizaram comboios em grupos de 40 veículos. No entanto, a falta de pessoal e de equipamentos de manuseio de materiais tornou demorados o carregamento e o descarregamento de tantos veículos.⁵⁰ Mesmo depois de reduzir o tamanho dos comboios para 20 veículos, poderia levar de 12 a 40 horas para carregar toda a carga.⁵¹ Falhas nas comunicações frequentemente resultavam em motoristas se perdendo ou descarregando no local errado. Outro problema sistêmico foram os depósitos e locais de transferência mal planejados.⁵²

A manutenção era uma luta constante durante a missão *Red Ball*. A certa altura, em setembro, 27 companhias de caminhões, totalizando aproximadamente 1.000 veículos, ficaram sem manutenção por vários dias.⁵³ Isso não apenas violava protocolos de manutenção bem estabelecidos, mas também comprometia seriamente a prontidão operacional. No trajeto de volta entre as cidades de Chartres e Saint-Lô, não havia apoio para a manutenção de veículos. A falta de manutenção prejudicou os motores e as rodas. Na fase mais crítica desse problema, motoristas estadunidenses chegaram a abandonar 81 veículos carregados no acostamento da estrada entre Vire e Dreux.⁵⁴ Ignorar os intervalos de manutenção preventiva encurtou a vida útil dos veículos, reduziu a capacidade de carregamento e, por fim, ameaçou as operações futuras.

Sob constante pressão para fazer as entregas, a disciplina do comboio foi prejudicada, principalmente no que diz respeito aos limites de velocidade e manutenção dos intervalos. Os mecânicos do *Red Ball* removeram os reguladores para permitir um aumento na velocidade máxima dos veículos. Mesmo com os comboios ignorando os limites de velocidade, algumas viagens exaustivas de ida e volta do *Red Ball* levavam mais de 53 horas para serem concluídas.⁵⁵ A exaustão e o cansaço dominaram os motoristas. O ritmo prolongado do *Red Ball* era tão exigente que, mesmo em equipes de dois, os motoristas costumavam adormecer ao volante. Os acidentes eram uma ocorrência regular e eram causados por esgotamento, excesso de velocidade, más condições das estradas e colisões com tráfego não autorizado.

Embora conduzindo uma defesa desesperada em todo o teatro europeu, as forças terrestres e aéreas

além continuaram sendo uma ameaça constante para os comboios. Como parte de seu movimento retrógrado, a Wehrmacht destacou atiradores para áreas urbanas e colocou minas explosivas ao longo das estradas francesas. Tendo perdido a superioridade aérea para os aliados, os pilotos da Luftwaffe, em número inferior, evitavam duelos contra os esquadrões aliados, mas tinham como alvo os eixos de suprimento e depósitos vulneráveis sempre que possível. Ao fazer entregas nas posições avançadas, os motoristas do *Red Ball* frequentemente encontravam resistência inimiga. As forças de sustentação foram forçadas a defender a si próprias e a seus veículos e seus locais de transferência.

Apesar desses desafios internos e externos, o *Red Ball Express* entregava suprimentos essenciais dia após dia. Depois de conduzir grandes operações por 81 dias consecutivos, o *Red Ball Express* foi descontinuado porque os relatórios indicavam que ferrovias e barcaças estavam disponíveis a leste de Paris e o uso de portos liberados, como o da Antuérpia, poderia encurtar os eixos de suprimento. De 25 de agosto a 16 de novembro, os soldados do *Red Ball Express* transportaram mais de 400 mil toneladas de suprimentos a uma taxa de mais de 5.000 toneladas por dia.⁵⁶ Na maioria dos dias, 900 veículos partiam em direção a zonas de combate, cobrindo 1,5 milhão de toneladas-milhas.⁵⁷ Ao chegar o Dia de Ação de Graças de 1944 (23 de novembro), o *Red Ball Express* havia completado mais de 121 milhões de toneladas-milhas em apenas alguns meses.⁵⁸

Do Red Ball para o XYZ

Além do *Red Ball Express*, vários outros eixos de suprimento foram estabelecidos pelos aliados no teatro de operações europeu, como o *Little Red Ball Express*, o *White Ball Express*, o *Red Lion Express*, o *ABC Express* e o *XYZ Express*. Dentre esses eixos, o *XYZ Express* foi o mais transformador, pois incorporou inúmeras lições do *Red Ball Express* para fornecer sustentação contínua e ágil. Um dos últimos carregamentos da guerra, a Operação *XYZ Express* apoiou a ofensiva final na Alemanha. O nome da operação foi concebido como parte de um sistema trifásico: o Plano X exigia 8.000 toneladas por dia, o Plano Y exigia 10.000 toneladas por dia e o Plano Z exigia 12.000 toneladas por dia.⁵⁹ Embora os trens estivessem finalmente aliviando a pressão sobre o transporte motorizado

no leste da França, os técnicos em logística previram que as redes ferroviárias dentro da fronteira alemã não seriam úteis por causa dos danos causados por bombardeios dos aliados e sabotagem do inimigo.

Adotando as lições aprendidas durante o *Red Ball Express*, o Serviço de Transporte Motorizado forneceu ao Primeiro, Terceiro, Sétimo e Nono Exércitos dos EUA uma divisão provisória de transporte rodoviário ou um grupo de intendência. Embora não fossem divisões no sentido tradicional, as 6956^a, 6957^a e 6958^a Divisões de Transporte Rodoviário (Provisórias) e a 469^a Grupo de Intendência foram organizados por tarefa para apoiar seus respectivos exércitos.⁶⁰ Essas forças de sustentação foram equipadas para viajar 300 km além do rio Reno.⁶¹ Prepararam-se para transportar 24 mil toneladas por dia, mas a capacidade de tonelagem diária deveria diminuir ligeiramente à medida que as unidades penetrassem o interior da Alemanha.

A partir de 25 de março de 1945, a Operação *XYZ Express* estabeleceu quatro eixos de suprimento originários da Bélgica, Luxemburgo e França.⁶² Isso não apenas melhorou a capacidade de sobrevivência de comboios individuais, mas também garantiu suporte contínuo no caso de um dos trajetos ser temporariamente fechado. Em meados de abril, os quatro exércitos dos EUA foram abastecidos dentro do território alemão. Ao contrário dos primeiros dias do *Red Ball Express*, quando o combustível era frequentemente transportado por *jerricans* em caminhões de 2,5 toneladas, a Operação *XYZ Express* incorporou companhias de caminhões-tanque capazes de entregar 4.000 toneladas de COL por dia.⁶³ Beneficiando-se de suas 34 companhias de semirreboques de 10 toneladas, a 6957^a Divisão de Transporte Rodoviário (Provisória) foi capaz de abastecer o Terceiro Exército com 10 mil toneladas de suprimentos e 3,78 milhões de litros de COL por dia.⁶⁴ Toda a operação foi auxiliada pelo conserto das linhas ferroviárias a oeste do rio Reno, o que aliviou a pressão sobre o sistema de comboios.

A coordenação e sincronização da Operação *XYZ* em todos os níveis de guerra permitiu que as forças aliadas combatessem bem no coração da Alemanha. Em três meses, a Operação *XYZ* atingiu uma média de 13 mil toneladas por dia, entregando um total de 870 mil toneladas.⁶⁵ Depois da “Vitória na Europa”, o Serviço de Transporte Motorizado considerou a *XYZ*

Express uma das operações de maior sucesso da guerra. Essas conquistas não teriam sido possíveis sem a experiência acumulada durante o *Red Ball Express*.

Conclusão

O *Red Ball Express* é um excelente exemplo dos desafios associados à sustentação da operação de combate em larga escala. Mesmo com anos para planejar e se preparar, as forças de sustentação dos aliados encontraram sérios desafios na França em 1944. Depois de um exercício de pré-invasão na Inglaterra ter sido cancelado, as operações de sustentação tiveram de ser executadas na zona de combate sem o benefício de um ensaio em grande escala. Embora as forças de sustentação quisessem implantar um sistema que utilizasse uma série de semirreboques, elas foram forçadas a contar com os veículos menores que estavam prontamente disponíveis no teatro de operações europeu.

Como seus inimigos alemães, os planejadores aliados ficaram chocados com a velocidade de sua expansão e ofensiva em toda a França. Enquanto as tropas de combate corriam pelo interior da França, cada vitória teve consequências para as forças de sustentação, que foram forçadas a expandir suas operações para manter o ritmo. O sucesso dos aliados levou à criação do *Red Ball Express* como uma solução de curto prazo. O transporte motorizado era a única opção viável, já que o envio de suprimentos por ferrovia, barcaça e avião era incapaz de atender às pesadas demandas logísticas.

A situação de sustentação no terreno tornou-se tão desesperadora que foram necessários voluntários para preencher as unidades. Isso decorreu, em parte, do fato de que o desdobramento de unidades de combate passou a ser priorizado em relação ao das forças de sustentação. Operando em um dos percursos mais longos do teatro de operações europeu, muitos dos motoristas voluntários não tinham experiência em transporte motorizado e alguns nunca haviam dirigido um caminhão antes. O avanço das forças aliadas teria sido forçado a atingir o ponto culminante sem suprimentos; então, o *Red Ball Express* passou de uma solução de curto prazo para possibilitar a expansão a partir da Normandia a uma missão contínua e por tempo indeterminado em toda a França. Assolada por uma infraestrutura deficiente e pela falta de capacitadores, a rede de logística esteve perigosamente perto da beira do colapso. No final do *Red Ball*

Express, a exaustão estava causando um colapso no moral e na disciplina. Os veículos foram descartados ao longo das estradas, os suprimentos foram vendidos no mercado negro e os motoristas estavam morrendo em ataques inimigos e acidentes rodoviários.

Como resultado do aprendizado com os sucessos e fracassos do *Red Ball Express*, os planejadores do Exército iniciaram várias mudanças antes que os comboios da Operação *XYZ Express* entrassem na Alemanha. Uma das melhorias mais significativas foi a decisão de anexar divisões de transporte de tropas experientes a cada Exército, fornecendo assim um apoio contínuo e ágil. A Operação *XYZ Express* teve tanto sucesso que se tornou o padrão de sustentação para operações futuras.

As forças de sustentação de hoje devem se preparar para lidar com desafios semelhantes aos enfrentados

pelo *Red Ball Express*. À medida que o Exército continua a fazer a transição das operações persistentes de contingência limitada e se prepara para o potencial de combate em larga escala, é crucial que a comunidade de sustentação reconheça e treine para as demandas que isso vai gerar para a rede de transporte e distribuição. Os planejadores devem fazer uma análise detalhada e uma adaptação cuidadosa da força para garantir que a combinação apropriada de capacitadores esteja disponível para facilitar a sustentação integrada e ágil. Os líderes devem construir organizações adaptáveis, capazes de improvisar para dar conta tanto dos teatros imaturos quanto da infraestrutura degradada comumente associada ao combate em larga escala. Abraçar essas realidades e se preparar para elas trará uma vantagem decisiva para as forças de sustentação do Exército no campo de batalha do século XXI. ■

Referências

1. Gordon Harrison, *The European Theater of Operations: Cross-Channel Attack* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office [GPO], 1951, 1989), p. 19.
2. Consulte General Board, *Motor Transport Service as a Permanent Part of the Transportation Corps* (Frankfurt, Germany: Headquarters, U.S. Forces, European Theater, 1945), p. 3. O Departamento de Guerra criou o Corpo de Transporte em 1942.
3. Roland G. Ruppenthal, *Logistical Support of the Armies, Vol. 1: May 1941-September 1941* (Alexandria, VA: Saint John's Press, 1995), p. 559.
4. *Report of Operations: Final After Action Report, 12th Army Group, Vol. 1, Summary* (London: Headquarters, 12th Army Group, 31 July 1945), p. 21.
5. *Ibid.*, p. 22.
6. *Ibid.*, p. 95.
7. Charles MacDonald, *The Siegfried Line Campaign* (1963; repr., Washington, DC: U.S. GPO, 2001), p. 4.
8. Martin Blumenson, *The European Theater of Operations: Breakout and Pursuit* (Washington, DC: U.S. GPO, 1961), p. 691.
9. Ruppenthal, *Logistical Support of the Armies, Vol. 1*, p. 558.
10. *Ibid.*
11. *Report of Operations*, p. 22.
12. *Ibid.*
13. Joseph Bykofsky and Harold Larson, *The Technical Services: The Transportation Corps: Operations Overseas* (1957; repr., Washington, DC: U.S. GPO, 1973), p. 331.
14. *Report of Operations*, p. 96.
15. As unidades de serviços, que eram responsáveis por missões como manutenção de veículos e reconstrução ferroviária, foram enviadas para a França em um ritmo muito mais lento do que as unidades de combate.
16. Há desacordo entre Bykofsky e Larson em *The Technical Services*, na página 331, e Ruppenthal em *Logistical Support of the Armies*, na página 558.
17. Loren Ayers, "Truck Loading Reference Data", Headquarters European Theater of Operations, U.S. Army, Office of the Chief of Transportation, Motor Transport Division, March 1944, p. 1.
18. *Ibid.*, tabela X-A.
19. General Board, *Motor Transport Service as a Permanent Part of the Transportation Corps*, p. 15.
20. Ulysses Lee, *Special Studies: The Employment of Negro Troops* (1966; repr., Washington, DC: U.S. GPO, 1970), p. 415.
21. *Ibid.*, p. 637-38.
22. *Ibid.*, p. 633.
23. World War II Exhibit, *Ground Transportation*, U.S. Army Transportation Museum, Fort Eustis, VA, 24 July 2019.
24. *Report of Operations*, p. 21-22.
25. Ruppenthal, *Logistical Support of the Armies, Vol. 1*, p. 563.
26. Headquarters, European Theater of Operations, United States Army, *Standing Operating Procedure No. 53: Red Ball Motor Transportation Operations*, 2 December 1944, p. 3.
27. *Ibid.*, p. 2.
28. *Ibid.*
29. *Ibid.*, p. 3.
30. Ruppenthal, *Logistical Support of the Armies, Vol. 1*, p. 560.
31. O pessoal de controle de tráfego foi enviado para as cidades erradas, o que levou à perda de comboios e tempo.
32. Ruppenthal, *Logistical Support of the Armies, Vol. 1*, p. 560.
33. Blumenson, *The European Theater of Operations*, p. 691.
34. *Report of Operations*, p. 23.
35. Ayers, *Truck Loading Reference Data*, p. 13.

36. Ibid.
37. Ibid.
38. Roland G. Ruppenthal, *The European Theater of Operations: Logistical Support of the Armies, Vol. 2: September 1944-May 1945* (1959; repr., Washington, DC: U.S. GPO, 1969), p. 202-3.
39. *Standard Operating Procedure No. 53: Red Ball Motor Transportation Operations*, p. 3.
40. Bykofsky and Larson, *The Technical Services*, p. 331.
41. General Board, *Motor Transport Service as a Permanent Part of the Transportation Corps*, p. 34.
42. Bykofsky and Larson, *The Technical Services*, p. 334.
43. Ibid.
44. General Board, *Motor Transport Service as a Permanent Part of the Transportation Corps*, p. 34.
45. Ibid., p. 23.
46. *Report of Operations*, p. 92.
47. Ibid., p. 83.
48. Ibid.
49. *Standard Operating Procedure No. 53: Red Ball Motor Transportation Operations*, p. 1.
50. General Board, *Motor Transport Service as a Permanent Part of the Transportation Corps*, p. 35.
51. Ruppenthal, *Logistical Support of the Armies*, Vol. 1, p. 565.
52. General Board, *Motor Transport Service as a Permanent Part of the Transportation Corps*, p. 34-35.
53. Ruppenthal, *Logistical Support of the Armies*, Vol. 1, p. 565.
54. Ibid.
55. Lee, *Special Studies*, p. 663.
56. Bykofsky and Larson, *The Technical Services*, p. 334.
57. Lee, *Special Studies*, p. 663.
58. Ibid.
59. Bykofsky and Larson, *The Technical Services*, p. 337.
60. Ibid., 338-39.
61. *Report of Operations*, p. 97.
62. Bykofsky and Larson, *The Technical Services*, p. 337.
63. *Report of Operations*, p. 97.
64. Bykofsky and Larson, *The Technical Services*, p. 337.
65. Ibid.

A 18ª Lacuna

Como preservar o espaço de manobra legal do comandante no “Próximo Campo de Batalha”

Gen Div Charles Pede, Exército dos EUA

Cel Peter Hayden, Exército dos EUA

Em 2017, a principal instituição do Exército dos Estados Unidos da América (EUA) para o estudo do combate, o Centro de Armas Combinadas (*Combined Arms Center, CAC*) em Fort Leavenworth, Kansas, identificou 17 lacunas de capacidade de combate convencional que surgiram na força após anos de contínuo combate de contrainsurgência e contraterrorismo no Afeganistão e no Iraque.¹ Essas lacunas surgiram com o tempo, conforme o Exército se reorganizou para a contrainsurgência e o contraterrorismo. A doutrina mudou, a estrutura de força mudou, os equipamentos mudaram, as táticas mudaram — e também mudaram as regras de engajamento (RE), para vencer os combates de contrainsurgência e contraterrorismo.

O Gen Div Charles Pede, do Exército dos EUA, é o 40º Advogado-Geral do Exército dos EUA. Tem o LL.M. em Direito Militar e um mestrado em Estudos Estratégicos e Segurança Nacional. Serviu, anteriormente, como Comandante do Legal Center and School, Judge Advocate General, em Charlottesville, Virgínia.

Temos combatido não como corpos de exército e divisões no campo

O Cel Peter Hayden, do Exército dos EUA, é o Chefe de Iniciativas Estratégicas para o Judge Advocate General's Corps do Exército dos EUA. Tem o LL.M. em Direito Militar e um mestrado em Estratégia de Segurança Nacional.

de batalha, mas como brigadas e batalhões. Convertemos unidades de combate de infantaria e artilharia em *formações de assessoramento e assistência*; retiramos unidades de travessia fluvial da ativa do Exército — ou as eliminamos. Mesmo nossas atuais companhias de caminhões (transporte) não poderiam movimentar os maiores veículos ou formações com grande consumo de combustível nas quantidades necessárias para um combate total — ou no linguajar do Exército dos EUA, apoiar operações de combate em larga escala (*large-scale combat operations, LSCO*).

À lista de 17 lacunas de capacidade de combate do CAC como essas, acrescentaríamos o que consideramos ser um dos maiores perigos para nosso futuro êxito: *nosso espaço de manobra legal*, ou o que chamamos de “18ª lacuna”.

Vinte anos de operações de contrainsurgência e contraterrorismo criaram uma lacuna na mentalidade — nas expectativas — dos comandantes, dos soldados e até mesmo do público. As forças do Exército dos EUA sofrem de uma “ressaca” de contraterrorismo, tendo se habituado a operar sob RE extremamente restritas e baseadas em políticas. Algo que agrava esse fenômeno é a percepção do público. Organizações não governamentais, acadêmicos e críticos creem que “bombas inteligentes” e táticas de contraterrorismo se tornaram regras normativas no combate. Resumindo: não o são. Caso ignorada, essa lacuna — o espaço entre o que o Direito da Guerra realmente exige e uma expectativa crescente de um emprego de força extremamente restrito e com uma precisão cirúrgica,



decorrente de nossa própria experiência recente aliada às louváveis, mas inexperientes, aspirações de nossos críticos — ameaça restringir, desnecessariamente, o espaço de manobra legal de um comandante no campo de batalha das LSCO.

No entendimento popular equivocado sobre o combate moderno, imagina-se que bombas inteligentes de alta precisão vencerão a batalha, se não a guerra. Gerações de militares, incluindo até mesmo nossa alta liderança, têm consumido uma dieta persistente de políticas extremamente comedidas, baseadas na autodefesa no emprego da força letal. Combater terroristas que se escondem entre mulheres e crianças inocentes exigiu, justificadamente, tal comedimento.

No entanto, o próximo combate pode não ser com um inimigo assimétrico, do tipo que se oculta em meio a um mercado. Em um combate de LSCO, um comandante pode ter de enfrentar e derrotar uma grande coluna de blindados inimiga, acompanhada de infantaria apoiada por aviões de guerra acima e fogos de longo alcance nas áreas de retaguarda, aliados à confusão induzida por ataques de guerra cibernética e eletrônica. Os comandantes precisarão saber intuitivamente as

Integrantes do 5º Batalhão, 20º Regimento de Infantaria, 3ª Brigada, 2ª Divisão de Infantaria, incorporados à 3ª Brigada de Combate, 1ª Divisão de Cavalaria, conduzem sua primeira missão na Província de Diyala, enfrentando forças anti-iraquianas em Baqubah, no Iraque, em 14 de março de 2007. (Foto: 3º Sgt Stacy L. Pearsall, Força Aérea dos EUA)

verdadeiras regras da guerra e aplicá-las com confiança, livres dos persistentes vestígios das RE restritas de contrainsurgência. A perícia no Direito da Guerra pode significar a diferença entre a vitória e a derrota.

Este artigo foi escrito com o objetivo de lembrar ao público e ao profissional militar que o combate terrestre em larga escala requer uma mentalidade diferente. O que é necessário nesse mundo do combate é a observância do Direito da Guerra e de seus princípios fundamentais: necessidade militar, distinção, proporcionalidade, humanidade e honra.²

Este artigo nos lembra que os militares e líderes devem ser treinados constantemente sobre as leis de guerra, a fim de eliminar a 18ª lacuna de capacidade para vencer o próximo combate.

A ameaça externa

A 18ª lacuna é a falta de entendimento sobre a diferença entre o Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA), conforme codificado nos costumes e tratados, e o número cada vez maior de afirmações não codificadas, comentários jurídicos e camadas sobrepostas de políticas, resultantes de anos de combate de precisão de contraterrorismo. A lacuna se abriu em dois aspectos. Abriu-se entre o verdadeiro conteúdo da lei, conforme aprovada e aplicada por Estados soberanos, e a “evolução” da lei considerada desejável e proposta por acadêmicos, grupos de interesse e organizações não governamentais, em uma ruidosa defesa *externa* realizada por meio de comentários jurídicos. Tais contribuições ao estudo do Direito da Guerra são reais e crescentes com cada novo e bem-intencionado artigo de blog.

Os grupos humanitários, por exemplo, defendem que não devem ser utilizadas armas explosivas em zonas urbanas devido ao maior risco de baixas civis.³ Alguns recomendam políticas de evitar o uso de armas de tiro indireto em áreas urbanas.⁴ Outros, ainda, propõem que alguns ataques podem ser permitidos apenas com armas de precisão, mas não permitidos com respeito à artilharia, morteiros, e “bombas não inteligentes”, e que armas de precisão, caso disponíveis, devem ser utilizadas “assim que fizerem parte do arsenal de um Estado e sua utilização for praticável”.⁵ Entretanto, nenhuma dessas noções idealizadas e frequentemente mal informadas sobre o combate é exigida pelas vigorosas regras de guerra.

A ameaça interna

A lacuna, porém, não é apenas o risco de uma persistente caracterização equivocada do atual Direito da Guerra por parte de críticos e especialistas externos. Nossa estrutura interna como militares representa um perigo existencial no “Próximo Campo de Batalha”. Os comandantes superiores e assessores jurídicos da atualidade receberam uma dieta constante de RE restritivas de contraterrorismo durante quase 20 anos.

Da época em que fui capitão em Mogadíscio, na Somália, aos períodos em que servi no Afeganistão e no Iraque, os modelos mentais com os quais os militares operavam envolviam noções de comedimento no emprego de força, a fim de conquistar a paz em meio ao restabelecimento das instituições de governança.

Passar para um combate total contra as forças hostis declaradas de um adversário com poder de combate quase equiparado é algo completamente diferente. O emprego de força em combate não se baseia na autodefesa. Pode-se, licitamente, disparar de imediato contra forças hostis declaradas, sem qualquer demonstração de intenção ou ato hostil. Os comandantes afirmam, com frequência, que não buscamos uma luta equilibrada no combate. O objetivo é vencer — dentro dos limites das leis de guerra. Tal combate será algo muito diferente das operações dos últimos 20 anos.

Por exemplo, em um conflito convencional contra um inimigo declarado, um comandante que se veja diante de um drone não identificado acima e de indícios de que uma coluna inimiga de blindados pesados avança em direção à sua posição não pode hesitar para considerar conceitos de intenção ou ato hostil. Em um campo de batalha em que um ataque de artilharia pode destruir batalhões mecanizados inteiros em questão de apenas dois minutos, os segundos importam e podem significar a preservação de vidas e, possivelmente, a vitória.⁶

Precisamos fechar a 18ª lacuna. Precisamos ressaltar e rejeitar o perigo daqueles que distorcem as leis de guerra, para instruir aqueles que considerariam reescrevê-las com base no êxito do combate de contraterrorismo. Precisamos, ainda, reforçar a confiança dos comandantes no Exército, para que eles possam mudar agilmente entre contraterrorismo e o combate convencional.

Uma análise da estrutura das regras que regem a conduta nos conflitos armados requer uma descrição de como os setores humanitário e acadêmico utilizaram seu amplo acesso e observações sobre os últimos 20 anos de operações de contrainsurgência e contraterrorismo para tirar conclusões incompletas sobre a natureza da guerra e o DICA. Esse fenômeno apresenta dois exemplos do perigo: uma caracterização incorreta da lei e uma tentativa de “desenvolvê-la” sem ter em conta o caráter do conflito. Há o perigo de reforçar uma mentalidade de contraterrorismo em um mundo de ação decisiva e os concomitantes desafios práticos de retreinar um Exército a aplicar um conjunto diferente de regras após 20 anos de “memória motora”. Por fim, há uma necessidade imprescindível de prontidão para dar aos comandantes a confiança para aplicar as leis nos ambientes mais letais.

Devemos reforçar a confiança dos principais decisores de alto risco do mundo — os comandantes de operações dos EUA — sobre onde começa e termina o



Direito da Guerra e onde começa e termina a política legítima e prudente. Precisamos fechar a lacuna entre a percepção do público quanto ao DICA e o verdadeiro conteúdo das leis, conforme aceitas pela autoridade legítima do governo dos EUA. Nossa prontidão exige que todos os estadunidenses — comandantes, soldados, críticos e o público — entendam as leis.

Confundir política com lei com base no êxito na última guerra

O Direito da Guerra, também denominado “Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA)” ou “Direito Internacional Humanitário (DIH)”, abrange todo o direito internacional relativo à condução de hostilidades que obriga os EUA ou seus cidadãos individualmente, incluindo tratados e acordos internacionais dos quais os EUA façam parte, e o direito internacional consuetudinário relevante.⁷ Esta última categoria é definida como uma prática constante dos Estados (incluindo os EUA) ao longo do tempo, aliada à *opinio juris* — que significa, em linhas gerais, que a prática estatal surgiu de um “senso de obrigação legal”.⁸ Os Estados soberanos fazem a lei, quer mediante um acordo explícito,

Comandante de carro de combate, Companhia D, 3ª Brigada, 8º Batalhão, 1º Regimento de Cavalaria, minimiza sua presença física ajoelhando-se durante uma patrulha a pé em Mosul, no Iraque, em 15 de janeiro de 2008. A Companhia D se uniu aos seus homólogos iraquianos para a missão conjunta realizada no bairro de Yarmook. (Foto: cedida pelo Exército dos EUA)

quer pela prática, com o entendimento do Estado de que esta última é exigida por lei. Além disso, embora as nações possam divergir em relação a que tratados ou direito consuetudinário são observados, os tratados e convenções internacionais sobre conflitos armados que obrigam um Estado são aqueles aos quais *ele subscreveu*.

A Diretriz 2311.01 do Departamento de Defesa dos EUA requer que as forças estadunidenses “obedeçam ao Direito da Guerra durante todos os conflitos armados, independentemente da forma como esses conflitos sejam caracterizados.”⁹ Ou seja, as leis de guerra são normas que devem ser obedecidas em todas as circunstâncias. Essa diretriz facilita a uniformidade na aplicação, imposição e treinamento para os mais de 2 milhões de militares de todas as Forças Singulares

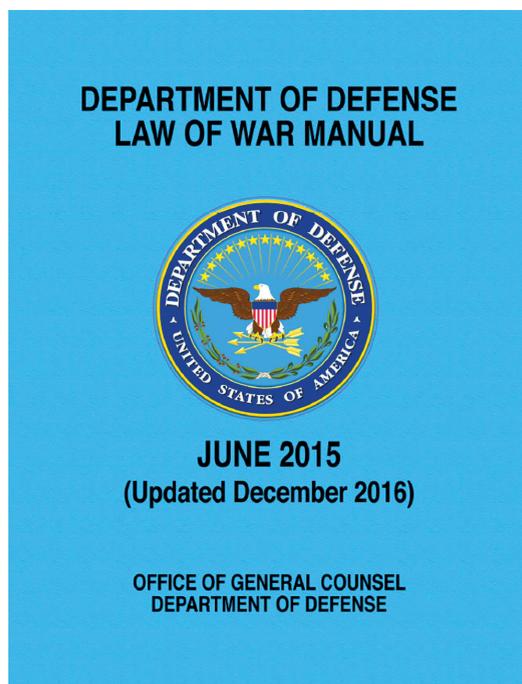
e componentes. Para esclarecer o conteúdo das leis aplicáveis às forças estadunidenses, o Departamento de Defesa dos EUA publicou o *Law of War Manual* (“Manual sobre o Direito da Guerra” em tradução livre) como “o parecer oficial sobre o Direito da Guerra no [Departamento]”.¹⁰ As leis de guerra incluem princípios fundamentais como, por exemplo, os “combatentes podem fazer dos combatentes inimigos e outros objetivos militares o objeto de ataque, mas não podem fazer da população civil e de outras pessoas e bens protegidos o objeto de ataque”, e os “detidos devem, em todas as circunstâncias, ser tratados com humanidade e protegidos contra qualquer tratamento cruel, desumano ou degradante”.¹¹

De acordo com a lei, em sua presente forma, os comandantes que conduzirem um ataque deverão tomar precauções *viáveis* para proteger civis com base nas melhores informações disponíveis à época.¹² Deverão estar sempre atentos à sua obrigação legal e moral de minimizar o sofrimento de civis e evitar danos desnecessários a bens de caráter civil. Entretanto, não são obrigados a descartar considerações de necessidade militar ou esquecer a obrigação de cumprir sua missão.¹³ Além disso, permite-se que os comandantes considerem que vencer rapidamente por meio do emprego eficiente de força pode, a longo prazo, ser a melhor forma de reduzir baixas civis e danos incidentais a bens de caráter civil. Em outras palavras, segundo o DICA, *os interesses militares e humanitários são fundamentalmente compatíveis entre si. Eles se complementam.*

Diferentemente do Direito da Guerra, as *políticas* são implementadas pelas RE. Esse é o caso desde que o Coronel William Prescott disse a seus milicianos durante a Guerra da Independência para não dispararem até que vissem “o branco dos olhos [dos soldados britânicos]”, na Batalha de Bunker Hill.¹⁴ Os comandantes e formuladores de políticas controlam a violência no campo de batalha por muitas razões. Na maioria das operações dos EUA dos últimos 20 anos, o emprego de força baseou-se nas RE de autodefesa, exigindo que, antes de usá-la, um militar estadunidense perceba que há uma ameaça. Mesmo no caso de forças hostis declaradas, contra as quais pode-se disparar imediatamente sem a necessidade de intenção ou ato hostil, os comandantes têm operado sob uma variedade de autoridades de aprovação de níveis elevados para determinadas munições, métodos de estimação de danos colaterais e fórmulas mecanicistas relacionadas.

Algumas dessas RE e políticas podem ter servido a fins humanitários, mas o Direito da Guerra em si não dita qual processo deve ser observado ou em que nível um comandante pode aprovar um ataque. Algumas RE são regras consagradas, ou seja, são uma boa política, mas não são, por si só, exigidas por lei. Contudo, a maioria das RE é adequada a operações específicas.¹⁵

Essa distinção entre leis e políticas é fundamental para a lacuna entre o Direito da Guerra e percepções equivocadas em relação a ele. Tal distinção será extremamente importante no Próximo Campo de Batalha,



Para acessar a publicação *Department of Defense Law of War Manual*, visite <https://tjaglcspublic.army.mil/dod-low-manual>.

Próxima página, foto de cima: Viaturas militares atravessam uma ponte de pontões durante o exercício conjunto transregional *Mission Action* 2010 na China, em 19 de outubro de 2010. Trinta mil integrantes dos comandos militares de Pequim, Chengdu e Lanzhou do Exército de Libertação Popular participaram do exercício em vários locais. (Foto: cedida por Xinhua) **Foto de baixo:** Integrantes do CFN do Exército de Libertação Popular se adestram em uma base de treinamento militar em Bayingol, na Região Autônoma de Xinjiang Uighur, na China, em 21 de Janeiro de 2016. Para derrotar grandes formações adversárias apoiadas por aeronaves, fogos de longo alcance e guerra eletrônica/cibernética, os comandantes devem conhecer e aplicar o direito dos conflitos armados, juntamente com regras de engajamento específicas à missão. (Foto: Stringer, Reuters)



quando a sobrevivência e a vitória contra um adversário com poder de combate quase equiparado exigirão o cumprimento da lei dentro de um construto que reconheça as necessidades de guerra.

As últimas décadas de operações de contraterrorismo e contrainsurgência no Afeganistão, Iraque e outros locais assistiram a um tipo muito específico de guerra. Acadêmicos e repórteres cobriram minuciosamente os desafios presentes no combate contra atores não estatais em organizações com estruturas pouco rígidas, os quais se escondem entre a população e combatem de modo assimétrico.¹⁶ Muitos desses desafios atraíram o escrutínio público tanto para o Direito da Guerra quanto para as RE.

Entretanto, as vantagens de que dispõem as forças dos EUA e da coalizão têm recebido consideravelmente menos atenção: operações iniciadas a partir de bases geralmente seguras, com comunicações, transporte e suprimento seguros e confiáveis. Superioridade técnica. Armas de precisão. Suficiente efetivo. Pouca ou nenhuma ameaça significativa ao território nacional. Domínio do espaço aéreo e dos mares.

Essas mesmas vantagens possibilitaram grande parte da política e do processo para conduzir a busca de alvos de precisão no contraterrorismo, destinada a minimizar os danos infligidos a civis a um grau excepcional.¹⁷ Os operadores podiam se dar ao luxo de esperar por horas de vigilância aérea concentrada em um alvo para confirmar a presença de um inimigo, estabelecer “padrões de vida” e selecionar exatamente quando e onde atacar com munições guiadas de precisão, de modo a minimizar qualquer possibilidade de danos colaterais com níveis inéditos de certeza. Entretanto, o Departamento de Defesa teve o cuidado de observar que os rigorosos processos utilizados para proteger civis nas guerras no Afeganistão e no Iraque refletiam políticas restritivas específicas às operações, que iam muito além das exigências do DICA.¹⁸

Essa abordagem mostrou-se acertada política e militarmente durante a condução de operações de estabilização e contrainsurgência, capacitando as Forças Armadas a explicar os rigorosos processos para minimizar baixas civis perante comitês de supervisão do Congresso e o público, incluindo os próprios grupos humanitários que priorizam a proteção de civis acima de todo o resto. Em consequência, acadêmicos, atores humanitários e especialistas em

políticas adquiriram certo grau de proficiência nos processos das Forças Armadas, o que os incentivou a defender novas restrições políticas e legais.¹⁹

Cativados pelos avanços tecnológicos no combate caracterizado por uma precisão relativamente “cirúrgica” das operações de contrainsurgência e contraterrorismo lideradas pelos EUA, esses grupos formaram opiniões sobre as leis e políticas de combate com base nas observações dos últimos 20 anos. Os comentários demonstram, com frequência, pesquisas extensas sobre operações recentes e conhecimento das táticas, técnicas e procedimentos contemporâneos. No entanto, muito pouco desses comentários demonstra conhecimento do estudo sobre a guerra ou considera o ambiente e a direção estratégica abordados na recente *National Defense Strategy* (“Estratégia de Defesa Nacional”), *National Military Strategy* (“Estratégia Militar Nacional”) e *The U.S. Army in Multi-Domain Operations 2028* (“O Exército dos EUA em Operações em Múltiplos Domínios 2028”).²⁰

Em suma, há muito “ruído” no âmbito das leis que tratam de segurança nacional, oferecendo-se opiniões sobre o DICA e sua aplicação. Grande parte dos comentários é ponderada e útil. No entanto, alguns deles são equivocados, baseados em entendimentos ingênuos sobre a condução de operações militares. Alguns são enganosos e outros completamente errados, descrevendo incorretamente o conteúdo do DICA devido a uma falta de entendimento. Com demasiada frequência, esses comentários não refletem com precisão o DICA nem distinguem adequadamente entre as leis aplicáveis a todos os conflitos armados e as restrições extremamente prudentes de políticas estabelecidas para operações específicas.

Carl von Clausewitz advertiu estrategistas em sua famosa máxima: “O primeiro ato de avaliação, o maior deles, o de maior alcance que o político e o comandante têm que fazer é estabelecer, através daquele exame, em que tipo de guerra estão se envolvendo, não se enganando com relação a ela, nem tentando transformá-la em algo que seja alheio à sua natureza.”²¹ No entanto, essa é precisamente a armadilha em que caem alguns desses comentários. Defendem um conjunto de regras baseadas em contraterrorismo e contrainsurgência, sem considerar a extensão das potenciais ameaças que as forças estadunidenses devem estar preparadas para enfrentar.



Um A-10 Thunderbolt II da Força Aérea dos EUA ataca uma instalação de narcóticos do Talibã na Província de Farah, no Afeganistão, em 3 de abril de 2018. As Forças dos EUA e as Forças de Defesa e Segurança Nacional do Afeganistão apreenderam e/ou destruíram nós selecionados de produção e tráfico de narcóticos ao longo de todo o conflito para reduzir a capacidade das forças insurgentes para adquirir recursos financeiros. (Foto: cedida por Operação *Resolute Support*)

Por essa razão, é fundamental que os responsáveis por defender e aplicar as leis fiquem atentos, identifiquem e destaquem declarações incorretas sobre elas, esclareçam as distinções entre o DICA e políticas mais restritivas criadas para operações específicas e providenciem que nossos comandantes e soldados sejam treinados para aplicar as regras certas, tanto leis quanto políticas, a toda e cada operação.

A ameaça externa: comentário jurídico

Caracterização incorreta da lei: Relatório da Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão. Em 9 de outubro de 2019, os estadunidenses se depararam com a seguinte manchete ao acordar: “U.N. Report Says U.S. Air Strikes on Afghan Drug Labs Unlawful, Hit Civilians” (“Relatório da

ONU afirma que ataques aéreos estadunidenses contra laboratórios de drogas afegãos foram ilícitos, atingiram civis”).²² Artigos semelhantes encheram feeds de notícias no Afeganistão, veículos de comunicação pan-árabes, Europa e China.²³ Em questão estava um relatório da Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (*United Nations Assistance Mission in Afghanistan, UNAMA*), que acusava as forças estadunidenses de violar o DICA ao atacar laboratórios de drogas que, supostamente, haviam sido usados para financiar operações do Talibã.²⁴ Em suma, os autores do relatório

da UNAMA caracterizaram incorretamente a lei.

O DICA permite que forças militares ataquem objetivos militares legítimos, especificamente aqueles “que, por sua natureza, localização, finalidade ou utilização contribuam eficazmente à ação militar e cuja destruição parcial ou total, captura ou neutralização, ofereça nas circunstâncias do caso presente uma vantagem militar definida.”²⁵ Os objetivos militares incluem não apenas bens ou instalações para fins de combate como equipamentos, bases e nós de comunicação/transporte militares, mas também aqueles objetos que efetivamente contribuam à capacidade de um inimigo para sustentar operações militares.²⁶ Tais objetivos de sustentação da guerra podem incluir centrais elétricas, instalações de produção e refino de petróleo e, em casos adequados, objetos que permitam o financiamento de operações militares adversárias.²⁷

Da destruição do algodão da Confederação à dos caminhões de petróleo usados para financiar as operações do Estado Islâmico no Iraque e na Síria em 2017 e, sim, à destruição dos laboratórios de drogas de insurgentes afegãos, essa tem sido, há muito, a posição do governo dos EUA.²⁸ Os EUA não são os únicos a pensar dessa forma. Vários outros países, incluindo muitos de seus aliados e parceiros, reconhecem que objetos econômicos podem ser potenciais objetivos militares.²⁹

O relatório da UNAMA reconhece a posição dos EUA de que os objetivos militares se estendem a bens de sustentação da guerra. No entanto, ele conclui, *sem citar nenhuma autoridade jurídica*, que “um objeto que contribui financeiramente para um grupo que participa de hostilidades representa um nexo insuficiente com o combate para que ele seja classificado como um alvo militar legítimo” e que a “posição [dos EUA] que trata as indústrias de ‘sustentação da guerra’ como alvos militares legítimos não é respaldada pelo direito internacional humanitário.”³⁰

As indústrias de sustentação da guerra — ou, conforme caracterizadas pela Suprema Corte dos EUA, o “nervo da guerra” — podem ser alvos legítimos segundo o DICA.³¹ Uma conclusão de que um Estado esteja violando o direito internacional por uma questão de política, divulgada ao mundo com a sanção da ONU, precisa ser examinada. Isso é ainda mais imprescindível quando tal conclusão não está fundamentada em nenhuma autoridade jurídica. Diante de uma caracterização incorreta das leis como a constante do relatório da UNAMA, os Estados que realmente elaboram, aplicam e defendem o DICA devem chamar atenção para essas declarações equivocadas e lembrar aos nossos militares e ao mundo o que a lei realmente diz.

Ampliação do escopo legal humanitário — explosivos nas cidades: leis, políticas e aspiração. A ampliação do escopo legal é igualmente preocupante em debates recentes sobre o uso de armas explosivas em áreas povoadas.³² A comunidade humanitária está, com razão, preocupada com recentes relatos de um número considerável de baixas civis em áreas urbanas nos conflitos na Síria, Iêmen e Ucrânia. No entanto, em vez de questionar se o atual DICA foi devidamente aplicado, várias organizações optaram por defender o estabelecimento de uma proibição geral contra uma categoria de armas, como se proibir totalmente uma arma ou tática fosse forçar os que cometeram repetidas violações a cumprirem o disposto. O DICA proíbe o bombardeio

de cidades, povoados e edifícios não defendidos, da mesma forma que proíbe ataques contra civis ou bens civis.³³ No entanto, quando o inimigo transforma um bem de caráter civil em um objetivo militar em virtude de sua localização ou uso, ele pode ser atacado.³⁴

Da mesma forma que em qualquer ataque, os danos previstos a civis e a bens de caráter civil (denominados danos “colaterais” à vantagem militar) *não podem ser excessivos* em proporção à vantagem militar concreta e direta que se espera obter.³⁵ Os comandantes no Exército aplicam esses princípios consagrados do DICA rotineiramente em operações ativas, adestramentos nos centros de treinamento de combate e outros exercícios.³⁶

Várias organizações humanitárias, em conjunto com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), há muito defendem a mudança. Em dezembro de 2019, o Presidente do CICV, Peter Maurer, observou o início de um “processo diplomático rumo a uma Declaração Política para abordar os danos civis causados pelo uso de armas explosivas em áreas povoadas” e instou os Estados a adotarem uma “política de evitar” seu emprego em áreas urbanas.³⁷

Em vez de partir da premissa de que armamentos explosivos pesados podem ser utilizados a menos que tal emprego viole o DIH, estamos pedindo que os Estados e partes em conflito invertam o ponto de partida: por uma questão de política e boas práticas, armas explosivas com uma ampla área de impacto não devem ser usadas em áreas povoadas, a menos que se possam tomar medidas de mitigação suficientes para limitar seus efeitos de ampla área e o consequente risco de danos a civis. Em outras palavras, a menos que o risco que elas representam para os civis possa ser reduzido até um nível aceitável.³⁸

Notadamente, essas organizações não pedem por uma modificação da lei em si. Em vez disso, o CICV e outras organizações propõem a adoção de “boas práticas” e de uma nova “política.”³⁹ No entanto, ao requerer o estabelecimento de uma nova política e propor a adoção de uma declaração política, os defensores humanitários estão, com efeito, preparando o terreno para que o direito internacional se insira naquilo que sempre foi um conjunto de restrições políticas específico a determinadas operações. Sem um esclarecimento deliberado e contínuo, a política se converterá em uma



prática estatal, e a aceitação em uma declaração política poderia ser vista por muitos como uma expressão de obrigação legal, a própria *opinio juris* segundo a qual a mera prática estatal passa a ser aceita como direito internacional vinculativo. Além disso, a política proposta pelo CICV inverte o padrão do DICA. Ao contrário do DICA, que foi elaborado e negociado com o aporte militar, de modo a não interferir na condução da guerra, a política proposta impede, explicitamente, os comandantes de usar opções militares permitidas pelo DICA, impondo um padrão mais elevado à decisão de usar uma arma válida.

O que falta nessas propostas é um debate sério sobre a “vantagem militar que se espera obter”, o outro componente crítico de investigação em qualquer análise sobre proporcionalidade. Maurer responde à preocupação com a conclusão de que “é possível restringir o uso de poder de fogo pesado até mesmo em ambientes desafiadores como áreas urbanas ou outras áreas povoadas, sem comprometer o cumprimento da missão e a proteção da força”, corroborada apenas com referências a operações não especificadas na Somália e no Afeganistão.⁴⁰ As recomendações do Centro para Civis

Forças de segurança iraquianas durante combate contra militantes do Estado Islâmico na Cidade Velha de Mosul, no Iraque, em 6 de julho de 2017. (Foto: Ahmed Saad, Reuters)

em Conflito incluem a necessidade de equipar Forças Armadas com as munições certas para a missão e o terreno, técnica e uso de armas de precisão e a consideração da eliminação de armas de tiro indireto.⁴¹ Em poucas palavras, essas posições buscam utilizar as políticas recomendadas para prescrever uma gama limitada de opções que os combatentes podem utilizar. Essa abordagem contém falhas decorrentes de uma profunda incapacidade de entender a natureza do combate.

Para começar, não é, de modo algum, evidente que uma regra geral que proíba uma determinada arma ou tática sempre se mostrará mais humana em todas as circunstâncias. Não se quer, com isso, negar as histórias horrendas vindas de Raqqa, Sana'a e Aleppo na Síria, de Donetsk na Ucrânia e de outros locais, as quais levam os atores humanitários a defender a proteção de civis.⁴² Contudo, o Exército é uma organização que aprende, e estudiosos militares especializados no

combate urbano observaram que o uso de explosivos de baixa potência e de munições de precisão pode, na verdade, prolongar e expandir o combate urbano, levando a mais sofrimento e mortes. A batalha por Mosul, em 2017, é apenas um dentre exemplos recentes dos perigos de formular regras excessivamente prescritivas para a guerra errada. Mosul foi uma operação extremamente urbana, onde as táticas do Estado Islâmico tiraram proveito do terreno urbano. O combate revelou que a velocidade e o poder de fogo decisivo, incluindo altos explosivos, levam a uma conclusão mais rápida e com uma menor perda de vidas civis ou danos a bens de caráter civil do que se o combate houvesse sido prolongado por outros meios, mais cautelosos.⁴³

Algo mais preocupante, porém, é que a campanha que defende a adoção de uma política de evitar armas explosivas em áreas povoadas cite o êxito de políticas restritivas na Somália e no Afeganistão.⁴⁴ Essas operações se assemelham pouco ao que poderá ser o contexto do próximo combate. A “Estratégia de Defesa Nacional” e a “Estratégia Militar Nacional” exortam as forças estadunidenses a se prepararem para combater em um ambiente no qual todos os domínios serão contestados, no qual os adversários serão capazes de desorganizar nossas comunicações e segurança e no qual a velocidade será de grande valor.⁴⁵ O confronto poderá incluir o combate de curta distância em terrenos urbanos densos.⁴⁶

Imagine se Stalingrado, Berlim, Arnheim ou qualquer uma das cidades e povoados franceses estivessem sob tais restrições quando os aliados saíram das praias da Normandia. Imagine, ainda que seja um pensamento horrível, uma cidade aliada moderna sendo invadida ou ocupada pela força de um atual inimigo com poder de combate quase equiparado. De que forma uma força amiga retomaria uma cidade sob tais restrições “bem-intencionadas”? As formações de blindados e de infantaria que estejam defendendo cidades exigirão um grau de violência indesejável e difícil de conceber, mas que talvez seja necessário para vencer. Esse é o tipo de conflito para o qual as forças estadunidenses devem estar preparadas. Em tal conflito, contra um adversário com poder de combate quase equiparado, importa vencer.⁴⁷

A brutalidade da guerra nas LSCO é indesejável, mas real. Regras ilusoriamente interessantes, provenientes das operações comparativamente precisas de contrainsurgência e contraterrorismo, seriam

tremendamente desastrosas, caso fossem aplicadas a uma guerra contra um adversário com poder de combate quase equiparado. Em palavras simples, essas noções devem ser rejeitadas. Se quisermos vencer no Próximo Campo de Batalha, temos de estar prontos para combater com a lei como ela é, e não como alguns gostariam que fosse. Décadas de ataques exatos, com armas e técnicas de precisão, têm o seu lugar. Esse lugar não são as LSCO.

Fazer essa advertência não é instigar a guerra. O Direito da Guerra reconhece claramente que devem existir restrições legítimas à violência. Uma das declarações mais elegantes sobre por que obedecemos ao DICA como nação também apresentou a questão de maneira bem simples:

Por que, então, preocupar-se com regras restritivas no combate? A resposta: por razões semelhantes às que ditam as regras em partidas de futebol americano: prevê-se um certo grau de violência, mas não se permite toda violência. Regras e leis que sejam frequentemente violadas não carecem de valor por esse fato. No mundo ocidental, então, os Dez Mandamentos, que são comumente ignorados, não teriam nenhum valor? Honramos as Convenções de Genebra e obedecemos ao DICA porque não podemos permitir que nos transformemos naquilo que estamos combatendo; porque não nos podem ouvir dizer que lutamos pelo que é certo enquanto somos vistos fazendo o que é errado. Obedecemos ao Direito da Guerra no mínimo pela simples razão de que a reciprocidade nos diz que o mundo dá voltas: se abusarmos de nossos prisioneiros hoje, amanhã seremos nós os prisioneiros a sofrerem abusos. Obedecemos ao Direito da Guerra porque é a lei e porque é o caminho honroso para uma nação que se considera como protetora dos povos oprimidos. Obedecemos às Convenções de Genebra porque é o certo a fazer.⁴⁸

Além disso, na base dos princípios do Direito da Guerra que conhecemos como necessidade militar, distinção, proporcionalidade, humanidade e honra, está a necessidade imprescindível de conduzir guerras de modo lícito e rápido, para pôr fim ao sofrimento o mais prontamente possível.

A 18ª lacuna, portanto, é, em parte, o entendimento equivocado e perigoso de que o combate de precisão é exigido legalmente pelas regras da guerra. Precisamos fechar essa lacuna — eliminar esse entendimento — lembrando os bem-intencionados, os acadêmicos e os críticos de que, ainda que a vigilância concentrada, os padrões de vida e os ataques de precisão possam ser prudentes por uma questão de política quando a situação militar assim o permitir, eles não são exigidos pelas regras da guerra. Nossos esforços para lidar com influenciadores externos que ameaçam, continuamente, aumentar a 18ª lacuna devem ser persistentes e claros.

A ameaça interna: 20 anos de “estrutura” interna de contrainsurgência/contraterrorismo

A redução das operações de combate no Iraque começou a expor uma realidade perturbadora, embora não surpreendente. A iniciativa agressiva de um comandante de operações em combate havia ficado atrofiada sob as regras extremamente restritivas da contrainsurgência e contraterrorismo. Em resumo, adestramentos revelaram que alguns comandantes hesitavam quando era necessária a ação. Uma pausa momentânea para considerar que comandante de qual escalão tinha a autoridade para aprovar o lançamento de uma bomba de 500 libras (227 kg) significava perder uma formação inimiga ou, o que é pior, acabar com uma formação de militares estadunidenses mortos.

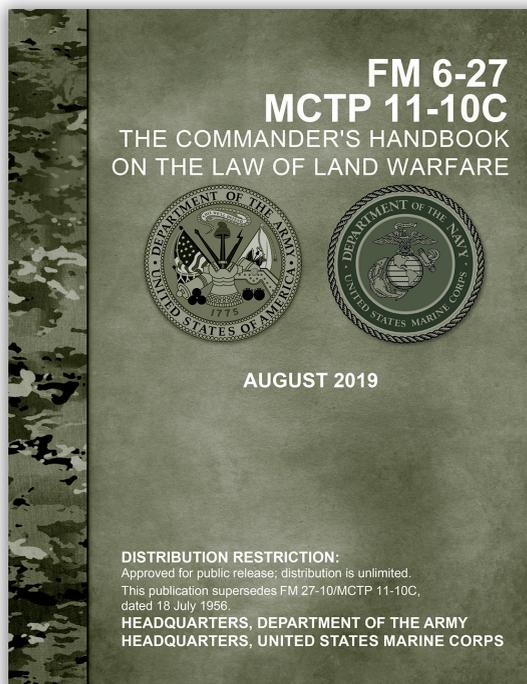
O Exército dos EUA reconheceu que a estrutura interna de suas forças havia ficado excessivamente ligada a paradigmas de autodefesa — contraterrorismo e contrainsurgência — e começou a criar as condições para oferecer o treinamento para as ameaças do futuro. No início de 2012, o Centro Nacional

de Treinamento do Exército dos EUA conduziu seu primeiro rodízio de adestramento em ação decisiva (*decisive action training exercise*, DATE) desde 2003, fazendo a transição de anos de ensaios de missão centrados em contrainsurgência para a incorporação de ameaças com poder de combate quase equiparado.⁴⁹

O objetivo dos novos rodízios DATE era o de enfatizar habilidades de combate que pareciam ter se atrofiado nos combates de contrainsurgência do passado recente: confrontos de blindados e manobras de armas combinadas, especialmente no nível de divisão e corpo de exército, incluindo fogos profundos.⁵⁰ Isso incluiu um retorno às regras básicas de combate em conformidade com o DICA.

As preocupações do Exército eram válidas. Em entrevistas recentes realizadas pelo Modern War Institute, observadores seniores no Centro Nacional de Treinamento e no Centro de Adestramento e Aprestamento Conjunto reconheceram que tanto os comandantes quanto os subordinados continuam a exibir uma mentalidade

moldada pelos últimos 20 anos de guerra de contrainsurgência, apesar de cenários de adestramento especificamente concebidos para uma ação decisiva contra uma força inimiga declarada com poder de combate quase equiparado.⁵¹ Independentemente de a mentalidade de contrainsurgência se manifestar como uma hesitação instintiva em empregar um sistema de armas avançado sem verificar quem pode aprovar seu uso ou como uma aversão mais geral ao risco de danos colaterais, os observadores notaram o perigo de que essas restrições autoimpostas ocorram, muitas vezes, à custa do cumprimento da missão. As unidades mais bem-sucedidas treinam comandantes até o nível de grupo de combate a aceitar um risco



Para acessar a publicação FM 6-27/MCTP 11-10C, *The Commander's Handbook on the Law of Land Warfare*, visite https://armypubs.army.mil/epubs/DR_pubs/DR_a/pdf/web/ARN19354_FM%206-27%20_C1_FINAL_WEB_v2.pdf.



Integrante da guarnição de carro de combate da 3ª Divisão Blindada deixa seu M4 Sherman (à esquerda) para verificar se havia sobreviventes em um Sherman que os acompanhava (à direita), o qual havia sido atingido por fogos de um carro de combate Panther alemão, e buscar assistência médica durante o combate pelo controle de Colônia, na Alemanha, em 6 de março de 1945. (Foto: cedida pelo Exército dos EUA)

prudente, mas “utilizar todos os sistemas que têm para reduzir a ameaça para a consecução de sua missão.”⁵² Esses comentários, feitos em 2020, assemelham-se a observações publicadas de instrutores de centros de treinamento de combate e observadores dos exercícios *Warfighter* nos últimos anos, cujas unidades em treinamento e até mesmo seus assessores jurídicos continuaram a apresentar uma “mentalidade de busca de alvos centrada na contrainsurgência.”⁵³

Esse vestígio de contrainsurgência está diminuindo com um esforço contínuo, mas a trajetória de nove anos de adestramentos DATE ilustra a dificuldade do desafio e a árdua preparação necessária para garantir que todos os aspectos da força estejam prontos e adaptáveis aos potenciais combates do futuro.⁵⁴ Além disso, isso serve como uma advertência: precisamos permanecer alertas para manter o DICA — conforme verdadeiramente regulamentado, instruído e apoiado pelo governo dos EUA — como a linha de base de treinamento para a força.

A influência deturpadora do contraterrorismo e contrainsurgência está presente, também, no militar comum, no qual noções de autodefesa foram incutidas ao longo de 20 anos de treinamento e missões no mundo real. Cada ambiente de treinamento continua, acertadamente, exemplos de restrições baseadas em políticas ao emprego da força letal. Assim, desde 2003, os militares têm aprendido que intenção hostil e atos hostis são condições para “puxar o gatilho”. Demonstrações de hostilidade são incluídas em treinamentos incessantemente, e tem sido assim há mais de 20 anos. De oficiais-generais aos militares de graduação mais baixa hoje em dia, o princípio do emprego de força restrito por políticas é, efetivamente, o ponto de partida para o militar combatente.

Quando nos lembramos de que, nas LSCO, pode-se disparar contra um inimigo onde quer que ele se encontre, sem nenhuma demonstração sua de ato ou intenção hostil, o caráter existencial da 18ª lacuna torna-se

bastante real. Os militares que demoram e hesitam, com uma mentalidade de contraterrorismo calcada na autodefesa e zero dano colateral, perderão no momento de decisão durante as LSCO. É, portanto, profundamente importante identificar o problema — aquilo que denominamos a 18ª lacuna — e eliminá-lo por meio do treinamento de nossas formações, de modo que os militares possam passar agilmente de um conceito para outro.

Para apoiar esse treinamento em curso, o Exército e o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) dos EUA publicaram, recentemente, o Manual de Campanha 6-27/ Publicação Tática 11-10C, *Manual do Comandante sobre o Direito da Guerra Terrestre* (FM 6-27/MCTP 11-10C, *The Commander's Handbook on the Law of Land Warfare*).⁵⁵ Esse manual converte o rigor legal dos três volumes detalhados que compõem o manual sobre Direito da Guerra do Departamento de Defesa em uma linguagem fácil de entender para os militares do Exército e do CFN dos EUA. Reflete a interpretação do Exército e do CFN sobre como conduzir a guerra terrestre dentro da lei e de forma responsável e humana. Isso serve como evidência de nosso padrão. Conforme afirma o prefácio, o “respeito ao Direito dos Conflitos Armados [...] deve servir como o padrão segundo o qual treinamos e que aplicamos a toda a gama de operações militares.”⁵⁶ Esse manual representa nossa prática estatal e, fundamentalmente, nossos valores nacionais.

Quando houver divergência, discordância e a inevitável confusão com a interpretação do CICV ou com um relatório da UNAMA sobre baixas civis, por exemplo, este manual de campanha prevalece — com clareza e com a sanção de nosso Departamento. Simplesmente não podemos permitir que nossos advogados ou líderes fiquem confusos em relação às regras no combate. A clareza na lei, nas normas, é um bem precioso. A clareza na lei é exatamente o que este manual oferece e, como consequência direta, ele preserva o espaço de manobra legal de nossos comandantes no Próximo Campo de Batalha.⁵⁷

Conclusão

A 18ª lacuna existe, tanto internamente no Exército quanto externamente entre os formuladores de políticas, os especialistas e o público em geral. Apenas a vigilância constante para combater percepções erradas

e entendimentos equivocados vai gerar e manter o impulso para fechar a lacuna. Os comandantes e seus assessores jurídicos, atentos aos perigos de “especialistas” aparentemente convincentes sobre o Direito da Guerra, devem conhecer a lei tal como ela é — e extrair dela as aspirações de tais “autoridades convincentes.” Os advogados militares, em especial, devem ter o domínio da lei como ela é. Também devem entender, diligentemente, a ameaça, os “influenciadores” sobre o Direito da Guerra, aqueles que buscariam mudá-la com base em aspirações ou editoriais. Apenas o conhecimento completo da lei tal como ela é poderá gerar o nível adequado de confiança, no momento crítico e estressante de vida ou morte, para proporcionar ao comandante um parecer jurídico absolutamente correto.

Além disso, no campo de batalha extremamente complexo do futuro, em que nações com poder de combate quase equiparado aproveitam a confusão sobre alvos lícitos, os militares terão de lidar tanto com alvos assimétricos quanto com ameaças de forças convencionais. Conhecer os fundamentos do Direito da Guerra e a inevitável justaposição de políticas permitirá que o militar estadunidense extremamente bem treinado do futuro engaje alvos legalmente, em conformidade com o DICA — e sem hesitação.

Que não haja nenhum engano: as forças do Exército se portarão em conformidade com o Direito da Guerra em todas as operações. O Direito da Guerra está entremeadado com todo treinamento, doutrina e estrutura organizacional do Exército dos EUA, como nenhuma outra força de combate na história. Seja por meio de assessores jurídicos incorporados e especialmente treinados em toda a Força; de uma política de educação e treinamento contínuos ao longo da carreira de todo militar, no âmbito de toda a Força; ou da exigência de que objetivos de treinamento sobre o Direito da Guerra sejam integrados nos principais exercícios, as políticas do Exército dos EUA para incuti-lo em suas fileiras de cerca de um milhão de integrantes são incomparáveis.⁵⁸

Algo que é uma preocupação mais direta para a comunidade humanitária, a importância vital da proteção de civis dentro do Direito da Guerra é bem compreendida. A proteção de civis é fundamental para o *ethos* militar de nossas forças, para a capacidade de cumprir nossa missão, para manter nossos relacionamentos com aliados e parceiros e para demonstrar nossa liderança moral.⁵⁹

O Direito da Guerra é suficiente para capacitar os comandantes a cumprir a terrível e brutal atividade de vencer guerras e, ao mesmo tempo, enfatizar a proteção de civis. Contudo, o Direito da Guerra — conforme negociado por estadistas; aceito pelo Congresso, pelo Presidente e pelos tribunais; e instruído e inculcado por comandantes e soldados — é o único conjunto de regras que se aplica a todas as operações militares, independentemente de como elas sejam caracterizadas.

Nós, como militares, precisamos esclarecer e defender o espaço de manobra legal no qual vamos combater. Precisamos garantir que nossas forças estejam prontas para fazer o mesmo. ■

As opiniões expressas neste artigo são dos autores e não representam as do Departamento de Defesa, do Exército dos EUA ou de qualquer um de seus elementos subordinados.

Referências

1. Veja Tisha Swart-Entwistle, "Rainey Takes Command of Combined Arms Center and Fort Leavenworth", Army.mil, 17 December 2019, acesso em 21 jan. 2021, https://www.army.mil/article/231092/rainey_takes_command_of_combined_arms_center_and_fort_leavenworth. "Funk reconheceu os esforços de Lundy em identificar as 17 lacunas de capacidades críticas do Exército. O estudo rapidamente se tornou a base para todo o debate sobre prontidão e modernização por todo o Exército, disse Funk."
2. *Department of Defense (DOD) Law of War Manual* (Washington, DC: Office of General Counsel, DOD, December 2016), chap. II.
3. Veja "INEW Call Commentary", International Network on Explosive Weapons (INEW), acesso em 21 jan. 2021, <http://www.inew.org/about-inew/inew-call-commentary/>. "INEW acredita que os Estados e outros atores devem reconhecer que armas explosivas com uma ampla área de efeitos não devem ser utilizadas em áreas povoadas."
4. *Report on a Workshop Examining Military Policies and Practices on the Use of Explosive Weapons in Populated Areas, 2-3 May 2018* (London and Washington, DC: Article 36 and Center for Civilians in Conflict, October 2018), acesso em 21 jan. 2021, https://civiliansinconflict.org/wp-content/uploads/2018/10/Report-on-EWIPA-policy-and-practice-workshop-2018_10.pdf.
5. "The Law of Armed Conflict, Lesson 5-Weapons" (Geneva: International Committee of the Red Cross [ICRC], June 2002), 2-5, acesso em 21 jan. 2021, https://www.icrc.org/en/doc/assets/files/other/law5_final.pdf; Jean-Francois Queguiner, "Precautions under the Law Governing the Conduct of Hostilities", *International Review of the Red Cross* 88, no. 864 (December 2006): p. 802-3.
6. Liam Collins and Harrison "Brandon" Morgan, "King of Battle: Russia Breaks out the Big Guns", Association of the United States Army, 22 January 2019, acesso em 21 jan. 2021, <https://www.ousa.org/articles/king-battle-russia-breaks-out-big-guns>. Descreve um ataque de foguetes russo com duração de dois a três minutos, que destruiu dois batalhões mecanizados ucranianos perto de Zelenopillya, Ucrânia, em 11 de julho de 2014.
7. DOD Directive (DODD) 2311.01, *DOD Law of War Program* (Washington, DC: DOD, 2 July 2020), § G.2.
8. Veja, de modo geral, *DOD Law of War Manual*, §§ 1.7-1.8.
9. DODD 2311.01, *DOD Law of War Program*, § 1.2.a.
10. *Ibid.*, § 3.1.b.; veja também *DOD Law of War Manual*, § 1.1.1.
11. *DOD Law of War Manual*, §§ 5.8, 8.2.
12. *Ibid.*, §§ 5.2.3, 5.3.2.
13. *Ibid.*, § 5.2.3.2n49.
14. *The Oxford Dictionary of American Quotations*, ed. Hugh Rawson and Margaret Miner (New York: Oxford University Press, 2006), p. 48.
15. Veja, de modo geral, *Operational Law Handbook* (Charlottesville, VA: The Judge Advocate General's Legal Center and School, 2015), chap. 5.
16. Veja, por exemplo, The White House, *National Strategy for Combating Terrorism* (Washington, DC: The White House, February 2003), acesso em 21 jan. 2021, <https://2001-2009.state.gov/s/ct/rls/rm/2003/17798.htm>; ICRC, "International Humanitarian Law and the Challenges of Contemporary Armed Conflicts", *International Review of the Red Cross* 89, no. 867 (September 2007): p. 719; Arleigh Dean, "Fighting Networks: The Defining Challenge of Irregular Warfare" (dissertação de mestrado, Naval Postgraduate School, June 2011), acesso em 21 jan. 2021, <https://www.hsdl.org/?view&did=683182>.
17. *DOD Annual Report on Civilian Casualties in Connection with United States Military Operations in 2019* (Washington, DC: DOD, 1 May 2020), p. 4.
18. *Ibid.*
19. Veja, por exemplo, *Report on a Workshop Examining Military Policies and Practices on the Use of Explosive Weapons in Populated Areas*.
20. DOD, *Summary of the 2018 National Defense Strategy of the United States of America: Sharpening the American Military's Competitive Edge* (Washington, DC: U.S. Government Publishing Office [GPO], 2018); *Description of the National Military Strategy 2018* (Washington, DC: The Joint Staff, 2018); U.S. Army Training and Doctrine Command (TRADOC) Pamphlet (TP) 525-3-1, *The U.S. Army in Multi-Domain Operations 2028* (Fort Eustis, VA: TRADOC, 6 December 2018).
21. Carl von Clausewitz, *On War*, ed. and trans. Michael Howard and Peter Paret (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1976), p. 88. [NT: Os trechos da obra *Da Guerra* foram extraídos da tradução do inglês para o português do CMG (RRm) Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle, a partir da versão em inglês de Michael Howard e Peter Paret.]
22. Rod Nickel and Abdul Qadir Sediqi, "U.N. Report Says U.S.

Air Strikes on Afghan Drug Labs Unlawful, Hit Civilians", Reuters, 9 October 2019, acesso em 21 jan. 2021, <https://www.reuters.com/article/us-afghanistan-airstrike/u-n-report-says-u-s-air-strikes-on-afghan-drug-labs-unlawful-hit-civilians-idUSKBN1WO0PT>.

23. Veja, por exemplo, "UNAMA: 30 Civilians Killed In US Airstrike On Afghan Drug Labs", TOLONews, 9 October 2019, acesso em 21 jan. 2021, <https://tolonews.com/afghanistan/unama-report-30-civilians-killed-us-airstrike-farah-may>; "UN: Unlawful US Strikes Against Afghan Drug Labs Cause Civilian Casualties", Asharq Al-Awsat, 9 October 2019, acesso em 21 jan. 2021, <https://aawsat.com/english/home/article/1937991/un-unlawful-us-strikes-against-afghan-drug-labs-cause-civilian-casualties>; "US Meth Lab Strikes in Afghanistan Killed at Least 30 Civilians, Says UN", BBC News, 9 October 2019, acesso em 21 jan. 2021, <https://www.bbc.com/news/world-asia-49984804>; "39 Afghan Civilians Dead in US Airstrikes on May 5: UN Mission", Xinhua, 9 October 2019, acesso em 21 jan. 2021, http://www.xinhuanet.com/english/2019-10/09/c_138458620.htm.

24. *Special Report: Airstrikes on Alleged Drug-Processing Facilities, Farah, 5 May 2019* (Kabul, Afghanistan: United Nations Assistance Mission in Afghanistan, October 2019), acesso em 21 jan. 2021, <https://www.ohchr.org/Documents/Countries/AF/SpecialReportUSforAirstrikesBakwa.pdf>.

25. *DOD Law of War Manual*, § 5.6.3, citing Convention on Certain Conventional Weapons (CCW) Amended Mines Protocol, art. 2(6); CCW Protocol III on Incendiary Weapons, art. 1(3); 10 U.S.C. § 950p(a)(1) (2009); considere Additional Protocol I, art. 52(2). [NT: O trecho traduzido foi extraído da versão em português disponibilizada pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha em https://ihl-databases.icrc.org/customary-ihl/por/docs/v1_rul_rule8]

26. 10 U.S.C. § 950p(a)(1). "O termo 'objetivo militar' designa combatentes e aqueles objetos durante hostilidades que, por sua natureza, localização, finalidade ou uso, efetivamente contribuem para a capacidade de condução ou *capacidade de sustentação da guerra* [grifo do autor] de uma força oponente e cuja destruição, captura ou neutralização total ou parcial constituiriam uma vantagem militar definitiva para o atacante nas circunstâncias no momento de um ataque." Veja também J. Fred Buzhardt, General Counsel of the Department of Defense, Letter to Senator Edward Kennedy, 22 September 1972, reprinted in *American Journal of International Law* 67, no. 1 (1973): p. 123-24; veja também *Annotated Supplement to the Commander's Handbook on the Law of Naval Operations* (Newport, RI: U.S. Naval War College, Center for Naval Warfare Studies, Oceans Law and Policy Department, 1997), § 8.1.2.

27. *Eritrea Ethiopia Claims Commission, Partial Award: Western Front, Aerial Bombardment and Related Claims, Eritrea's Claims 1, 3, 5, 9-13, 14, 21, 25 & 26, ¶117* (New York: United Nations, 19 December 2005). "A Comissão concorda com a Etiópia que as centrais elétricas são geralmente reconhecidas como importantes o suficiente para a capacidade de um Estado satisfazer suas necessidades de comunicação, transporte e indústria em tempo de guerra a ponto de normalmente se qualificarem como objetivos militares durante conflitos armados. A Comissão também reconhece que nem todas essas centrais elétricas se qualificariam como objetivos militares, por exemplo, centrais elétricas que, segundo se sabe ou se deveria saber, sejam separadas de uma rede elétrica geral e se limitem a fornecer energia para fins humanitários, tais como instalações médicas, ou outros usos que não poderiam afetar a capacidade do Estado para conduzir a guerra."

Report to Congress: Kosovo/Operation Allied Force, After-Action Report (Washington, DC: DOD, 31 January 2000), p. 82. "Após o fim da Operação *Allied Force*, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) divulgou uma avaliação inicial da eficácia de seus ataques contra uma série de alvos. Os alvos destruídos ou significativamente danificados incluem: [...] • 57% das reservas petrolíferas; • Todas as refinarias de petróleo iugoslavas [...]"

January 1993 Report of Department of Defense, United States of America, to Congress on International Policies and Procedures Regarding the Protection of Natural and Cultural Resources during Times of War, reprinted as appendix VIII in Patrick J. Boylan, *Event of the Convention for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict (The Hague Convention of 1954)* (Paris: UNESCO, 1993), p. 201, p. 204. "Da mesma forma, recursos naturais que possam ter valor para um inimigo em seu esforço de guerra são alvos legítimos. As incursões aéreas de 1943 nos campos de petróleo de Ploesti na Romênia e a campanha ofensiva combinada de bombardeiros contra o petróleo nazista foram cruciais para a vitória aliada sobre a Alemanha na Segunda Guerra Mundial, por exemplo. O que é proibido é a destruição desnecessária, ou seja, a destruição de recursos naturais que tenham pouco ou nenhum valor militar."

Jennifer M. O'Connor, "Applying the Law of Targeting to the Modern Battlefield" (comentários, New York University School of Law, 28 November 2016), acesso em 21 jan. 2021, <https://www.justsecurity.org/34977/applying-law-targeting-modern-battlefield%E2%80%8E-full-speech-dod-general-counsel-jennifer-oconnor/>.

28. *In re Mrs. Alexander's Cotton*, 69 U.S. 404, 419-20, 421 (1864). Afirma que 72 fardos de algodão retirados de um celeiro pelas forças navais da União poderiam ser legalmente apreendidos como propriedade inimiga, com base no "caráter peculiar da propriedade" como "um dos principais nervos de guerra [dos rebeldes]", mas que o algodão não era um prêmio marítimo por ter sido apreendido em terra; Jeffrey Miller and Ian Corey, "Follow the Money: Targeting Enemy War-Sustaining Activities", *Joint Force Quarterly* 87 (4th Quarter, 2017): p. 31; "Combined Force Finds, Destroys Drugs, Weapons Cache", International Security Assistance Force Joint Command-Afghanistan press release, 7 September 2010. Descreve a destruição de um esconderijo de ópio e armas por uma patrulha, a fim de "reduzir significativamente [...] a capacidade do insurgente para [...] obter recursos financeiros"; April Campbell, "Afghan Forces Becoming Increasingly Effective against Drug Producers", Afghanistan International Security Assistance Force—News, 29 September 2011. Descreve a apreensão e destruição de laboratórios de narcóticos e narcóticos pelas forças afegãs contranarcóticos como "um golpe significativo contra a capacidade da insurgência para financiar operações".

29. Veja IHL Database, Customary IHL, "Practice Relating to Rule 8. Definition of Military Objectives. Section G. Economic Installations", ICRC, acesso em 21 jan. 2021, https://ihl-databases.icrc.org/customary-ihl/eng/docs/v2_rul_rule8_sectiong.

30. *Special Report: Airstrikes on Alleged Drug-Processing Facilities*, p. 13-14.

31. Veja *Prize Cases*, 67 U.S. (2 Black) 635, 672 (1862).

32. Veja Thomas Ayres, "The Use of Explosives in Cities: A Grim but Lawful Reality of War", *Joint Force Quarterly* 87 (1 October 2017): p. 26.

33. Regulations annexed to the Convention (Hague IV) Respecting the Laws and Customs of War on Land, 18 October 1907, 36 Stat. 2277, art. 25; Michael J. Matheson, "Session One: Remarks on the United States Position on the Relation of Customary

International Law to the 1977 Protocols Additional to the 1949 Geneva Conventions”, *American University Journal of International Law and Policy* 2 (1987): p. 419, p. 426. Reconhece que os EUA aceitam que certos aspectos dos artigos 51 e 52 do Protocolo Adicional I refletem o direito internacional consuetudinário; veja Protocol Additional to the Geneva Conventions of 12 August 1949 and Relating to the Protection of Victims of International Armed Conflicts (Protocol I), 8 June 1977, arts. 51-52.

34. *Ibid.*

35. Veja *DOD Law of War Manual*, § 5.12.

36. John Spencer interview with Col. Michael Simmering, Lt. Col. Andrew Steadman, and Lt. Col. Neil Myers, “Attacking the City of Razish”, 29 May 2020, in *Urban Warfare Project Podcast*, 54:07-59:06, acesso em 21 jan. 2021, <https://mwi.usma.edu/attacking-city-razish/>; John Spencer interview with Col. David Gardner, “Attacking the City of Dara Lam”, 10 July 2020, in *Urban Warfare Project Podcast*, 24:03-26:39, acesso em 21 jan. 2021, <https://mwi.usma.edu/attacking-city-dara-lam/>.

37. Peter Maurer, “Explosive Weapons in Populated Areas, Opening Remarks by Peter Maurer at the 33rd International Conference Side Event”, ICRC, 11 December 2019, acesso em 21 jan. 2021, <https://www.icrc.org/en/document/explosive-weapons-populated-areas-opening-remarks-peter-maurer-33rd-international>.

38. *Ibid.*

39. *Ibid.*; veja também *Report on a Workshop Examining Military Policies and Practices on the Use of Explosive Weapons in Populated Areas*; Katrin Geyer, “Towards a Political Declaration on the Use of Explosive Weapons in Populated Areas: States Need to Ensure That Expressed Commitments Translate into Real Impacts on the Ground”, INEW, acesso em 21 jan. 2021, <http://www.inew.org/towards-a-political-declaration-on-the-use-of-explosive-weapons-in-populated-areas-states-need-to-ensure-that-expressed-commitments-translate-into-real-impacts-on-the-ground/>.

40. Maurer, “Explosive Weapons in Populated Areas”.

41. *Report on a Workshop Examining Military Policies and Practices on the Use of Explosive Weapons in Populated Areas*.

42. Maurer, “Explosive Weapons in Populated Areas”.

43. Amos Fox, “What the Mosul Study Group Missed”, Modern War Institute at West Point, 22 October 2019, acesso em 21 jan. 2021, <https://mwi.usma.edu/mosul-study-group-missed/>. Analisa o Paradoxo de Precisão, no qual a promessa de danos relativamente limitados do ataque de precisão foi neutralizada pela necessidade posterior de empregar um número bem maior de ataques. Isso diminuiu o ritmo das forças de segurança iraquianas, aumentando, assim, a quantidade de mortes e a destruição na cidade, à medida que os iraquianos atravessaram, metodicamente, Mosul. Um subproduto adicional da dependência

excessiva em relação a ataques de precisão foi que eles quase esgotaram o estoque de munições de precisão estadunidenses.

44. *Report on a Workshop Examining Military Policies and Practices on the Use of Explosive Weapons in Populated Areas*.

45. DOD, *Summary of the 2018 National Defense Strategy*, p. 3.

46. TP 525-3-1, *The U.S. Army in Multi-Domain Operations 2028*, p. vi.

47. James McConville, apud Michelle Tan, “Putting People First: McConville Looks to Revolutionize How Soldiers Serve”, Association of the United States Army, 3 October 2019, acesso em 21 jan. 2021, <https://www.USA.org/articles/putting-people-first-mcconville-looks-revolutionize-how-soldiers-serve>.

48. Gary Solis, introduction to *Geneva Conventions*, ed. Fred Borch (New York: Kaplan, 2010), p. 16.

49. Dennis Steele, “Decisive-Action Training Rotations: Old School Without Going Back in Time”, *Army Magazine*, February 2013.

50. *Ibid.*; Michael D. Vick and William “Bill” Rieron, “Refocusing Counterinsurgency (COIN)-Centric Fire Support”, News from the Front (Fort Leavenworth, KS: Center for Army Lessons Learned, September 2017), p. 1, p. 9.

51. Spencer, “Attacking the City of Razish”; Spencer, “Attacking the City of Dara Lam”.

52. *Ibid.*

53. Vick and Rieron, “Refocusing Counterinsurgency (COIN)-Centric Fire Support”, p. 3, p. 9, p. 11-12; veja também Gail Curley and Paul Golden, “Back to Basics: The Law of Armed Conflict and the Corrupting Influence of the Counterterrorism Experience”, *The Army Lawyer*, September/October 2018.

54. Matthew Archambault, “Putting the Fight Back in the Staff”, *Military Review* 99, no. 4 (July-August 2019): p. 22.

55. Field Manual 6-27/Marine Corps Tactical Publication 11-10C, *The Commander’s Handbook on the Law of Land Warfare* (Washington, DC: U.S. GPO, August 2019).

56. *Ibid.*

57. Charles Pedde, “Remarks at the FM 6-27 Rollout” (Charlottesville, VA, 22 January 2020).

58. Army Regulation 350-1, *Army Training and Leader Development* (Washington, DC: U.S. GPO, 10 December 2017), table F-2.

59. James Anderson, Performing the Duties of Under Secretary of Defense (Policy), memorandum for Secretaries of the Military Departments, Chairman of the Joint Chiefs of Staff, Undersecretaries of Defense, Commanders of the Combatant Commands, and General Counsel of the DOD, “Development of a DOD Instruction on Minimizing and Responding to Civilian Harm in Military Operations”, 31 January 2020.



Integrante do 1º Batalhão, 5ª Brigada de Assistência às Forças de Segurança, facilita uma análise pós-ação em 27 de agosto de 2020 com a liderança do Exército Real da Tailândia (ERT), 11ª Divisão de Infantaria do ERT na Área de Treinamento de Sriracha, Tailândia. (Foto: cedida pelo Exército Real da Tailândia)

Pensar Além do Deserto

Como ter sucesso com a assistência às forças de segurança fora do Oriente Médio

Ten Cel Jahara Matisek, Ph.D., Força Aérea dos EUA

Maj Austin G. Commons, Exército dos EUA

A maior parte dos programas estadunidenses de treinamento militar nas últimas duas décadas se concentrou principalmente

no desenvolvimento de forças de segurança no Afeganistão e no Iraque, com os Estados Unidos da América (EUA) gastando USD 128 bilhões apenas

nesses dois países.¹ Essas atividades de assistência às forças de segurança (*Security Force Assistance, SFA*) no Oriente Médio têm funcionado como uma porta giratória, [re]construindo forças de segurança parceiras, praticamente do zero, a cada ano. A estrutura de orientação para a SFA nesses dois países tem sido o objetivo estratégico de tornar as forças parceiras eficazes o suficiente para que possam conduzir missões de contrainsurgência e/ou contraterrorismo sem que os assessores estadunidenses tenham de supervisionar suas atividades.² Essa ideia ganhou proeminência e foi codificada em 2009, com o então Secretário de Defesa Robert Gates defendendo a abordagem indireta de formar forças parceiras para lidar com os desafios de segurança.³

O Ten Cel Jahara Matisek, Ph.D., da Força Aérea dos EUA, é professor assistente no Departamento de Estudos Militares e Estratégicos e atua como diretor de pesquisa no Centro de Estratégia e Guerra da Academia da Força Aérea dos EUA, no Colorado. Ele é um piloto sênior, tendo servido em Kandahar, no Afeganistão, como piloto instrutor de aeronaves E-11, desempenhando a função de diretor de operações e comandante do 451º Esquadrão de Apoio a Operações Expedicionárias em 2020. Ele tem doutorado em Ciência Política pela Northwestern University, é bolsista militar (2020-2021) do Project on International Peace and Security no William & Mary College e é um pesquisador da Minerva Research Initiative financiado pelo Departamento de Defesa, e que estuda programas estrangeiros de treinamento militar.

O Maj Austin G. Commons, do Exército dos EUA*, é comandante de companhia e líder da equipe de assessoramento na 5ª Brigada de Assistência às Forças de Segurança na Base Conjunta Lewis-McChord, em Washington. Durante sua carreira, serviu em missões operacionais na 101ª Divisão Aeroterrestre (Assalto Aéreo), na 1ª Divisão de Cavalaria, no 75º Regimento *Ranger* e no Exército dos EUA no Alasca. Serviu em várias missões de combate no Iraque e Afeganistão. É bacharel pela Academia Militar dos EUA em West Point, Nova York, e tem mestrado pela U.S. Naval War College, em Newport, Rhode Island. *O Maj Austin G. Commons é o principal autor deste artigo.

Essa narrativa se traduziu em forças de operações especiais estadunidenses e aliadas que contam, cada vez mais, com a abordagem “por, com e através de” para treinar forças de fim específico da nação anfitriã para conduzir missões de contrainsurgência e/ou contraterrorismo. Em muitos casos, essa abordagem permite que os parceiros visem atores e grupos percebidos como uma ameaça à segurança nacional dos EUA.⁴ Embora eficaz na criação de unidades militares especializadas extremamente capacitadas, como a Divisão de Ouro do Iraque e dez *kandaks* (batalhões) de operações especiais afegãos, a criação de tais forças fez com que as unidades do Exército regular no Iraque e no Afeganistão fossem negligenciadas.⁵ Por estarem fora do foco e do monitoramento dos assessores militares ocidentais, as forças convencionais do Iraque e do Afeganistão sucumbem às patologias da corrupção e do clientelismo. Em muitos casos, os soldados são leais aos comandantes de suas unidades por motivos paroquiais, como pertencer a determinados grupos religiosos; afiliação ou apoio a um partido político; ser da mesma tribo, clã ou ter algum parentesco, e não ao governo de Bagdá ou Cabul. Isso pode ser frustrante para o assessor típico, que vê as Forças Armadas como uma organização profissional que *deve ser* apolítica e meritocrática. Ainda assim, nos exércitos da maioria dos países do Oriente Médio, as normas sociais e a cultura influenciam o comportamento militar, traduzindo-se em instituições de segurança que servem a propósitos e interesses estreitos, e nas quais o profissionalismo pode ser considerado uma característica perigosa de se exibir.⁶ Isso ocorre porque tais demonstrações de capacidade e eficácia parecem ameaçadoras para as elites políticas e funcionários do alto escalão do governo.

Depois de anos “enxugando gelo”, tornou-se abundantemente claro que a maioria das Forças Armadas no Oriente Médio não adotará as instituições militares estadunidenses, muito menos formas liberalizadas de governança democrática. Isso pode ser problemático para os líderes militares e formuladores de políticas dos EUA, pois os planejadores de SFA fornecem apresentações em slides e relatórios brancos com imagens utópicas e objetivos e planos de aula sobre como a SFA será organizada e implementada. Para muitos assessores, não importa quanto planejamento e preparação adequados sejam realizados com linhas de esforço doutrinarmente corretas, as forças da nação anfitriã

inevitavelmente ficam aquém dos padrões esperados por suas contrapartes estadunidenses. É nessa fase de planejamento que muitos assessores acreditam erroneamente que uma unidade militar estrangeira se adaptará às suas instituições militares e programas

dizer que, desta vez, seus esforços de SFA finalmente progrediram e se enraizaram.⁹ Isso é ainda pior se considerarmos que, mesmo quando seus esforços são bem-sucedidos, como foram durante as missões de segurança de área ampla e de assessoramento,

“ A condução bem-sucedida da SFA fora do Oriente Médio exige que os assessores estadunidenses estejam familiarizados com objetivos, metas e resultados mais restritos, impulsionados pelas próprias nações anfitriãs, junto com uma verdadeira adoção da filosofia do comando de missão. ”

de treinamento ocidentais. As dificuldades de alcançar os estados finais desejados com a capacitação de parceiros (*building partner capacity*, BPC) são o motivo pelo qual o Gen Div Charles T. Cleveland, então Comandante de Operações Especiais do Exército dos EUA, costumava descrever os “esforços de BPC como atos aleatórios de contato”.⁷

Os assessores da força de emprego geral dos EUA, os elementos de assessoria *ad hoc*, como equipes de transição militar, e as unidades de assessoramento especificamente treinadas, como as brigadas de assistência às forças de segurança do Exército (*Security Force Assistance Brigades*, SFAB), frequentemente retornavam de viagens ao Iraque e ao Afeganistão exasperados com suas experiências. Muitos desses assessores descobrem, perto do final de seu desdobramento, que as forças de segurança com as quais trabalharam ainda carecem de proficiência. Para aqueles que tiverem a sorte de fazer um desdobramento subsequente junto às forças parceiras com as quais trabalharam em uma missão anterior, a frustração se transformará em raiva quando souberem que a unidade provavelmente regrediu. Essa frustração é compreensível, pois o Exército iraquiano desabou frente a uma força de combate muito menor do Estado Islâmico em 2014 e, em 2021, o Exército Nacional Afegão luta para defender seus postos de controle e comboios contra o crescente poder e influência do Talibã e do Estado Islâmico – Província de Khorasan.⁸ Essas decepções são comuns, apesar do típico oficial sênior engajar-se na tradição anual de

assistência e capacitação com milícias curdas na região Iraque-Síria, o progresso foi estrategicamente prejudicado e a credibilidade diminuiu por causa da precipitada retirada das forças dos EUA em 2019.¹⁰

Apesar dessas decepções, a SFA continua sendo considerada um instrumento de poder, especialmente para demonstrar compromissos com governos e forças parceiras que genuinamente desejam obter assistência de segurança para melhorar sua eficácia militar. Conforme descrito na *Estratégia de Segurança Nacional* de 2017 (*2017 National Security Strategy*), isso assume um foco particularmente importante conforme o Departamento de Defesa tenta mudar de contrainsurgência e/ou contraterrorismo para competição entre grandes potências.¹¹ A competição por influência contra a China, o Irã e a Rússia exige que os EUA cultivem alianças e parcerias de segurança em todo o mundo. Nesse contexto, a SFA continua sendo um meio viável de manter o nível necessário de engajamento e influência, ao mesmo tempo que capacita aliados e parceiros para enfrentar ameaças à segurança local e regional. A competição entre grandes potências ocorre como uma luta por influência na “fronteira inquieta”, ou seja, nações periféricas menores que estão localizadas ao longo das fronteiras entre as potências globais.¹²

Para conduzir a SFA de maneira eficaz nessas regiões de fronteira, os assessores militares que trabalham em regiões como a África Subsaariana, a América Latina, a Europa periférica ou a região do Indo-Pacífico precisarão ser criteriosos sobre quais



lições tirar de anos de experiência no Iraque e no Afeganistão. As Forças Armadas dos EUA precisam avaliar de perto a cultura de assessoramento desenvolvida nesses dois conflitos e estar preparadas para evoluir e se adaptar a novos desafios. Esses desafios são especialmente importantes com a criação de SFAB, especificamente concebidas para conduzir a missão de assessoramento, apoio, ligação e avaliação na área de responsabilidade de cada comando geográfico conjunto.¹³ Essa mudança em direção ao paradigma de assessorar, apoiar, estabelecer ligação e avaliar tem o objetivo de ir além do escopo estreito da missão de treinar, assessorar e assistir no Afeganistão, descrevendo uma visão mais ampla do que os assessores fazem, especialmente na área de cooperação de segurança com parceiros que possuem capacidades militares quase equiparadas.

A condução bem-sucedida da SFA fora do Oriente Médio exige que os assessores estadunidenses estejam familiarizados com objetivos, metas

Um soldado de infantaria e orientador de treinamento do 1º Batalhão, 5ª Brigada de Assistência às Forças de Segurança, ministra treinamento sobre procedimentos de limpeza cômoda a cômodo ao lado de um grupo de combate do Exército Real da Tailândia em Chachoengao, Tailândia, 26 de agosto de 2020. (Foto: cedida pelo Exército Real da Tailândia)

e resultados mais restritos, impulsionados pelas próprias nações anfitriãs, junto com uma verdadeira adoção da filosofia do comando de missão. Ao mesmo tempo, os assessores precisam estar preparados para aceitar mais riscos, pois as condições de uma insurgência extremamente ativa, como as experimentadas no Afeganistão e no Iraque, são substancialmente diferentes do ambiente operacional em outras nações. Isso é especialmente importante na era da covid-19, que trouxe desafios significativos para como os assessores da SFA desenvolvem e mantêm relacionamentos com forças aliadas e parceiras.

Um novo paradigma de SFA: contexto diferente significa assessoramento diferente

Assessores militares com experiência no Iraque e no Afeganistão podem ter estar enraizados na mentalidade de “pensar dentro dos parâmetros do Oriente Médio”. Esses assessores experientes precisam de flexibilidade mental que lhes permita sentir-se à vontade para estreitar o escopo de sua missão e objetivos ao trabalhar com forças parceiras em outras regiões. Isso se deve a uma diferença significativa no contexto estratégico: os EUA não estão tentando construir uma nação e lutar simultaneamente contra uma insurgência no Indo-Pacífico ou na África. Embora os objetivos em guerras recentes tenham focado em construir forças de segurança capazes de suportar a maior parte dos combates diários dos EUA e seus aliados, os objetivos em outras regiões do mundo provavelmente serão muito mais restritos aos limites de demonstrar determinação estratégica e ajudar um parceiro a desenvolver alguma capacidade de dissuasão na era da competição entre grandes potências. Isso se traduz em competir por relacionamentos e influência com as autoridades da nação anfitriã e cumprir as promessas de cooperação e assistência de segurança.

Durante os conflitos no Iraque e no Afeganistão, os assessores militares estadunidenses enfrentaram a tarefa esmagadora de construir uma força convencional quase do zero enquanto se engajavam em uma luta contínua contra as forças insurgentes. Como as forças de segurança do Iraque e do Afeganistão estavam sendo reconstruídas do zero, os assessores estadunidenses e aliados eram responsáveis por todas as facetas do treinamento e equipamento das forças militares, bem como por apoiá-las no campo de batalha. Cada estágio do treinamento — desde o treinamento básico para soldados recém-recrutados até a formação de oficiais superiores em escolas de comando e estado-maior — tinha dinheiro e pessoas estadunidenses ou dos aliados por trás dele. Quando empregadas em combate, as unidades iraquianas e afegãs frequentemente contavam com o apoio do poder aéreo, artilharia, transporte e logística dos EUA. Isso ficou claramente demonstrado nos reveses de 2014 que o Exército iraquiano sofreu quando a ampliação liderada pelos EUA criou uma força frágil de unidades de combate sem a estrutura de apoio necessária de especialistas em logística, engenheiros e pessoal de inteligência.¹⁴ A corrupção entre oficiais em todos os níveis dificultou ainda

mais equipar e sustentar as unidades iraquianas.¹⁵ O Exército iraquiano foi treinado e equipado para lutar, mas não para se sustentar ao fazê-lo. Quando confrontados com a difícil tarefa de construir uma nova força de segurança nacional no Afeganistão depois de 2001, os assessores estadunidenses e aliados se viram com tempo e recursos apenas para desenvolver as forças combatentes e não o apoio logístico. As Forças de Segurança de Defesa Nacional do Afeganistão (*Afghan National Defense Security Forces, ANDSF*) não são melhores em 2021, quando a logística é o maior impedimento para manter a presença avançada e ser capaz de defender os postos de controle da ANDSF. Não há SFA suficiente que obrigue o pessoal de logística da ANDSF a levar seu trabalho a sério o bastante para não furtrar ou desviar suprimentos.¹⁶

Devido ao fato de os assessores estadunidenses terem trabalhado para construir forças de segurança da nação anfitriã enquanto essas mesmas forças estavam ativamente engajadas na luta pelo controle de seus países, o instinto de tentar uma reforma completa é compreensível. Os assessores estadunidenses enviados para países do Indo-Pacífico e da África, entretanto, não enfrentarão a tarefa de construir novas forças de segurança durante o combate e devem resistir à tentativa de reconstruir totalmente as forças da nação anfitriã. Isso não quer dizer que ambas as regiões não tenham seus desafios específicos, como as forças armadas na Líbia, Mali, Filipinas e Somália; cada uma tem suas próprias patologias, que são bastante específicas e que tornam a construção de instituições de defesa difícil de codificar em longo prazo.¹⁷ No entanto, deve-se aceitar que as estruturas e modelos militares em vigor existem por uma razão e, como assessor, é necessário maximizar o potencial dentro de um determinado sistema militar, seja para fins políticos dos EUA, falta de recursos para a SFA ou por causa das capacidades da nação anfitriã.

Embora as habilidades entre as forças armadas na África ou no Indo-Pacífico variem consideravelmente, muitos parceiros dos EUA, atuais ou prováveis, que se encontram à beira de um conflito potencial já têm instituições militares bem estabelecidas, normalmente chamadas de forças armadas de nível um. Em vez de entrar em um país com a mentalidade de que as forças armadas da nação anfitriã devem ser reconstruídas, é bem mais provável que os assessores estadunidenses se vejam envolvidos em assistir em melhorias mínimas

e em encontrar maneiras de maximizar a eficiência, especialmente nos níveis de estado-maior. Isso se dá não apenas por causa das capacidades existentes das forças armadas estabelecidas, mas também porque os assessores dos EUA estarão lá pela vontade e a convite de uma nação anfitriã que pode solicitar que seus convidados foquem em áreas específicas. Nesse contexto, uma força de assessoramento deve investir tempo considerável no aprendizado da estrutura das forças de segurança parceiras/aliadas. Isso ocorre porque o assessoramento se concentrará principalmente em melhorias de processo, como capacidades de planejamento, mas com ganhos pequenos. Além disso, os objetivos das atividades de assessoramento dos EUA nos níveis operacional e estratégico podem estar menos focados em melhorar a capacidade das forças armadas da nação anfitriã do que em melhorar a interoperabilidade e as relações de segurança com determinados países. Por exemplo, as Forças de Autodefesa do Japão são forças militares capacitadas, profissionais e totalmente voluntárias que não requerem SFA. No entanto, tanto as Forças de Autodefesa do Japão quanto os EUA poderiam se beneficiar de assessores estadunidenses seniores trabalhando com os estados-maiores de brigadas e divisões japonesas em processos de estado-maior mais complexos, como seleção de alvos ou concepção operativa em múltiplos domínios. Concentrar-se em funções de estado-maior mais sofisticadas com os principais parceiros permite uma melhor integração e interoperabilidade com esses aliados e parceiros no caso de um conflito armado contra um adversário comum. Esses tipos de missões de SFA exigirão uma mudança de mentalidade considerável por parte dos assessores estadunidenses, com base em sua experiência direta de trabalho com os iraquianos e os afegãos. Os assessores que trabalharem com aliados e parceiros mais capacitados precisarão estar preparados para enfatizar a missão de “ligação” mais fortemente do que as missões de “assessoramento” ou “apoio”.

Embora os assessores estadunidenses e a Força Singular de que são oriundos se concentrem principalmente em operações de combate em larga escala e manobra de armas combinadas, os assessores também precisam estar preparados para ajustar sua missão e objetivos às necessidades de uma força parceira que pode não estar focada no combate entre forças convencionais. Muitos aliados e parceiros dos EUA em todo o mundo, como a Coreia do Sul ou os Países Bálticos, estão de fato

concentrados na defesa contra uma ameaça militar convencional. Isso pode significar focar maneiras de aumentar a capacidade de dissuasão dessas forças parceiras. No entanto, muitos parceiros dos EUA nessas e em outras regiões historicamente empregaram suas forças armadas de outras maneiras. Usando suas forças para desdobrar para outros lugares em apoio às operações de manutenção da paz da Organização das Nações Unidas, algumas forças armadas do Indo-Pacífico estão se concentrando mais fortemente na assistência humanitária e resposta a desastres, e isso é algo que provavelmente continuará em uma região cada vez mais ameaçada pelas mudanças climáticas. Em outros locais, como no caso das Filipinas, do Sri Lanka e da Tailândia, os países enfrentam ameaças à segurança interna, empregando suas forças armadas em operações de contrainsurgência e/ou contraterrorismo e funções de segurança pública.

É de suma importância que os assessores dos EUA estejam cientes da história, tradição e cultura que cercam as instituições e o emprego das forças armadas da nação anfitriã e ajam com cuidado em países onde, anteriormente, elas tenham sido utilizadas como uma ferramenta de repressão para regimes autoritários. Os diversos papéis e responsabilidades das forças militares em diferentes países parceiros exigem um envolvimento deliberado nos níveis político e estratégico, antes de empregar assessores, para sinalizar que as Forças Armadas dos EUA estão presentes por motivos verdadeiramente nobres. Em alguns casos, isso exigirá que os assessores militares estadunidenses evitem a manobra de armas combinadas em favor do treinamento logístico e do treinamento médico, os quais são essenciais para os esforços de assistência humanitária e resposta a desastres. Além disso, os assessores precisarão se sentir mais à vontade com as forças da nação anfitriã que se concentram em seus próprios objetivos, em vez dos interesses estadunidenses de segurança nacional. Nesse complicado meio sociopolítico, os interesses estadunidenses podem ser indiretamente alcançados com parcerias por meio de novas relações que estabeleçam diálogo e influência em longo prazo.

Em conflitos recentes, a ânsia de entregar a guerra a uma força de segurança da nação anfitriã muitas vezes levou os assessores estadunidenses a empurrar suas forças parceiras iraquianas ou afegãs em direção aos objetivos designados pelos EUA. Os assessores estadunidenses frequentemente lutavam para alinhar

os objetivos da força da nação anfitriã aos seus, já que fatores como corrupção, lealdades tribais ou pessoais concorrentes ou a simples falta de capacidade poderiam interferir com a capacidade de uma força parceira de atingir um objetivo. No entanto, em um ambiente em que “entregar a luta” ao país anfitrião não é a missão

adaptar à situação no terreno e aproveitar oportunidades efêmeras.¹⁸ As operações descentralizadas de contrainsurgência no Iraque e no Afeganistão, nas quais companhias e pelotões conduziam operações independentes a partir de pequenos postos avançados, muitas vezes representavam a aplicação tática do comando de missão. No



As qualidades que fazem de um oficial ou sargento um bom líder das tropas estadunidenses são as mesmas que fazem um bom assessor de tropas estrangeiras.



de uma força de assessoramento dos EUA, os assessores devem se sentir mais à vontade para permitir que a nação anfitriã persiga seus próprios objetivos. Isso ocorre porque a competição entre grandes potências exige fortalecer os aliados para que assumam o controle de suas considerações de segurança interna e regional em apoio a uma arquitetura de segurança regional mais robusta; a presença do assessor estadunidense sinaliza uma disposição estratégica para apoiar e viabilizar tais ações. A organização de programas de treinamento e exercícios conjuntos nessa estrutura pode consolidar a disposição da nação anfitriã de assumir a responsabilidade pela construção de instituições de defesa segundo seus próprios termos para, assim, tornarem-se autossuficientes após a partida dos assessores.

“Um capitão, uma equipe, um país”: comando de missão e aceitação de risco

Para conduzir uma SFA eficaz nesses Estados fronteiriços, as Forças Armadas dos EUA precisam adotar plenamente os princípios do comando de missão no nível estratégico para permitir que os assessores operem nos níveis táticos. Isso permite que eles improvisem e se adaptem a um contexto dinâmico e ambíguo, onde as autoridades chinesas e russas podem estar criando um ambiente hipercompetitivo para fornecer SFA. O comandante que exerce corretamente a filosofia do comando de missão nesse ambiente desconcertante dá aos comandantes subordinados ampla liberdade para realizar a intenção do comandante como acharem adequado, proporcionando-lhes a flexibilidade necessária para se

entanto, a estratégia geral e a missão de derrotar insurgências e, ao mesmo tempo, construir forças de segurança da nação anfitriã capazes de proteger seus próprios países de forma independente permaneceram uniformes nessas regiões. O trabalho essencial de um comandante de companhia de infantaria no distrito de Mahmudiya, no Iraque, era pouco diferente daquele de um comandante de companhia a mais de 3.000 km de distância no distrito de Dara-I-Pech, no Afeganistão, sem mencionar que ambos tinham de manter vigilância constante contra ataques internos.¹⁹ No entanto, caso liderassem equipes de assessoramento em Cingapura e na Tailândia, esses mesmos dois capitães poderiam ter duas missões fundamentalmente diferentes, dependendo de uma variedade de fatores.

As diferenças podem incluir a forma e o formato das relações de segurança de cada país com os EUA. Isso pode ser subdividido em o que a nação anfitriã pediu que os assessores estadunidenses fizessem e que autoridade os assessores têm ao fornecer diferentes tipos de assistência e treinamento (isto é, assistência letal versus não letal). As coisas podem ser ainda mais complicadas em virtude das relações da nação anfitriã com nações rivais (por exemplo, a China, a Rússia); conflitos internos e desafios de segurança; as bases profissionais e políticas das forças de segurança de cada país; e a história, cultura e política únicas de cada Estado. O modelo de emprego de SFAB de “uma equipe, operando de forma semiautônoma em apoio a um país liderado por um único oficial” exige domínio da filosofia do comando de missão ampliado para o nível estratégico.²⁰ Isso significa dar liberdade de movimento e espaço para tomada de decisão aos assessores de nível tático para que



eles possam tomar decisões de nível estratégico; caso contrário, os assessores podem se envolver em acordos *ad hoc* que prejudicam o propósito de sua missão.²¹

De acordo com a Publicação Doutrinária do Exército 6-0, *Comando de Missão: Comando e Controle das Forças do Exército* (ADP 6-0, *Mission Command: Command and Control of Army Forces*), um comando de missão bem-sucedido conta com sete elementos: competência, confiança mútua, entendimento compartilhado, intenção do comandante, ordens de missão, iniciativa disciplinada e aceitação de risco.²² A maioria desses elementos requer considerações específicas no contexto da missão de assessoramento. Para garantir a competência e estabelecer as bases para a confiança mútua, os assessores precisam ser escolhidos entre os comandantes com melhor desempenho de todos os escalões das Forças Armadas, desde sargentos de menor antiguidade aos oficiais superiores mais antigos. Em vez de criar uma área funcional de assessores, o pessoal mais taticamente proficiente e com capacidade de liderança demonstrada precisa se alternar entre as unidades de assessoramento e o restante da força operacional. As qualidades que fazem de um oficial ou sargento

Enfermeiro militar designado como assessor para a 1ª Brigada de Assistência às Forças de Segurança e mecânico de viaturas com rodas designado para a mesma brigada (interpretando um soldado das forças internacionais), transportam uma vítima (simulação) para um local seguro durante o Exercício *Advisor Forge* em Fort Benning, Geórgia, 14 de agosto de 2019. (Foto: Pfc. Daniel J. Alkana, Exército dos EUA)

um bom líder de tropas estadunidenses são as mesmas que fazem um bom assessor de tropas estrangeiras.

Os esforços de assessoramento *ad hoc* no Iraque e no Afeganistão (por exemplo, equipes de transição militar) às vezes eram tratados, ocasionalmente, como missões de economia de meios, o que significa que essas funções às vezes eram desempenhadas pelos líderes menos capacitados da unidade cedente. No entanto, o Exército está atualmente no caminho certo para melhorar seu esforço de assistência à segurança, preenchendo suas SFAB com oficiais e sargentos que concluíram as principais missões de liderança e anunciando essas unidades como uma oportunidade de diversificação de experiência para os militares que têm alto desempenho. O Exército deve persistir nesse esforço para recrutar os melhores talentos,

mantendo as SFAB como uma missão cobiçada para os militares de alto desempenho e evitar que se torne um depósito de mediocres. Um esforço semelhante está em andamento nas forças armadas britânicas com a criação do grupo de infantaria especializado, que reflete muitos aspectos da abordagem estadunidense de SFAB, atraindo seus oficiais e sargentos mais talentosos para assessorar as forças estrangeiras. O surgimento do grupo de infantaria especializado apresenta outro caminho para as SFAB se destacarem em atividades de assessoramento, cooperando com um aliado próximo na codificação das melhores práticas e na coordenação de missões desse tipo para maximizar a influência e as parcerias que podem combater a China e a Rússia.

Os comandantes mais antigos de unidades de assessoramento devem estar familiarizados com a degradação do entendimento compartilhado, visto que oferecer assessoramento dentro do país se torna uma experiência altamente fluida e dinâmica. Em muitos casos, decisões e ações imediatas podem ser exigidas por líderes desdobrados no exterior, que não podem esperar pelo longo processo de encaminhamento da documentação de requerimentos e aprovações do estado-maior e de memorandos para registro. Conforme descrito em inúmeras entrevistas com militares estrangeiros, esperar a aprovação de uma cadeia de comando distante é precisamente o que faz os assessores estadunidenses parecerem fracos para os líderes militares estrangeiros.²³

Com equipes de assessores espalhadas por vários países em um comando geográfico, os comandantes em nível de batalhão e brigada não serão capazes de desenvolver o entendimento da situação profundo necessário para tomar decisões sobre os mínimos detalhes de uma missão. Eles devem confiar no discernimento de seus oficiais subordinados e sargentos que estão imersos no ambiente operacional diariamente. Além disso, a intenção do comandante emitida para os líderes subordinados precisará levar em conta uma variedade mais ampla de partes interessadas. Um capitão encarregado de executar a intenção de um coronel também deve equilibrar isso com as metas e objetivos do embaixador dos EUA e da equipe interagências no país. Os comandantes de escalões mais elevados devem emitir uma intenção que seja ampla o suficiente para ser adaptada à estratégia integrada para o país que cada embaixador está encarregado de executar. Indo mais adiante, os líderes no terreno podem até receber uma intenção do comandante que

os autorize especificamente a se desviar razoavelmente dessa intenção em apoio aos objetivos da equipe de país (ou seja, exercer a iniciativa disciplinada). Isso pode até incluir dar autoridade financeira e liberdade de decisão para uma determinada quantia em dólares e permitir que a autoridade das decisões do assessor sinalize condicionalidade para as forças parceiras quando elas cruzarem as “linhas vermelhas.” Finalmente, a aplicação do comando de missão a missões de SFA bem-sucedidas exigirá que os comandantes mais antigos reexaminem e ajustem sua aceitação do risco prudente.

Os assessores envolvidos em missões de SFA em outras regiões do mundo, fora do Iraque e Afeganistão, frequentemente precisarão estar à vontade com níveis mais baixos de proteção da força enquanto trabalharem com homólogos da nação anfitriã. Uma das lembranças mais dolorosas de prestar assessoramento no Iraque e no Afeganistão tem sido o problema de ataques internos, em que soldados treinados da nação anfitriã viraram suas armas contra seus assessores estadunidenses em ataques conhecidos como *green on blue*, ou seja, ataques às forças da coalizão pelas forças anfitriãs.²⁴ Embora as táticas e técnicas militares dos EUA tenham evoluído para mitigar parcialmente a ameaça de ataque interno, como o uso de “anjos da guarda”^{NT} para fornecer proteção aos assessores, essas tragédias são um grande motivo de preocupação para os líderes militares ao longo de toda a cadeia de comando. As interações entre assessores estadunidenses e as forças armadas da nação anfitriã são acompanhadas por equipes robustas de segurança, e fotografias de oficiais afegãos com seus assessores estadunidenses quase sempre mostram o militar estadunidense usando colete e capacete balísticos, enquanto o homólogo afegão não usa esses tipos de equipamentos de proteção individual.

Embora cada missão de SFA comece com uma análise detalhada da ameaça local e dos recursos disponíveis para determinar os equipamentos de proteção necessários, pode haver uma tentação entre os assessores seniores de voltar ao que estavam acostumados durante suas várias missões no Iraque e Afeganistão. Estar mentalmente preparado para aceitar um certo nível de risco com a proteção da força é algo que se aplica aos detalhes mais mundanos do trabalho de um assessor militar — onde

NT: Um militar armado que zela pela segurança aproximada do grupo, observando a interação entre integrantes das forças da coalizão e das forças da nação anfitriã e que tenta identificar as pessoas que estariam envolvidas em ataques ou para se contrapor a uma eventual agressão.

eles moram, como viajam, o que vestem, se e como estão armados, etc. Uma postura de proteção da força no Indo-Pacífico ou na África Subsaariana que se assemelha ao que os assessores militares adotaram no Iraque e no Afeganistão servirá apenas para desagradar as forças parceiras em países muito mais seguros. Isso também se traduz em assessores obtendo celulares que operam em qualquer país, com WhatsApp instalado, para que possam se manter em comunicação constante com as forças parceiras e fornecer atualizações em tempo real para sua equipe de assessoramento e liderança. Embora alguns possam ver isso como uma violação de segurança, essa é a dura realidade de qualquer missão de assessoramento, e as forças parceiras desejarão desenvolver um relacionamento com seu assessor por meio de mensagens de texto e conversas em grupo. Participar de tais atividades sinalizará a disposição de um assessor de desenvolver relacionamentos interpessoais com forças aliadas e parceiras para o bem maior da missão.

Conclusão

À medida que os EUA continuam a enfatizar a competição entre grandes potências, suas Forças Armadas realizarão um número crescente de missões de assessoramento militar enquanto a nação luta para manter sua influência global.²⁵ O futuro de missões de SFA bem-sucedidas fora da área restrita do Oriente Médio depende, cada vez mais, de uma força de assessoramento ágil que possa ajustar os conjuntos de missão, mantendo-os alinhados aos interesses de segurança nacional dos EUA de capacitar parceiros e aliados. Isso requer se libertar das armadilhas mentais de operar em países falidos, onde a construção do país colidiu com o combate a uma insurgência. Para tanto, é preciso reenfatizar a importância de trabalhar com parceiros militares já capacitados, que terão sua própria maneira institucionalizada de conduzir as atividades.

Os assessores estadunidenses precisarão se sentir à vontade ajudando parceiros capacitados a fazerem

melhorias pequenas, especialmente em áreas menos glamorosas, como logística, manutenção e registros (por exemplo, registro de trabalho administrativo). Eles precisarão aceitar os objetivos e resultados da nação anfitriã em um grau muito maior do que durante uma grande campanha de contrainsurgência. Além disso, os comandantes mais antigos das unidades de assessoramento estadunidenses precisarão adotar totalmente o comando de missão para permitir que os assessores mais modernos tenham flexibilidade para modificar a execução de sua missão para obter melhor integração com os objetivos da equipe local dos EUA.

Por fim, o modelo de desdobramento de pequenas equipes de assessores em uma área de operações geograficamente ampla exigirá um grau elevado de aceitação de risco por parte da alta liderança das Forças Armadas dos EUA. Assessores acostumados a um comboio de veículos blindados e de grupos de combate de infantaria por causa de suas experiências anteriores em operações acabarão falhando em sua nova missão se forem incapazes de aceitar o risco prudente para construir confiança genuína com sua força parceira. Sem uma confiança autêntica entre assessor e parceiro na linha de frente, uma missão de SFA e, em última instância, a parceria estratégica com base na qual ela ocorre, têm chances limitadas de sucesso. Os assessores e seus superiores precisam se sentir cómodos com o que é incômodo, como conduzir a SFA por meio do WhatsApp, e começar a pensar além da região do Oriente Médio, pois os concorrentes estratégicos não têm restrições em seu desejo de isolar a influência estadunidense. ■

As opiniões, conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade de cada autor e não refletem, necessariamente, as opiniões do Exército ou da Força Aérea dos EUA. Este material é baseado no trabalho apoiado pelo Gabinete de Pesquisa Científica da Força Aérea (Air Force Office of Scientific Research) sob o número de prêmio FA9550-20-1-0277.

Referências

1. "Security Aid Dashboard", Security Assistance Monitor, acesso em 23 nov. 2020, <http://securityassistance.org/content/security-aid-dashboard>.

2. Stephen Biddle, Julia Macdonald, and Ryan Baker, "Small Footprint, Small Payoff: The Military Effectiveness of Security Force Assistance", *Journal of Strategic Studies* 41, no. 1-2 (2018):

- p. 89-142; Jahara Matissek and Joshua Williamson, "Limited Wars in the Periphery: The Dilemma of American Military Assistance", *Expeditions with MCUP* (May 2020), <https://doi.org/10.36304/ExpwMCUP.2020.03>.
3. Robert Gates, "A Balanced Strategy", *Foreign Affairs* 88, no. 1 (January-February 2009): p. 29-30, acesso em 23 nov. 2020, <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2009-01-01/balanced-strategy>.
 4. Michael X. Garrett, "The 'By, With, and Through' Approach: An Army Service Component Command Perspective" (white paper, Shaw Air Force Base, SC: U.S. Army Central, 7 September 2017).
 5. David M. Witty, *Iraq's Post-2014 Counter Terrorism Service* (Washington, DC: The Washington Institute for Near East Policy, 2018); Todd C. Helmus, *Advising the Command Best Practices from the Special Operations Advisory Experience in Afghanistan* (Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2015). O Serviço de Contraterrorismo do Iraque foi criado em 2003 com o apoio das Forças Especiais dos EUA (*U.S. Special Forces*, USSF) e tornou-se seu próprio comando em 2007. A primeira unidade do Corpo de Comando Afegão foi criada em 2007 sob a supervisão do USSF e transformada no Comando de Operações Especiais em 2011.
 6. Michael J. Eisenstadt and Kenneth M. Pollack, "Training Better Arab Armies", *Parameters* 50, no. 3 (Autumn 2020): p. 95-111.
 7. Conhecimento do autor em primeira mão.
 8. Bill Roggio and Alexandra Gutowski, "Mapping Taliban Control in Afghanistan", *FDD's Long War Journal*, acesso em 23 nov. 2020, <https://www.longwarjournal.org/mapping-taliban-control-in-afghanistan>.
 9. A ironia desse desempenho anual de quase vencer a guerra foi mais bem apontada pelo site satírico Duffel Blog by Cat Astronaut, "'We're Making Real Progress,' Say Last 17 Commanders in Afghanistan" ("Estamos progredindo, dizem os últimos 17 comandantes no Afeganistão") acesso em 14 dez. 2020, <https://web.archive.org/web/20201103190135/https://www.duffelblog.com/2017/02/weremaking-real-progress-say-last-17-commanders-in-afghanistan/>. É uma paródia tirada de exemplos do mundo real, incluindo o artigo "Eight Signs our Afghan Efforts are Working" ("Oito Sinais de que Nossos Esforços no Afeganistão Estão Funcionando"), de Richard H. M. Outzen, publicado no *Joint Force Quarterly* 80, no. 1 (2016): p. 6-16; Gerry J. Gilmore, "Iraqi Troops Demonstrate 'Tremendous Progress,' Colonel Says", Office of the Secretary of Defense Public Affairs, 4 September 2008, acesso em 23 nov. 2020, <https://www.dvidshub.net/news/23215/iraqi-troops-demonstrate-tremendous-progress-colonel-says>; Matthew W. Markel, "Building Partner Security Forces: Sometimes War Is the Answer", *Joint Force Quarterly* 42 (2006): p. 76-79.
 10. Eli Lake, "The Kurds Have Paid Dearly for Trump's Recklessness", *Bloomberg*, 17 September 2020, acesso em 23 nov. 2020, <https://www.bloomberg.com/opinion/articles/2020-09-17/kurds-have-paid-dearly-for-trump-s-reckless-withdrawal-from-syria>; Jahara Matissek and Michael W. Fowler, "The Paradox of Security Force Assistance after the Rise and Fall of the Islamic State in Syria-Iraq", *Special Operations Journal* 6, no. 2 (2020): p. 118-38, <http://dx.doi.org/10.1080/23296151.2020.1820139>.
 11. The White House, *National Security Strategy of the United States of America* (Washington, DC: The White House, December 2017).
 12. Jakob J. Grygiel and A. Wess Mitchell, *The Unquiet Frontier: Rising Rivals, Vulnerable Allies, and the Crisis of American Power* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2017).
 13. "2d SFAB, Deployed to Iraq", *Army.mil*, 1 October 2019, acesso em 23 nov. 2020, https://www.army.mil/article/227919/2d_sfab_deployed_to_iraq.
 14. Michael Knights, *The Future of Iraq's Armed Forces* (Baghdad: Al-Bayan Center, 2016); Jahara Matissek, "The Crisis of American Military Assistance: Strategic Dithering and Fabergé Egg Armies", *Defense & Security Analysis* 34, no. 3 (2018): p. 267-90, <https://doi.org/10.1080/14751798.2018.1500757>.
 15. Kirkpatrick, David, "Graft Hobbles Iraq's Military in Fighting ISIS", *New York Times* (site), 23 November 2014, acesso em 23 nov. 2020, <http://www.nytimes.com/2014/11/24/world/middleeast/graft-hobbles-iraqs-military-in-fighting-isis.html>.
 16. Trabalho de campo e entrevistas, Kandahar, Afeganistão, janeiro a setembro de 2020.
 17. Alexandra Kerr and Michael Miklaucic, eds., *Effective, Legitimate, Secure: Insights for Defense Institution Building* (Washington, DC: Center for Complex Operations, Institute for National Strategic Studies, National Defense University, 2017).
 18. Demetrios A. Ghikas, "Taking Ownership of Mission Command", *Military Review* 93, no. 6 (2013): p. 23-30. [NT: "Adotando o Comando de Missão", *Military Review*, Edição Brasileira, Novembro-Dezembro 2013, p. 47-56, https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/Portuguese/MilitaryReview_20131231_art008POR.pdf.]
 19. Austin Long, "'Green on Blue': Insider Attacks in Afghanistan", *Survival* 55, no. 3 (2013): 167-82, <https://doi.org/10.1080/00396338.2013.802860>; Stavros Atlamazoglou, "Are US and Allied Units in Iraq in Danger of Insider Attacks?", *SOFREP* (Special Operations Forces Report), 5 January 2020, acesso em 23 nov. 2020, <https://sofrep.com/news/are-us-and-allied-units-in-iraq-in-danger-of-insider-attacks/>.
 20. Kyle Rempfer, "Army SFAB Enterprise Changes Leaders as It Begins Sending Smaller Teams Out Globally", *Army Times* (site), 5 August 2020, acesso em 23 nov. 2020, <https://www.armytimes.com/news/your-army/2020/08/05/army-sfab-enterprise-changesleaders-as-it-begins-sending-smaller-teams-out-globally/>.
 21. William Reno, "The Politics of Security Assistance in the Horn of Africa", *Defence Studies* 18, no. 4 (2018): p. 498-513, <https://doi.org/10.1080/14702436.2018.1463819>.
 22. Army Doctrine Publication 6-0, *Mission Command: Command and Control of Army Force* (Washington, DC: U.S. Government Publishing Office, 31 July 2019).
 23. Trabalho de campo do autor e entrevistas com militares dos Estados membros da OTAN, Afeganistão, Colômbia, Etiópia, Iraque, Jordânia, Ruanda, Senegal, Uganda, Ucrânia, Emirados Árabes Unidos, 2011-2020.
 24. David BaMaung et al., "The Enemy Within? The Connection between Insider Threat and Terrorism", *Studies in Conflict & Terrorism* 41, no. 2 (2018): p. 133-50, <https://doi.org/10.1080/01057610X.2016.1249776>. Quase todos os ataques internos ocorrem no Afeganistão.
 25. Jahara Matissek, "International Competition to Provide Security Force Assistance in Africa", *PRISM: Journal of Complex Operations* 9, no. 1 (2020): 102-13, acesso em 23 nov. 2020, <https://ndupress.ndu.edu/Media/News/News-Article-View/Article/2383173/international-competition-to-provide-security-force-assistance-in-africa-civil/>.



Integrantes da Companhia A, 1º Batalhão, 111º Regimento de Infantaria, 56ª Brigada de Combate *Stryker*, conduzem uma iteração noturna de tiro real de um adestramento de armas combinadas durante o Exercício *Decisive Strike* 2019 no Centro de Apoio ao Treinamento em Krivolak, na Macedônia do Norte, 11 de junho de 2019. (Foto: 2º Sgt Frances Ariele L. Tejada, Exército dos EUA)

Utilização da Dissimulação Militar em Múltiplos Domínios para Expor o Inimigo em 2035



Ten Cel Stephan Pikner, Ph.D., Exército dos EUA

O problema operacional que o Exército enfrentará no ano de 2035 será fundamentalmente diferente dos que ele enfrentou anteriormente. O antigo desafio, para o qual as atuais plataformas e doutrina do Exército dos Estados Unidos da América (EUA) ainda estão otimizadas, era um problema solucionado por meio da ruptura do segundo escalão de forças de assalto soviéticas com fogos de precisão de longo alcance, interdição aérea de asa fixa e ataques profundos por aeronaves de ataque de asa rotativa. Hoje, e mais ainda em 2035, as grandes potências rivais emergentes dos EUA representam um desafio completamente diferente. Ao ameaçar o acesso dos EUA a um teatro de operações e negar as zonas de reunião necessárias à concentração para um contra-ataque decisivo, seus adversários minaram o modo de guerra expedicionário, preferido pelo país. Essa abordagem de antiacesso/negação de área (*anti-access/area denial*, A2/AD) bloqueia a capacidade de responder eficazmente a uma agressão rápida e limitada, o que deixa aliados e parceiros vulneráveis a uma ampla gama de atividades coercitivas e subversivas.¹ Algo central ao A2/AD é uma rede bem defendida, redundante e, em grande parte, oculta de sensores e sistemas de armas que possam localizar, visar e atacar forças amigas que estejam entrando e se concentrando em um teatro de operações.² Para enfrentar esse desafio, o Exército deve adotar uma nova abordagem para localizar e fixar os componentes críticos do complexo de A2/AD de um adversário, a fim de garantir a liberdade de ação em 2035.

Para localizar os principais nós da rede de A2/AD de um adversário em 2035, será preciso inverter a lógica tradicional de reconhecimento. Embora regimentos de cavalaria possam buscar, eficazmente, informações sobre a disposição dos escalões inimigos em avanço, localizar os componentes críticos de um complexo integrado de A2/AD é uma questão

completamente diferente. Em vez de exporem forças amigas vulneráveis conforme elas buscarem, meto-
dicamente, um adversário geralmente estático e bem camuflado com fogo e manobra, as futuras forças terrestres podem induzir um oponente a desmascarar os sensores e meios de ataque de longo alcance centrais ao seu sistema de A2/AD mediante o uso da dissimulação militar em múltiplos domínios. Em particular, essa forma de estimular o complexo de busca de alvos e ataque de um adversário deve levar em consideração como serão tomadas decisões apoiadas na inteligência artificial (IA). No futuro próximo, os adversários dos EUA provavelmente utilizarão esses sistemas automatizados para combinar uma ampla gama de informações em propostas de alvos a serem submetidas à tomada de decisões humana. Ao desencadear o acionamento e emprego prematuros de meios de alto valor de um adversário em sua tentativa de localizar, fixar e atacar alvos falsos ou fantasmas estadunidenses, a dissimulação militar em múltiplos domínios pode ser central para um esforço integrado de localizar e destruir o inimigo nos campos de batalha futuros.

Este argumento de que a dissimulação militar em múltiplos domínios é central para a localização de adversários dos EUA nos campos de batalha de 2035 é organizado em três partes. Primeiro, são apresentados, de forma breve, os antecedentes doutrinários da dissimulação militar em sua forma atual. Segundo, e de forma mais detalhada, apresenta-se uma análise sobre a provável evolução dos sistemas de A2/AD adversários, com foco nos pontos fortes e potenciais fraquezas do apoio de IA à busca de alvos. Terceiro, apresenta-se uma série de recomendações que o Exército deve considerar a fim de empregar, da melhor forma, a dissimulação em múltiplos domínios para localizar o inimigo em 2035, com exércitos de campanha centrados em grandes potências como o integrador dessas atividades.

Um robô TALON controlado por um técnico de desativação de artefatos explosivos (*explosive ordnance disposal*, EOD), designado para a Unidade EOD Móvel 2, aproxima-se de um item suspeito durante o adestramento noturno sobre artefatos explosivos improvisados realizado na Base Conjunta Expedicionária Little Creek-Fort Story, Virginia Beach, na Virgínia, 17 de abril de 2019. (Foto: MCC Jeff Atherton, Marinha dos EUA)

Antecedentes doutrinários da dissimulação militar

Os antecedentes doutrinários e históricos da dissimulação militar já são bem estabelecidos. Em linhas gerais, as atividades de dissimulação militar “são planejadas e executadas para fazer com que os adversários tomem ações ou inações que sejam favoráveis aos objetivos do comandante”.³ No contexto específico de estimular um sistema de A2/AD adversário, isso envolve amplificar assinaturas de unidades de despistamento e substituir, continuamente, as assinaturas de unidades reais pelas de unidades simuladas, sobrecarregando, assim, um adversário com um número enorme de falsos positivos.⁴ Essa abordagem de gerar um grande número de falsos positivos — a impressão de existirem alvos quando, na verdade, não há nenhum — contrasta com a noção tradicional de camuflagem, que tenta criar um falso negativo, de não haver nenhum alvo, mascarando as assinaturas de forças amigas. Algo central para o êxito dos esforços de dissimulação é seu caráter de múltiplos domínios. Em uma era de sensores cada vez mais difundidos, sofisticados e variados, enganar apenas um tipo deles pouco faz contra um adversário capaz de combinar rapidamente diversas fontes de informação.

A “dissimulação em múltiplos domínios”, conforme propôs Christopher Rein, “requer uma coordenação estreita e minuciosa em todos os domínios de combate, para garantir que lapsos em um deles não anulem esforços em outras áreas”.⁵

A provável evolução dos sistemas de A2/AD adversários

Obter um entendimento correto da arquitetura de A2/AD de um oponente requer a integração de informações colhidas por uma variedade de meios. A dependência excessiva de um único método, como a interceptação de comunicações eletrônicas ou as imagens aéreas, pode resultar em lacunas intransponíveis no entendimento. Os EUA são, há muito, incomparáveis em sua consciência do campo de batalha, mas as grandes potências rivais vêm ganhando terreno rapidamente devido a dois fatos inter-relacionados. Em primeiro lugar, a maior sofisticação, fidelidade, custo acessível e variedade de sensores tornaram a coleta de informações militarmente relevantes mais fácil e econômica. Contudo, transformar essas informações em entendimento requer um segundo passo, e sua automatização iminente pode mostrar-se revolucionária.



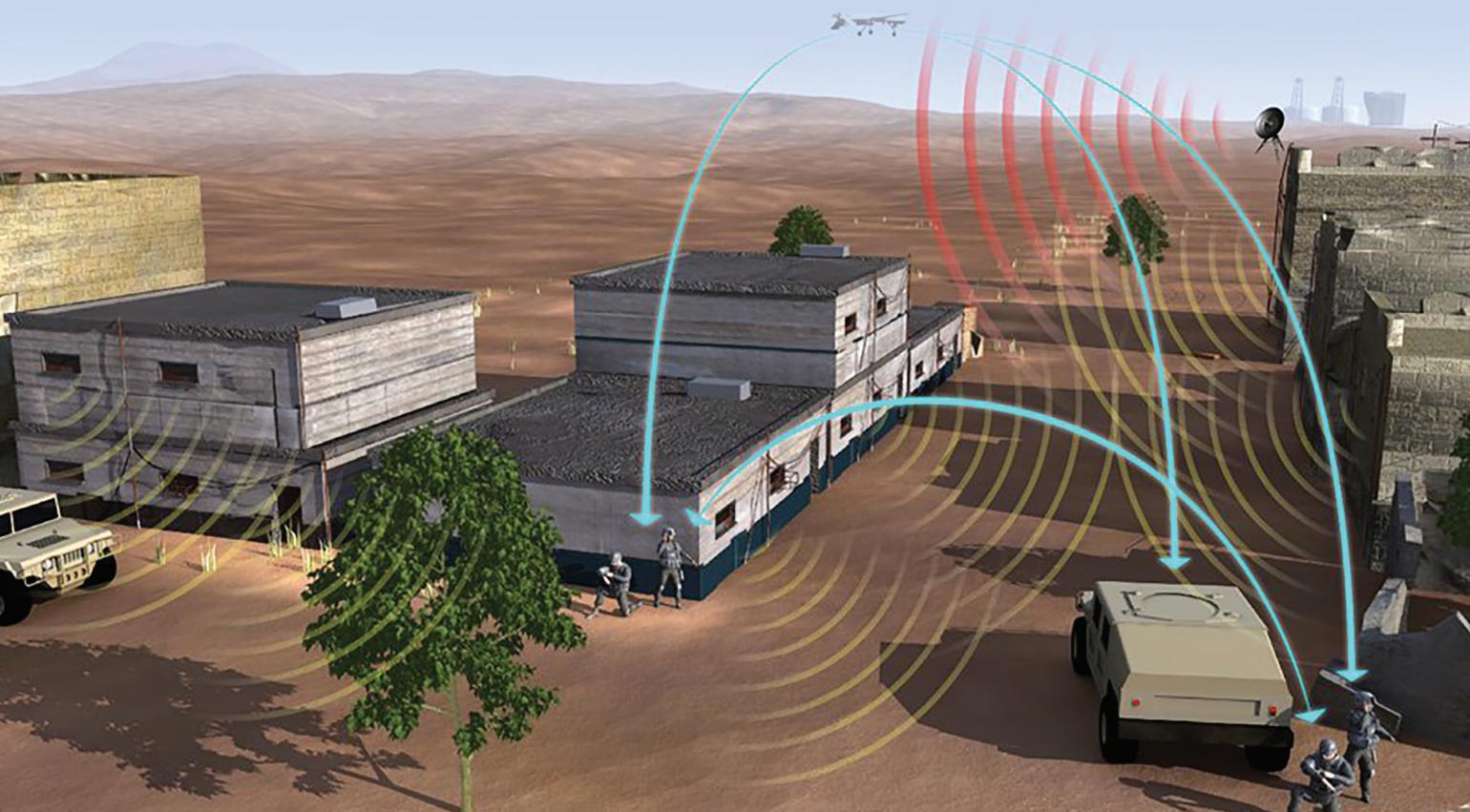
A promessa do aprendizado de máquina de combinar e converter informações brutas, de forma rápida e precisa, em propostas de alvos dificultará bastante as tarefas de ocultar — e sobreviver — no futuro campo de batalha.

Avanços difundidos em plataformas e sensores comerciais de baixo custo, como drones e câmeras de alta resolução, juntamente com informações de fontes abertas quase em tempo real, como postagens nas mídias sociais e imagens de satélite disponíveis comercialmente, transformaram tanto a escala quanto a fidedignidade das informações disponíveis e o número de atores internacionais com acesso a elas. Antes disponíveis apenas para as principais potências, esses sensores proliferaram amplamente nas últimas décadas. Essa tendência não mostra sinais de redução. À medida que os meios de detecção se tornarem mais baratos, confiáveis e capazes de colher informações de alta qualidade, a vantagem informacional com a qual os EUA contaram nas últimas décadas diminuirá ainda mais.⁶

Aumentar a diversidade e a qualidade dos meios de coleta de informações resolve metade do desafio. A segunda metade — combinar informações de várias fontes para criar um quadro detalhado de um alvo — é uma tarefa mais difícil. Atualmente, esse é um processo trabalhoso, o qual envolve equipes multifuncionais de analistas que examinam, minuciosamente, uma

enorme quantidade de dados captados por sensores com uma resolução cada vez maior. Segundo uma estimativa, seria preciso “oito milhões de pessoas só para analisar todas as imagens do mundo que serão geradas nos próximos 20 anos”.⁷ No entanto, avanços no aprendizado de máquina podem melhorar e acelerar significativamente a fusão das informações colhidas. Os classificadores baseados em aprendizado de máquina, que “tomam uma amostra de entrada e a identificam como uma de várias classes de saída”, são particularmente adequados à fusão de informações e busca de alvos.⁸ Em um contexto de apoio de IA à busca de alvos de A2/AD, a amostra de entrada consistiria nos dados colhidos por uma gama de sensores, e as classes de saída seriam uma classificação do alvo. Um algoritmo de aprendizado de máquina devidamente treinado e com acesso a uma ampla gama de dados corretos

Novas tecnologias converterão e integrarão sinais eletromagnéticos de várias fontes em dados digitais que possam ser processados a velocidades inéditas, de modo a melhorar a capacidade do combatente para perceber medidas de dissimulação inimigas, a fim de identificar e neutralizar ameaças no campo de batalha moderno. Os avanços tecnológicos também aumentarão drasticamente a capacidade de forças amigas para iludir esforços inimigos de coleta de inteligência por meio de medidas melhores de guerra eletrônica. (Ilustração: cedida por Defense Advanced Research Projects Agency)



seria, então, capaz de encontrar a proverbial “agulha no palheiro” e classificar devidamente um alvo, acelerando e melhorando, em grande medida, o processo de fusão de informações, que era, até então, algo trabalhoso.⁹

À semelhança de sua decrescente vantagem em relação a sensores, os EUA não deterão o monopólio sobre essas técnicas de fusão automatizadas. Até 2035, os adversários dos EUA provavelmente terão explorado técnicas de aprendizado de máquina para combinar informações colhidas de uma ampla gama de sensores para visar suas armas de A2/AD. Isso apresentará uma nova série de desafios para o modo como as forças amigas se ocultam. A coleta substancial de uma ampla gama de assinaturas de forças amigas pode anular seus esforços para camuflar de uma forma unidimensional. Por exemplo, minimizar emissões eletromagnéticas pode ter um efeito insignificante contra um adversário que ainda possa detectar a assinatura térmica, de empresas contratadas civis ou de mídias sociais de uma unidade. Em termos mais gerais, será quase impossível criar um falso negativo coeso contra um sistema de sensores extremamente sensíveis em múltiplos domínios — o adversário detectará algo e uma IA bem treinada será capaz de extrapolar e gerar um quadro correto do alvo a partir do que houver sido detectado.

Embora desafiadora, essa potencial revolução nas técnicas de coleta e fusão de informações de um adversário dos EUA representa uma oportunidade para que as forças amigas localizem o inimigo nos campos de batalha de 2035. Se feita de forma coesa, a nova dissimulação militar em múltiplos domínios pode distorcer os algoritmos de um adversário e explorar as tensões organizacionais e de procedimento entre propostas produzidas por aprendizado de máquina e os decisores humanos. Essa dissimulação não é um fim em si mesmo. Para esclarecer as informações duvidosas e contraditórias para decisões sobre alvos, um adversário será forçado a expor sua arquitetura de A2/AD ao usar meios cada vez mais ativos, que emitem assinaturas inequívocas. Iludir um adversário, levando-o a expor os nós cruciais de sua arquitetura de A2/AD é fundamental para localizar forças inimigas bem escondidas em 2035.

O aprendizado de máquina não é impermeável à falsificação ou dissimulação de dados. O aprendizado de máquina se apoia mais em dados prontamente quantificáveis como entradas do que os processos

existentes, nos quais seres humanos podem colocar evidências ambíguas em contexto. Sensores concentrados estritamente em detectar dados específicos e mensuráveis eletromagnéticos, acústicos, térmicos, gravitacionais, visuais, vibracionais, georreferenciados de mídias sociais ou de análise de texto assistida por computador devem ser alimentados de forma limpa em um algoritmo de aprendizado de máquina. Esse algoritmo, por sua vez, é treinado por meio da formação de correlações entre assinaturas semelhantes e características conhecidas do alvo.¹⁰ Sua exatidão depende da riqueza de seu conjunto de dados de treinamento, onde verdadeiros positivos e covariáveis válidas e associadas formam uma base para o algoritmo ser ajustado e atualizado. Em um contexto militar, os verdadeiros positivos seriam casos reais do alvo e as covariáveis associadas seriam a gama completa de assinaturas mensuráveis em todos os domínios. Atualmente, a fusão de informações de múltiplos domínios acontece por meio de células com grande necessidade de pessoal nos estados-maiores. O aprendizado de máquina oferece a oportunidade para que esse mesmo processo ocorra rapidamente, automaticamente e por meio do reconhecimento de padrões de correlações que podem passar despercebidos à cognição humana. Gerar confusão deliberadamente por meio de operações de dissimulação militar que obscureçam a aparência de um verdadeiro alvo pode minar esse processo de aprendizado, levando um sistema de A2/AD apoiado em IA a buscar as assinaturas erradas no lugar errado. Ou, conforme expressaram Edward Geist e Marjory Blumenthal, as forças amigas podem empregar “máquinas de névoa da guerra” para confundir sensores adversários e os processos associados de aprendizado de máquina.¹¹

O Ten Cel Stephan Pikner, Ph.D., do Exército dos EUA, é estrategista do Exército (Área Funcional 59), formado pelo Advanced Strategic Policy and Planning Program. Concluiu o bacharelado pela Academia Militar dos EUA, mestrado em Administração Pública pela Harvard Kennedy School of Government e doutorado pela Georgetown University. Serviu, mais recentemente, como Subchefe de Planejamento (G5) do Comando Aliado Terrestre da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em Izmir, na Turquia.

Essa maior dependência em relação a fluxos de dados quantificáveis para alimentar um algoritmo de busca de alvos baseado no aprendizado de máquina também pode gerar uma vulnerabilidade crítica dentro da organização de um adversário: ela vem à custa da experiência e intuição humana, tornando todo o sistema vulnerável à dissimulação em múltiplos domínios. O desenvolvimento intermitente e desigual da IA ao longo das últimas décadas está repleto de exemplos de máquinas aparentemente inteligentes que, quando confrontadas com desafios da vida real fora do alcance restrito de seu treinamento, ficaram completamente desorientadas.¹² Ao contrário dos sistemas programados de modo convencional, não há uma equipe de engenheiros que possam ajustar facilmente o código para apoiar melhor os decisores humanos no sistema, e sim uma caixa preta, em que as saídas são geradas por camadas ocultas de conexões ponderadas dentro de uma rede neural formada pela iteração dos dados de treinamento.¹³ Essa falta de clareza sobre como a máquina aprende pode gerar fricção em um sistema de tomada de decisão humana apoiado por IA. Antes de uma falha no mundo real, a pressuposta onisciência de um algoritmo de aprendizado de máquina pode diminuir o valor relativo do processo decisório humano. Isso cria um dilema: quando o sistema de aprendizado de máquina é mais necessário, menos se confia nele, enquanto a alternativa baseada na decisão humana se atrofiou em status e capacidade.¹⁴

Enganar o sistema de busca de alvos baseado em aprendizado de máquina de um adversário pode levá-lo a ativar sensores com forte assinatura ou a atacar alvos falsos. Em futuros conflitos terrestres, isso cria uma importante janela de oportunidade para produzir fogos de contrabateria conjuntos de forças amigas contra a “cadeia de ataque” (*kill chain*^{NT1}) de sensores, nós de comando e controle e plataformas de armas do inimigo.¹⁵ O que a dissimulação militar em múltiplos domínios traz para o futuro combate é o potencial de enganar a máquina — de confundir uma cadeia de busca de alvos de um adversário apoiada por IA — e, por meio de tal dissimulação, expor seus meios de reconhecimento e ataque.

Recomendações

Desenvolver e implementar as organizações, doutrina, treinamento e equipamentos necessários para o emprego eficaz da dissimulação militar em múltiplos domínios requer uma abordagem deliberada e coordenada.¹⁶ Esta seção descreve quatro considerações específicas para uma força capaz de utilizar a dissimulação em múltiplos domínios para localizar o inimigo em 2035. Primeiro, os componentes de um dispositivo integrado de dissimulação em múltiplos domínios devem ser flexíveis e adaptáveis, para manter um efeito contínuo contra um adversário que aprende. Segundo, a dissimulação em múltiplos domínios no amplo espectro não pode começar em uma crise, mas fundamentar-se em condições de referência, definidas durante a competição abaixo do limiar do conflito armado. Terceiro, como é extremamente provável que as operações terrestres envolvam aliados e parceiros que combaterão ao lado das forças terrestres estadunidenses, a dissimulação em múltiplos domínios será reforçada pela inclusão deles em um plano que englobe todo o teatro de operações. Por último, a dissimulação em múltiplos domínios não deve ser vista como um fim em si mesmo, mas como um meio de levar um adversário a “mostrar as cartas”. Ao provocar a cadeia de ataque de A2/AD de um inimigo, levando-o a perseguir formações fantasmas, a dissimulação em múltiplos domínios pode estimular — e, portanto, expor — componentes críticos de sua rede à destruição.

A primeira consideração no desenvolvimento da dissimulação em múltiplos domínios é a dinâmica interativa, competitiva e evolutiva da dissimulação militar. O êxito da dissimulação depende tanto das percepções e interpretações de um adversário em relação às assinaturas de forças amigas quanto das emissões geradas pelas formações. Além das dimensões técnicas da geração de aparições convincentes, há um elemento organizacional crucial baseado na cultura militar do adversário dos EUA: o que pode enganar estadunidenses pode não iludir um adversário, e métodos que podem ser eficazes contra um rival podem ser descartados por outro. Os esforços de dissimulação devem adaptar-se continuamente conforme os vieses, capacidades e doutrina do adversário evoluírem.

Segundo, uma dissimulação bem-sucedida durante a crise de um conflito deve ser desenvolvida sobre uma base estabelecida em tempo de paz. A

NT1: O conceito de “kill chain” está ligado ao de “dynamic targeting”, ou “alvejamento dinâmico” (localizar, fixar, alvejar, rastrear, engajar e avaliar). Veja JP 3-09, *Joint Fire Support*, p. xii, https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/pubs/jp3_09.pdf.

competição persistente abaixo do limiar do conflito armado deve incluir esforços deliberados para monitorar, mascarar e simular o amplo espectro de assinaturas de forças terrestres amigas. Isso tem dois objetivos: primeiro, “ver a nós mesmos” de modo abrangente; e, segundo, influenciar os conjuntos de dados de treinamento que os adversários dos EUA vêm desenvolvendo com respeito às forças amigas em tempo de paz para treinar seus sistemas de busca de alvos baseados em IA. Para alcançar esses objetivos, as operações de tropas amigas em tempo de paz devem ser monitoradas de forma detalhada por equipes encarregadas de desenvolver um perfil abrangente das assinaturas e emissões de uma unidade. Esse perfil será a referência do que pode ser detectado e explorado pelos sensores de A2/AD de um adversário. Essas equipes monitorariam forças amigas em simulações de engajamentos táticos e durante desdobramentos reais em áreas de operações. A partir desses dados, colhidos na competição em tempo de paz durante rodízios de desdobramento e exercícios, pode-se criar um quadro completo e no amplo espectro de como as formações terrestres aparecem para a gama completa de sensores de um adversário.

Essa assinatura abrangente de forças amigas catalogada em tempo de paz pode ser utilizada de duas maneiras. A primeira é mascarar a presença de forças verdadeiras, minimizando suas emissões. Ao contrário da crença geral de “treinar como se combate”, muitas das medidas que seriam utilizadas para mascarar a presença de uma unidade só devem ser tomadas em uma crise no mundo real. Praticá-las rotineiramente durante a competição em tempo de paz permitiria que um adversário aprendesse sinais alternativos da localização e disposição de uma unidade que são mais difíceis (ou impossíveis) de mascarar durante um conflito. Por exemplo, minimizar a assinatura eletromagnética de uma unidade durante um rodízio de desdobramento pode levar um adversário a procurar mais minuciosamente outras assinaturas, que não sejam tão fáceis de ocultar, como principais indicadores das forças amigas.

Além de servir de base para a melhor forma de mascarar a verdadeira localização de uma unidade amiga em crise, a assinatura abrangente de forças amigas pode ser reproduzida como uma técnica de dissimulação. Essa assinatura inclui não apenas os

equipamentos militares de uma força amiga, mas também as emissões das mídias sociais e de empresas contratadas comerciais que são produzidas pelo desdobramento de tal força. Unidades de dissimulação amigas que possam simular as características de formações de combate completas podem atuar como “potes de mel”, que desviem a atenção para longe das forças reais e levem o inimigo a expor componentes cruciais de sua cadeia de ataque de A2/AD.

Terceiro, é quase certo que o futuro combate no domínio terrestre ocorrerá em um contexto de coalizão. Para maximizar a eficácia tática da dissimulação militar em múltiplos domínios, as assinaturas de forças terrestres aliadas e parceiras devem ser medidas e reproduzidas de uma forma semelhante às de forças terrestres estadunidenses. No nível do teatro de operações, isso inclui operações de dissimulação militar envolvendo portos de desembarque, centros de forças estratégicas e outras infraestruturas críticas que capacitem a escalada de forças amigas em uma área de operações. Como essas instalações estão, com frequência, localizadas perto de centros populacionais e têm, normalmente, funções tanto civis quanto militares, deve ser dada especial consideração às preocupações de aliados e restrições sobre atividades de dissimulação militar. Linhas claras reforçando o status de proteção de certas instalações e pessoal (por exemplo, hospitais, locais religiosos, pessoal médico) devem ser elaboradas e comunicadas aos aliados dos EUA para evitar qualquer percepção de que esses esforços violariam o Direito Internacional dos Conflitos Armados.¹⁷

Por fim, o objetivo geral desse esforço de dissimulação militar em múltiplos domínios é localizar o inimigo nos campos de batalha do futuro. É ao apresentar um alvo irresistível, mas falso, ao adversário que a dissimulação militar em múltiplos domínios facilita a localização do inimigo. Estimular o sistema integrado de sensores e armas de um inimigo com a simulação da presença de alvos vantajosos, mas falsos, pode expor os meios de alto valor e com alta capacidade de sobrevivência de sua cadeia de ataque. A dissimulação eficaz pode acionar uma gama completa de sensores adversários — equipes de reconhecimento, sistemas de ataque eletrônico, satélites, veículos aéreos não tripulados, radares de vigilância terrestre e meios cibernéticos — levando à sua ativação em busca de uma quimera. As armas de A2/AD de um inimigo, como mísseis balísticos no teatro de

operações, artilharia de longo alcance e forças especiais, também seriam empregadas a partir de locais seguros e camuflados para atacar o que eles acreditariam serem concentrações reais de forças amigas. Prevendo essa ativação, os sistemas de inteligência, vigilância e reconhecimento de forças amigas, sincronizados com o plano de dissimulação militar em múltiplos domínios, poderiam antever, detectar e explorar essa atividade aberta e ativa do inimigo. Em vez de uma busca ineficaz e dispendiosa contra componentes fortalecidos e camuflados de um sistema de A2/AD, a dissimulação militar em múltiplos domínios pode enganar nossos futuros adversários e levá-los a expor-se prematuramente.

A implementação dessas recomendações requer o entendimento detalhado de uma grande potência rival, o nível adequado de autorizações e capacidades de forças amigas e o dispositivo de forças durante

NT2: Os comandos componentes do Exército dos EUA são: USARAF, USARCENT, USARNORTH, USARSOUTH, USAREUR, USARPAC, USASOC, SDDC, USASMDC e ARCYBER. Veja "Organization: Understanding the Army Structure", <https://www.army.mil/organization/>.

a competição abaixo do limiar do conflito armado para manter e modular uma campanha de dissimulação prolongada. Na estrutura atual do Exército dos EUA, essa tarefa provavelmente se encaixaria entre o corpo de exército e o comando componente^{NT2} relevante do Exército. Conforme o Exército se adapta à competição entre grandes potências, a recomendação final deste artigo é que um exército de campanha, centrado em competir contra um adversário específico, seja o responsável e integrador das operações de dissimulação militar em múltiplos domínios.¹⁸ Sem o peso das responsabilidades do comando componente do Exército no âmbito de todo o teatro de operações e diferentemente de um corpo de exército dirigido contra um adversário específico na competição em tempo de paz, um exército de campanha estaria mais bem posicionado para conceber e executar uma campanha de dissimulação militar prolongada, coesa e especialmente adaptada. Por meio dessa dissimulação, o Exército dos EUA poderá forçar seus adversários a atacar sombras cegamente, expondo os componentes cruciais de sua arquitetura de A2/AD à detecção, destruição e, por fim, derrota. ■

Referências

1. Andrew J. Duncan, "New 'Hybrid War' or Old 'Dirty Tricks'? The Gerasimov Debate and Russia's Response to the Contemporary Operating Environment", *Canadian Military Journal* 17, no. 3 (Summer 2017): p. 6-11.
2. Wilson C. Blythe Jr. et al., *Unclassified Summary of the U.S. Army Training and Doctrine Command Russian New Generation Warfare Study* (Fort Leavenworth, KS: Army University Press, 2020), acesso em 20 out. 2020, <https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/online-publications/documents/RNGW-Unclassified-Summary-Report.pdf?ver=2020-03-25-122734-383>.
3. Field Manual 3-13.4, *Army Support to Military Deception* (Washington, DC: U.S. Government Publishing Office, 2019), 1-2.
4. *Ibid.*, 1-8.
5. Christopher M. Rein, ed., "Multi-Domain Deception", in *Weaving the Tangled Web: Military Deception in Large-Scale Combat Operations* (Fort Leavenworth, KS: Army University Press: 2018), p. 2.
6. Michael C. Horowitz, *The Diffusion of Military Power: Causes and Consequences for International Politics* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2010).
7. Christian Brose, *The Kill Chain: Defending America in the Future of High-Tech Warfare* (New York: Hatchette, 2020), p. 59.
8. Patrick McDaniel, Nicolas Papernot, and Z. Berkay Celik, "Machine Learning in Adversarial Settings", *IEEE Security & Privacy* 14, no. 3 (May 2016): p. 68-72.
9. Stephan Pikner, "Training the Machines: Incorporating AI into Land Combat Systems", Landpower Essay Series (Washington, DC: Institute of Land Warfare, January 2019), acesso em 20 out. 2020, <https://www.ansa.org/sites/default/files/publications/LPE-19-1-Training-the-Machines-Incorporating-AI-into-Land-Combat-Systems.pdf>.
10. Gary Marcus, "Deep Learning, a Critical Appraisal" (artigo, New York University, 2018), acesso em 20 out. 2020, <https://arxiv.org/ftp/arxiv/papers/1801/1801.00631.pdf>.
11. Edward Geist and Marjory Blumenthal, "Military Deception: AI's Killer App?", *War on the Rocks*, 23 October 2019, acesso em 20 out. 2020, <https://warontherocks.com/2019/10/military-deception-ais-killer-app/>.
12. Marcus, "Deep Learning, a Critical Appraisal".
13. McDaniel, Papernot, and Celik, "Machine Learning in Adversarial Settings".
14. Peter Hickman, "The Future of Warfare Will Continue to Be Human", *War on the Rocks*, 12 May 2020, acesso em 20 out. 2020, <https://warontherocks.com/2020/05/the-future-of-warfare-will-continue-to-be-human/>.
15. Brose, *The Kill Chain*.
16. Eric Wesley and Jon Bates, "To Change an Army—Winning Tomorrow", *Military Review* 100, no. 3 (May-June 2020): p. 6-18. [NT: O artigo traduzido, intitulado "Para Mudar um

Exército: Vencendo Amanhã”, consta da edição brasileira do Quarto Trimestre de 2020, <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Edicao-Brasileira/Arquivos/Quarto-Trimestre-2020/Para-Mudar-um-Exercito-Vencendo-Amanha/>.]

17. “Geneva Convention (IV): Relative to the Protection of Civilian Persons, Part I”, Infoplease, 12 August 1949, acesso em 2 nov. 2020, <https://www.infoplease.com/primary-sources/government/united-nations/>

[convention-relative-protection-civilian-persons-time-war](#).

18. Amos C. Fox, “Getting Multi-Domain Operations Right: Two Critical Flaws in the U.S. Army’s Multi-Domain Operations Concept”, Land Warfare Paper 133 (Washington, DC: Association of the United States Army, June 2020), acesso em 20 out. 2020, <https://www.ausa.org/sites/default/files/publications/LWP-133-Getting-Multi-Domain-Operations-Right-Two-Critical-Flaws-in-the-US-Armys-Multi-Domain-Operations-Concept.pdf>.

O Exército na Região do Indo-Pacífico

Relevante, mas não um “cordel de tropeço”

Maj John Q. Bolton, Exército dos EUA

Dois artigos recentes da *Military Review* (edição em inglês) defendem a utilidade de forças terrestres no Indo-Pacífico, especificamente com respeito a Taiwan (Cap Walker Mills, “Deterring the Dragon”, e Brian J. Dunn, “Drive Them into the Sea”, September-October 2020). Enquanto Dunn propõe

O Maj John Q. Bolton, do Exército dos EUA, cursa a Johns Hopkins School of Advanced International Studies e estuda a política externa estadunidense. Fala mandarim e concluiu o Art of War Scholars Program, do U.S. Army Command and General Staff College, tendo, ainda, grau superior em História Militar e Engenharia Mecânica. Atuou em várias funções de comando e estado-maior, incluindo oficial de aviação encarregado do componente da Tailândia do *Pacific Pathways* 19-01, e serviu em missões em áreas de operações diversas vezes. É piloto de helicóptero AH-64D/E com quase 2 mil horas de voo, incluindo mais de 800 em combate.

um elemento valor corpo de exército a ser desdobrado em Taiwan para impedir um ataque chinês, Mills recomenda estacionar forças estadunidenses na ilha, com o objetivo de demonstrar o compromisso dos Estados Unidos da América (EUA). Embora o poder terrestre tenha, claramente, um papel a desempenhar na região, um “cordel de tropeço” taiwanês é uma sugestão imprudente que minaria a capacidade e flexibilidade militar dos EUA,

ao mesmo tempo que aumentaria tensões sem gerar nenhuma vantagem. Este artigo considera as capacidades específicas que o poder terrestre contribui para o Indo-Pacífico, ao mesmo tempo que adverte contra sobrestimar as capacidades da China ou responder de forma precipitada ao seu crescimento.

(Observação: *A título de simplificação, neste artigo, usa-se Taiwan para se referir à República da China e China ou RPC para se referir à República Popular da China.*)

A utilidade do poder terrestre no Indo-Pacífico e a necessidade de opções conjuntas

Muito já se escreveu sobre um retorno à competição entre grandes potências, mas o Exército dos EUA deve considerar que seu principal dever é fornecer aos formuladores de políticas um espectro de opções flexíveis, coerentes, econômicas e viáveis. A estratégia consiste, fundamentalmente, em ligar os meios aos fins, mas os fins podem variar em uma região, exigindo diferentes meios. Uma era de competição entre grandes potências não implica que predominará a guerra entre grandes potências. Mesmo durante os 40 anos da Guerra Fria, os planejadores dos EUA e da União Soviética conceberam forças e doutrinas para se oporem mutuamente, mas as tropas dos dois países foram empregadas, predominantemente, em conflitos de baixa intensidade, muitas vezes atuando com ou contra forças “por procuração” (*proxy*). Para que não nos tornemos os “instrumentos de nossa própria derrocada”, a força conjunta deve desenvolver



ferramentas ao longo do espectro dos conflitos durante a concepção, implementação e treinamento de forças.¹ As plataformas, unidades e planos não podem existir apenas para os conflitos de alta intensidade, enquanto esperamos que também funcionem para os de baixa intensidade; a força deve fornecer aos formuladores de políticas opções ao longo do espectro dos conflitos, que vão desde dissuadir um adversário até obrigá-lo a fazer nossa vontade (veja a Figura 1).²

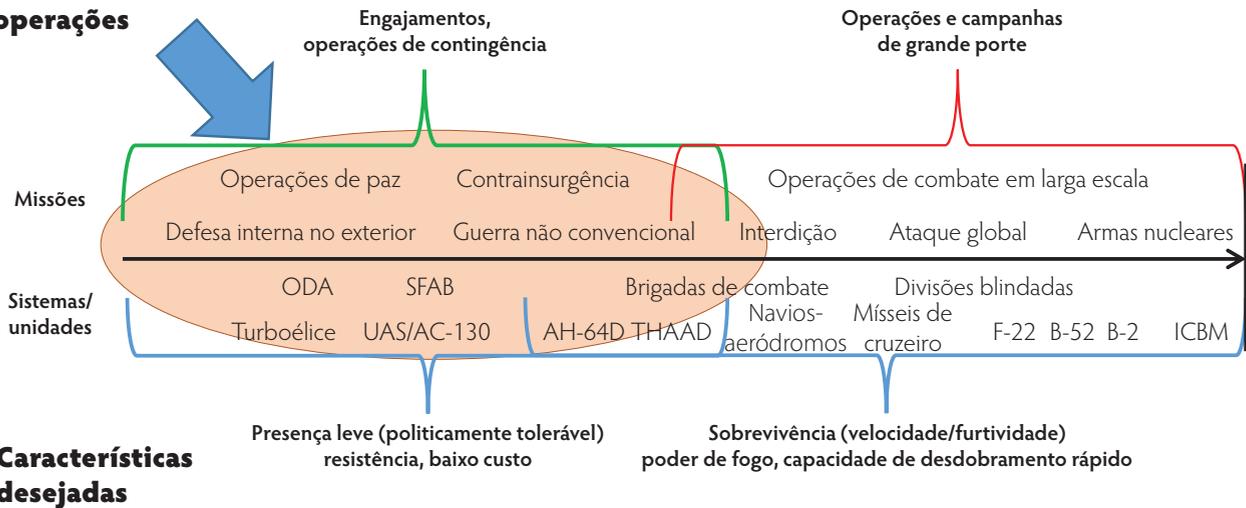
Apesar da *Estratégia de Segurança Nacional (National Security Strategy)* de 2017 exigir o aumento das capacidades dos EUA na região, um relatório de 2020 da Escola de Guerra do Exército (Army War College) declarou que a força conjunta estava “fora de posição” no Indo-Pacífico.³ A falta de um “caminho conjunto comum” e o dispositivo de meios inadequado ao ambiente “hipercompetitivo” da região significam que a força conjunta não pode responder habilmente a ameaças e condições regionais em desenvolvimento.⁴ Essas deficiências (tanto conceituais quanto estruturais) ficam claras com base no desenvolvimento de capacidades de antiacesso/negação de área pela China, apoiadas pela construção ilegal de ilhas e por sua

Militares taiwaneses participam de um exercício em 19 de janeiro de 2021, antes do ano-novo chinês, em uma base militar em Hsinchu, Taiwan. (Foto: Ann Wang, Reuters)

crescente utilização de técnicas de “zona cinzenta”, como incentivar pescadores chineses a usar rede de arrasto ilegalmente nas zonas econômicas de outros Estados. Com o primeiro método, a China inibe a liberdade de manobra estadunidense, enquanto o segundo explora as demarcações cognitivas ocidentais entre guerra e paz.

Dado o alcance marítimo e a vasta escala da região do Indo-Pacífico, os domínios naval e aéreo pareceriam predominantes. Ademais, embora plataformas aéreas e navais possam responder pela maior parte do movimento e, potencialmente, do combate, as forças terrestres conservam sua utilidade simplesmente porque as pessoas vivem em terra, ocupando o espaço aéreo ou marítimo temporariamente apenas. Além disso, as capacidades terrestres são, frequentemente, mais fáceis de ocultar, de emprego mais econômico e com uma maior capacidade de sobrevivência.⁵

Maioria das operações



ICBM—Míssil balístico intercontinental ODA—Destacamento operacional alfa SFAB—Brigada de assistência às forças de segurança THAAD—Terminal High Altitude Area Defense UAS—Sistema aéreo não tripulado

(Figura do autor; tradução de *Military Review*)

Figura 1. Unidades e sistemas militares dos EUA ao longo do espectro dos conflitos

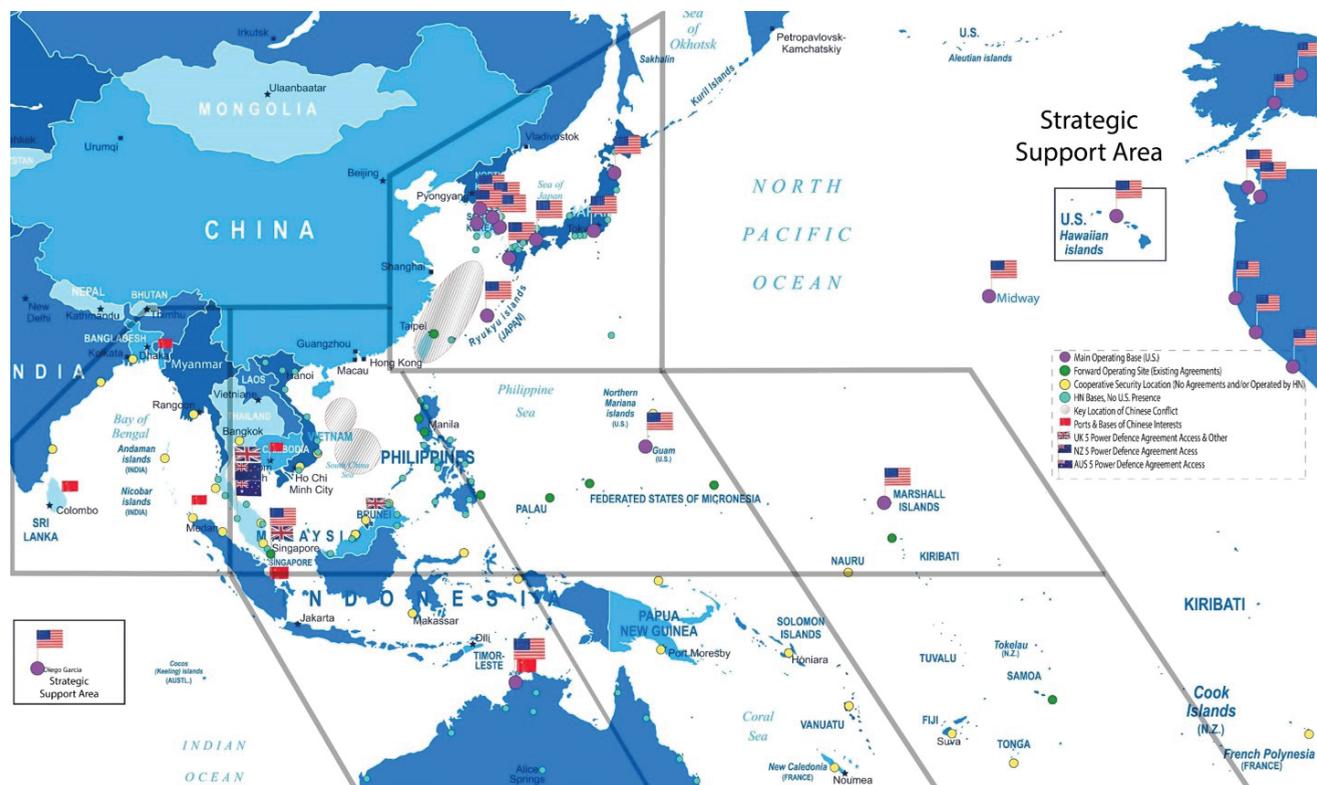
Sistemas que vão desde o de defesa antimísseis balísticos *Terminal High-Altitude Air Defense* (THAAD) até o *Short-Range Air Defense* (defesa antiaérea de curto alcance) e o *Aegis Ashore* exibem essas características.⁶

O poder terrestre tem características singulares, além de conquistar e manter terreno. Pode funcionar como uma “grade” de funções no âmbito de todo o teatro de operações, incluindo bases, operações portuárias e sustentação logística geral, permitindo o acesso e longevidade da força conjunta (veja a Figura 2).⁷ Essa grade consiste em unidades capacitadoras^{NT} e em acordos de apoio e de concentração de forças com nações anfitriãs. Assim, o Exército deve continuar a desenvolver o I Corpo de Exército (*I Corps*, sediado na Base Conjunta Lewis-McChord), como seu quartel-general operacional para o Indo-Pacífico, que, trabalhando junto ao Exército dos EUA no Pacífico e ao Comando dos EUA para o Indo-Pacífico, pode conduzir a recepção, concentração, movimento para as linhas de frente

NT: Por vezes, os capacitadores (*enablers*) podem ser entendidos como “multiplicadores do poder de combate”, por vezes, como “elementos em apoio”. Meios associados à Inteligência, Operações Psicológicas, Assuntos Cívicos, Operações Especiais, Guerra Eletrônica, Guerra Cibernética, dentre outros, são, frequentemente, citados como capacitadores, segundo uma perspectiva mais ortodoxa das operações de combate em larga escala.

e integração para forças conjuntas e multinacionais em toda a região, ao mesmo tempo que coordena fogos conjuntos para forças-tarefas de múltiplos domínios. O desenvolvimento dessas capacidades garante que os formuladores de políticas tenham opções.

O poder terrestre também tem sua utilidade característica como um meio para a cooperação regional. As brigadas de assistência às forças de segurança e as forças de operações especiais do Exército permitem a aplicação do poder terrestre aquém da guerra mediante a atuação junto a aliados e parceiros.⁸ As forças do Exército podem se identificar melhor com forças parceiras e aliadas dadas as semelhanças fundamentais entre forças terrestres, ao contrário de forças navais e aéreas, mais voltadas para plataformas. Como “sete dos dez maiores exércitos do mundo estão no teatro de operações do Pacífico, e 22 dos 27 países da região têm um oficial do exército como chefe da defesa” (muitos dos quais cursaram a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA [*U.S. Army Command and General Staff College*]), o Exército dos EUA está bem posicionado para “falar” com atores regionais por meio de seu quadro de oficiais especialistas na área de serviço exterior.⁹



(Figura extraída de *An Army Transformed: USINDOPACOM Hypercompetition and US Army Theater Design*, Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, 2020)

Figura 2. O Exército como grade

O esquema *Pacific Pathways* do Exército dos EUA significa que o poder terrestre estadunidense está “a oeste da Linha Internacional de Data durante dez meses do ano”, interagindo com várias Forças Armadas regionais, incluindo Singapura, Tailândia, Austrália e Palau.¹⁰ O esquema *Pacific Pathways* desenvolve a interoperabilidade e os relacionamentos de uma forma que não seria possível por meio de visitas a portos ou delegações da alta liderança. No entanto, a utilidade do poder terrestre não permite uma estratégia deficiente. Posicionar forças estadunidenses em Taiwan aumentaria, desnecessariamente, as tensões com a China por uma demonstração de apoio puramente simbólica, a qual parece insignificante em comparação ao apoio de verdade, como a venda anual de cerca de USD 2 bilhões em armas a Taiwan.¹¹ Tal ação escalaria, desnecessariamente, uma competição predominantemente na zona cinzenta, forçando a China a considerar ativamente a ilha de Taiwan como “perdida” e, assim, escalar, potencialmente, os planos

para atacá-la ou a outros locais. Tendo apresentado esse desafio, nós nos voltamos agora para a China e para o Exército de Libertação Popular (ELP).

Avaliação sobre o Exército de Libertação Popular

Não devemos confundir o poderio econômico da China com uma garantia de sua superioridade militar, nem presumir que ela seja dotada de uma capacidade de previsão excepcional. As evidências não justificam essas afirmações. A China demonstrou lapsos e erros estratégicos ao longo da geração passada, de antagonizar seus vizinhos no Sudeste Asiático a não conseguir estabelecer uma coalizão eficaz contra os EUA. Supor uma “clarividência” da RPC consiste em repetir os erros iniciais dos EUA durante a Guerra Fria em relação aos mísseis, aeronaves e avanços tecnológicos soviéticos, quando, na verdade, os EUA lideraram em quase todos os indicadores até os anos 70, sempre no aspecto qualitativo e, muitas vezes, no aspecto

別再說我老了！F-16V(BLK70)有多厲害～

汽車能改款升級，我也是，我不是以前的F-16囉！
「V」是VIPER(蝮蛇)的縮寫，代表先進的航電能力，我叫F-16V(BLK70)，除了「V」的能力之外，還具備短場起降、部分隱匿及視距外飛彈接戰能力，See you soon!

🚀 推力變大

🌀 AESA雷達

(具對空搜索、追蹤、武器導控、電子作戰及通訊等多重功能)

📈 機身優化

🕒 航程增加

🛡️ 攻防一體

quantitativo também.¹² Ao examinarmos a China, vemos um padrão de planos grandiosos e frequentemente desastrosos, desde o “Grande Salto Adiante” e a “Grande Campanha dos Pardais” na década de 1950 até a atual Iniciativa “Um Cinturão, Uma Rota” (que ainda não produziu os resultados prometidos pelo Presidente Xi Jinping).¹³

Capacidades estadunidenses e chinesas

Passando agora às Forças Armadas da China, um relatório de 2017 da empresa RAND Corporation e o *China Power Report* (“Relatório sobre o Poder da China”, em tradução livre), produzido anualmente pelo Departamento de Defesa, demonstram que, embora as capacidades do ELP tenham, certamente, melhorado, a China ainda tem, na melhor das hipóteses, uma paridade regional com as forças estadunidenses e taiwanesas (veja a Figura 3).¹⁴ Isso não quer dizer que as forças do ELP não sejam enormes, mas seu último grande combate foi uma invasão limitada do Vietnã em 1979 (a China perdeu), enquanto sua

Infográfico “Not Old Anymore—See You Soon” da Força Aérea taiwanesa, publicado em 2019 sobre os caças F-16 taiwaneses, que são emblemáticos do compromisso dos EUA para com Taiwan. (Foto: cedida pela Força Aérea de Taiwan)

última operação anfíbia foi na década de 1950 contra nacionalistas que fugiam da ilha de Hainan.¹⁵ Além disso, com exceção de 1979, nem um único soldado do ELP combateu em mais do que uma escaramuça na fronteira desde a Guerra da Coreia. Não devemos confundir modernização com capacidade ou experiência, nem quantidade com qualidade.

Mills observa que a China declarou o retorno de Taiwan à RPC como um “interesse central” e que uma operação no outro lado do estreito é o “objetivo estratégico nº 1” do ELP.¹⁶ Contudo, os estadunidenses muitas vezes não compreendem que o ELP é um componente do Partido Comunista da China (PCC), o que significa que predomina a ideologia e que essas declarações devem ser contextualizadas, sendo tanto propaganda quanto são doutrina.

Mesmo assim, ao considerar que as Forças Armadas da China estejam concentradas em invadir Taiwan, é preciso lembrar que as Forças Armadas taiwanesas estão *inteiramente* dedicadas à defesa da ilha. Taiwan não é uma mera ilha simbólica. Para os taiwaneses, uma invasão é, literalmente, uma questão de vida ou morte, e não de jogo de poder. As Forças Armadas taiwanesas não seriam facilmente sobrepujadas — mesmo quando comparadas com seu inimigo continental. Desconsiderar as capacidades taiwanesas (ou seu amor pela liberdade) é incorreto na melhor das hipóteses e, na pior delas, reflete atitudes paternalistas que, anteriormente, estragaram o relacionamento dos EUA com o Vietnã do Sul.¹⁷ Segundo o U.S. Naval Institute, embora as Forças Armadas de Taiwan sejam muito pequenas em relação ao ELP, suas forças da ativa são comparáveis ao Exército dos EUA, com cerca de 300 mil militares.¹⁸ Como porcentagem de 23 milhões de cidadãos, isso representa, provavelmente, a maior taxa de mobilização do mundo. Além disso, Taiwan tem uma capacidade de mobilização da reserva que lhe permite armar centenas de milhares de seus habitantes.¹⁹ As Forças Armadas de Taiwan estão bem aparelhadas, após décadas de aquisições de equipamentos estadunidenses. Assim, as forças taiwanesas constituem uma forte defesa contra uma invasão de um ELP melhorado, mas ainda em desenvolvimento.

Imaginando uma invasão de Taiwan pela China

Embora as previsões variem, nenhuma delas presume que o ELP, mesmo com uma superioridade operacional, sobrepujaria Taiwan facilmente. Para ocupar Taiwan, a China teria, primeiro, de estabelecer a superioridade aérea e marítima contra sistemas equiparados (ou melhores) antes de desdobrar forças

Conflito de Taiwan

Indicadores	1996	2003	2010	2017
1. Ataques chineses a bases aéreas	Verde escuro	Verde escuro	Amarelo	Laranja
2. Superioridade aérea EUA vs. China	Verde escuro	Verde claro	Verde claro	Amarelo
3. Penetração do espaço aéreo dos EUA	Verde claro	Amarelo	Amarelo	Amarelo
4. Ataques dos EUA a bases aéreas	Amarelo	Verde escuro	Verde claro	Verde claro
5. Guerra antissuperfície chinesa	Verde escuro	Verde claro	Amarelo	Laranja
6. Guerra antissuperfície estadunidense	Verde escuro	Verde escuro	Verde claro	Verde claro
7. Contraespacial estadunidense	Laranja	Laranja	Amarelo	Amarelo
8. Contraespacial chinesa	Verde escuro	Verde claro	Amarelo	Amarelo
9. Guerra cibernética EUA vs. China	Verde escuro	Verde escuro	Verde claro	Verde claro

Legenda para indicadores 1-9

Capacidades dos EUA	Capacidades da China
Principal vantagem	Principal desvantagem
Vantagem	Desvantagem
Paridade aproximada	Paridade aproximada
Desvantagem	Vantagem
Principal desvantagem	Principal vantagem

(Figura de *The U.S.-China Military Scorecard*, RAND Corporation, 2017; tradução de *Military Review*)

Figura 3. Conjunto de indicadores da RAND Corporation

suficientes para estabelecer uma posição segura e, em seguida, ocupar a ilha. Considerando que Taiwan conta com cerca de 120 mil militares da ativa em seu Exército

e Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), a proporção histórica de ataque-defesa de 3:1 significa que quase 300 mil militares do ELP teriam de combater em terra, chegando por meios aeroterrestres, de assalto aéreo, aerotransportados e anfíbios. É improvável que o ELP possa prestar uma força tão grande sem revelar suas intenções, aumentando ainda mais a resposta de Taiwan (e a resposta combinada dos EUA, Japão e Austrália). As estimativas geralmente concordam que o ELP precisaria de pelo menos 30 dias para começar a movimentar equipamentos e pessoal para portos de embarque e campos de aviação, dando a Taiwan tempo para mobilizar sua reserva de mais de um milhão de integrantes.²⁰ A geografia de Taiwan também favorece a defesa. Com apenas três a quatro meses de bom tempo por ano e apenas 13 praias ocidentais que permitiriam o desembarque de grandes forças anfíbias, forças do ELP que fossem deslocadas para Taiwan por via aérea logo se veriam isoladas, especialmente considerando as minas, pontes destrutíveis e outros obstáculos construídos ao longo da costa taiwanesa.²¹

Carl von Clausewitz advertiu que “a guerra é mais do que uma soma aritmética.”²² Taiwan, que tem um forte compromisso com sua independência, não seria simplesmente subjugado por tropas do ELP em terra. As forças do ELP veriam suas vantagens em blindados, poder aéreo e tecnologia avançada serem anuladas pelo ambiente urbano denso de Taiwan. Historicamente, a doutrina recomenda pelo menos 20 militares por cada mil civis para subjugar uma insurgência.²³ Aplicando esse padrão, a China teria de sustentar cerca de 460 mil militares em Taiwan durante anos após uma invasão. Os totais tanto da força atacante quanto da força de ocupação excedem o efetivo do ELP nas regiões adjacentes a Taiwan, e esta última representa cerca de 50% do total das forças terrestres da China.²⁴ A título de referência, essa força é quase três vezes o que os EUA mantiveram no Iraque no auge daquela guerra.²⁵

Conforme essa breve análise demonstra, uma invasão continua sendo improvável, apesar da retórica alarmista, porque as condições meteorológicas, os acidentes geográficos e o acaso já agravam enormes dificuldades. Parece mais provável que uma ilha de 23 milhões de taiwaneses que amam a liberdade, provida de uma marinha eficaz e caças de quarta geração fornecidos pelos EUA, possa repelir uma força que não conduz uma guerra desde uma invasão limitada em 1979 e não

venceu nenhum confronto contra um adversário com poder de combate equiparado em quase três séculos. No mínimo, os taiwaneses poderiam retardar o ELP enquanto os EUA e outras potências ocidentais mobilizassem forças e impusessem fortes sanções econômicas; é possível imaginar que até uma invasão bem-sucedida do ELP se deterioraria e converteria em uma ocupação contestada. Tal “úlceras taiwanesa” restringiria as opções da RPC no médio e longo prazo.

Por que posicionar forças em Taiwan é uma má ideia

A presença de forças estadunidenses em Taiwan criaria um risco moral inaceitável, garantindo vidas taiwanesas à custa de vidas estadunidenses e flexibilidade geoestratégica. Mills presume demais a respeito do efeito dissuasório de potenciais forças estadunidenses em Taiwan. Mills cita Thomas Schelling para apontar que “não se pode assumir um compromisso genuíno” apenas por meio de promessas, mas não dá atenção ao conselho deste último, de que as melhores estratégias limitam as opções de um adversário ao mesmo tempo que preservam as próprias opções; a presença de tropas estadunidenses em Taiwan faria o oposto.²⁶ As forças estadunidenses são uma consideração secundária para o cálculo da China, no que é, primordialmente, uma decisão política (de atacar Taiwan). Além disso, qualquer força estadunidense aquém de uma brigada blindada seria tática e operacionalmente insuficiente para afetar, de modo significativo, as decisões da RPC, mas se tornaria o foco dos EUA, prejudicando sua capacidade de apoiar Taiwan. Com efeito, a presença de forças estadunidenses na ilha prejudicaria a política dos EUA. Como no caso da guarnição isolada de Douglas MacArthur nas Filipinas em 1942, essa força não dissuadiria uma grande potência que houvesse decidido ir à guerra, mas restringiria a resposta dos EUA.

Schelling também alertou que a dissuasão depende de “comunicar nossas próprias intenções.”²⁷ Como os EUA se comprometeram a fornecer a Taiwan uma defesa confiável durante duas gerações, o envio de tropas para a ilha consiste em uma escalada (e também em uma mudança radical de política) sem nenhum benefício. A presença de tropas em Taiwan elevaria minimamente o limiar da ação chinesa, mas ataria as mãos dos formuladores de políticas e comandantes

estadunidenses. Tão perigoso quanto não entender um inimigo é comprometer-se ingenuamente com fins inalcançáveis. A presença de forças estadunidenses na ilha mostraria explicitamente que a RPC teria perdido Taiwan. Um comportamento bem estabelecido de “aversão a perdas” significa que, em vez de dissuadir, a presença de tropas na ilha *aumentaria* a probabilidade de guerra.²⁸ A dissuasão presume um adversário racional que entenda as ações estadunidenses como

do Oriente Médio ou da África por vias marítimas que os EUA e seus aliados poderiam controlar.²⁹ Além disso, o poder econômico estadunidense permite sanções específicas contra a “fusão militar-civil” da China.³⁰ Na competição com a China, os aliados e parceiros são fundamentais, representando uma importante vantagem para os EUA. Contudo, o instante em que um militar do Exército ou CFN dos EUA chegar a Taiwan, outros Estados terão de optar entre EUA e China, diminuindo as vantagens assimétricas estadunidenses ao



Militar estadunidense (à direita) trava conversa com pilotos do Exército Real da Tailândia no início de 2019, durante uma missão em apoio ao *Pacific Pathways 19-01*, na Tailândia. O programa *Pacific Pathways* tem por objetivo expandir o envolvimento do Exército dos EUA na região do Indo-Pacífico, sendo crucial para a construção de alianças que possam ajudar a impedir a agressão chinesa na região. (Foto do autor)

intenção, uma pressuposição incrível da capacidade dos EUA para comunicar sua intenção estratégica. Contudo, dado o foco ideológico da RPC em recuperar Taiwan, não se deve esperar racionalidade nessa área.

O conflito em um espectro requer a utilização de todos os elementos de poder, não apenas o militar, e, decerto, não usar tropas estadunidenses como um “cordel de tropeço”. No entanto, se as tropas não o fizerem, o que dissuadirá a China? Em palavras simples: todo o resto. Os EUA têm outros instrumentos de política e elementos do poder nacional para dissuadir e, se necessário, obrigar a China. Por exemplo, um terço do petróleo da China vem

forçar aliados e parceiros a escolher sem qualquer provocação da RPC. Quarenta anos de ambiguidade estratégica serviram bem aos EUA; colocar forças em Taiwan anularia essa flexibilidade.

Conclusão e recomendações

Uma invasão de Taiwan pela China não é um mero exercício teórico. A independência da ilha tem sido um pedra no sapato do PCC desde 1949. A independência de Taiwan representa um lembrete do “século de humilhação” da China, entre 1849 e 1949, quando as potências ocidentais, a rebelião interna e a guerra civil destruíram o Estado

chinês. O PCC e, em especial, Xi Jinping usam a história e uma retórica nacionalista quase xenófoba — “勿忘国耻” (“Nunca se esqueça da humilhação nacional”) é uma frase comum na propaganda do PCC — como meio para promover a união e justificar o tecno-autoritarismo abusivo do partido.³¹ Como exemplo dessa tendência nacionalista, em maio de 2020, a China retirou “pacífica” [em relação a “reunificação”] de sua promessa de retomar a ilha.

No entanto, o foco geral da China é manter a tranquilidade interna.³² Não devemos perceber, com base em nosso próprio narcisismo, que a China é um ator

diabólico que busca ser o sucessor dos EUA. A China está agindo como se esperaria que uma potência crescente e insegura agisse — demonstrando, de forma assistemática, seu poder (econômico e militar), para estabelecer a primazia regional, com sucesso em algumas áreas e fracasso em outras — da mesma forma que os EUA do final do século XIX.³³ Isso não significa que os EUA devam ignorar ou consentir as ações chinesas, apenas que tais ações não são nenhuma surpresa, como também não

o são suas tentativas de desafiar as ordens existentes para construir suas próprias instituições.

Na verdade, à medida que a China crescer, assegurar a tranquilidade interna (ou pelo menos obediência) passará a ser cada vez mais importante, conforme sua classe média emergente se irritar com as restrições do PCC. O uso do nacionalismo chinês por Xi Jinping pode ser visto, mais corretamente, mais como um meio de suprimir a discordância interna do que alcançar a ascendência global.

Sobrestimar a ameaça da RPC a Taiwan e à região do Indo-Pacífico em geral reflete uma falta de imaginação e um cálculo impreciso em relação aos pontos fortes dos EUA na região. É preciso lembrar que a maior parte dos avanços militares chineses são *defensivos*, projetados para *inibir* a liberdade de manobra dos EUA. Essas ferramentas chinesas requerem uma resposta deliberada por toda a força conjunta, e não apenas pôr tropas em perigo. A ideia de estacionar forças em Taiwan se enquadra na clássica armadilha estadunidense de enxergar o conflito de forma binária, com claras distinções entre guerra e paz. A lógica de Mills é simples: como não podemos deter a China em toda as partes, devemos moldar o conflito a nosso gosto, posicionando tropas em Taiwan. Contudo, fazer isso beneficia mais a China que aos EUA, porque reforça a narrativa de imperialismo sustentada pelo PCC ao mesmo tempo que limita as opções estadunidenses.

Os EUA têm uma variedade de ferramentas, que englobam desde a pressão e sanções econômicas até o emprego de forças militares capacitadas no exterior, ao passo que a China tem apenas duas: coerção financeira e ameaças militares. Em relação a aliados (a China tem a Coreia do Norte) e parceiros (ela tem poucos) e influência global, os EUA continuam fortes. Não devemos desconsiderar o poder e a atração dos ideais estadunidenses, os quais, mesmo quando ofuscados, ainda têm apelo para as pessoas em todo o mundo. Os dirigentes chineses são “assombrados pelo poder e atração” desses ideais estadunidenses para o povo chinês.³⁴ Em 1947, George Kennan previu que o sistema soviético entraria em colapso, pois “[continha] as sementes da sua própria decadência.”³⁵ Tal como acontece com a China moderna: trata-se de uma aparência de força baseada em uma coerção, manipulação e controle insustentáveis.

A *Estratégia de Segurança Nacional* de 2017 requer o emprego de elementos informacionais e econômicos do poder para enfrentar a China.³⁶ Complicando as

Military Review

DE INTERESSE



Para acessar “Deterring the Dragon: Returning U.S. Forces to Taiwan”, Capt. Walker Mills, U.S. Marine Corps, *Military Review*, September-October 2020, visite <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/English-Edition-Archives/September-October-2020/Mills-Deterring-Dragon/>.



Para acessar “Drive Them into the Sea”, Brian J. Dunn, *Military Review*, September-October 2020, visite <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/English-Edition-Archives/September-October-2020/Dunn-Drive-Into-Sea/>.

opções de política, a presença de forças estadunidenses em Taiwan tornaria o ambíguo explícito. Em vez de ajudar os EUA a recuperar a iniciativa no Indo-Pacífico, colocar um contingente isolado em uma localização vulnerável limitaria as opções estadunidenses e daria crédito às alegações chinesas de que os EUA buscam a hegemonia, tolhendo, também, a defesa de Taiwan no nível operacional. Em consequência, os EUA teriam de alinhar um significativo poder de combate para responder a praticamente qualquer ameaça a Taiwan. Tal poder seria alocado e, portanto, ficaria indisponível para outros esforços de expandir a influência dos EUA e aumentar quaisquer vantagens competitivas por toda a região. A força conjunta deve fornecer conjuntos de forças flexíveis e prontas para o rápido desdobramento, a fim de oferecer aos formuladores de políticas uma variedade de opções de resposta ao longo do espectro de escalada de conflito. Embora a lógica de posicionar tropas no exterior faça sentido, Taiwan é uma “ponte longe demais”, carecendo das instalações e das plataformas de projeção de poder necessárias para que isso seja útil.³⁷ Em vez disso, a força conjunta deve considerar posicionar uma grande unidade valor brigada em Guam, em Okinawa ou na principal ilha do Japão. Essa força teria os efeitos dissuasórios propostos por Mills, sendo, ao mesmo tempo, utilizável por todo o Indo-Pacífico.

Para o Exército, Taiwan representa um cenário em que o poder terrestre pode não ser predominante, mas é, não obstante, essencial. O Exército dos EUA no Pacífico e o I Corpo de Exército terão de introduzir forças conjuntas e multinacionais na região no caso de um conflito em Taiwan. O conceito de “grade” moderniza e regionaliza as operações de apoio no teatro de operações conduzidas pelo Exército dos EUA durante a Guerra do Golfo, bem como no Iraque e no Afeganistão. Além disso, capacidades operacionais do

Exército dos EUA, como o emprego de meios aero-terrestres a partir do território continental dos EUA ou do Alasca para o Indo-Pacífico, assalto aerotático e transporte aéreo, continuam a ser essenciais.

Entretanto, o Exército *deve* investir em suas capacidades no Indo-Pacífico. Embora as unidades tenham sido regionalmente alinhadas com um exercício específico do *Pacific Pathways*, o sistema de pessoal não utiliza a *expertise* regional de forma eficaz. Não existem considerações linguísticas ou de associação regional dentro do sistema de designação de missões, apesar de quase uma década de existência da “mudança de foco para o Indo-Pacífico”. Dada a importância da região, é preciso treinamento especializado, particularmente no conhecimento de idiomas.

O Exército dos EUA deve continuar a melhorar seus vínculos com parceiros conjuntos e regionais por todo o Indo-Pacífico. Embora o *Pacific Pathways* seja um bom começo, o Exército deve se preparar para a competição ao longo do espectro dos conflitos. O treinamento em ação decisiva ajudou a orientar esse conceito, mas a natureza do Indo-Pacífico, com diversos Estados, idiomas e interesses concorrentes, cria um local complicado para o emprego. Assim, a Força deve estabelecer uma Universidade do Pacífico sob os auspícios do Exército dos EUA no Pacífico a fim de preparar melhor seus líderes para operar na região. Ao fornecer a “grade” para fortalecer a força conjunta, bem como capacidades de poder terrestre, como o THAAD e opções de bases com capacidade de sobrevivência, o Exército dos EUA continua a ser um importante ator no Indo-Pacífico. Ele é especialmente capaz de reforçar as vantagens assimétricas que os EUA possuem face à China. ■

O autor deseja agradecer ao Maj Frank Kuzminski por suas contribuições para este artigo.

Referências

1. William Westmoreland, apud Larry Summers, *On Strategy: A Critical Analysis of the Vietnam War* (New York: Presidio Press, 2009), p. 182; John Bolton, “The High Cost of High-Priced Aircraft”, *Small Wars Journal*, 26 October 2015, acesso em 8 jan. 2021, <http://smallwarsjournal.com/jrnl/art/the-high-cost-of-high-price-aircraft>.

2. John R. Deni, “Strategic Landpower in the Indo-Asia-Pacific”, *Parameters* 43, no. 3 (Autumn 2013): p. 81; Frank Kuzminski

(Major, U.S. Army), durante conversa com o autor, 17 jan. 2021.

3. The White House, *National Security Strategy of the United States of America* (Washington, DC: The White House, December 2017), p. 28; Nathan Freier et al., “The US Is Out of Position in the Indo-Pacific Region”, *Defense One*, 19 July 2020, acesso em 8 jan. 2021, <https://www.defenseone.com/ideas/2020/07/us-out-position-indo-pacific-region/166964>.

4. Nathan Freier, John Schaus, and William Braun, "An Army Transformed: USINDOPACOM Hypercompetition and US Army Theater Design", Strategic Studies Institute Report (Carlisle, PA: Army War College Press, July 2020), p. xiii, p. 1.
5. *Ibid.*, p. 84-88.
6. Deni, "Strategic Landpower in the Indo-Asia-Pacific", p. 80.
7. Freier et. al., "The US Is Out of Position", p. 61.
8. Robert Brown, Blake Lackey, and Brian Forester, "Competing with China for a Free and Open Indo-Pacific", *Military Review* 99, no. 5 (September-October 2019): p. 38.
9. Deni, "Strategic Landpower in the Indo-Asia-Pacific", p. 82.
10. John Bolton, "Pacific Pathways: Building the Kind of Leaders the Army Needs", *Aviation Digest* 7, no. 4 (October-December 2019): p. 23-25; Brown, Lackey, and Forester, "Competing with China for a Free and Open Indo-Pacific".
11. A. Trevor Thrall and Jordan Cohen, "Time to Rethink Arms Sales to Taiwan", *Defense One*, 2 November 2020, acesso em 8 jan. 2021, <https://www.defenseone.com/ideas/2020/11/time-rethink-arms-sales-taiwan/169702>; Carlos Santamaria and Gabriella Turrisi, "The Graphic Truth: As US Arms Taiwan, China Arms Itself", *GZERO*, 15 October 2020, acesso em 8 jan. 2021, <https://www.gzeromedia.com/the-graphic-truth-as-us-arms-taiwan-china-arms-itself>.
12. David Skidmore, "China's Reputation for Long-Range Planning Is Wildly Exaggerated", *The Diplomat* (site), 22 March 2019, acesso em 8 jan. 2021, <https://thediplomat.com/2019/03/chinas-reputation-for-long-range-planning-is-wildly-exaggerated/>; Michael H. Hunt and Lyndon Baines Johnson, *Lyndon Johnson's War: America's Cold War Crusade in Vietnam 1945-1968* (New York: Hill and Wang, 1997), p. 138-44.
13. Wade Shepard, "How China Is Losing Support for Its Belt and Road Initiative", *Forbes* (site), 28 February 2020, acesso em 8 jan. 2021, <https://www.forbes.com/sites/wadeshepard/2020/02/28/how-beijing-is-losing-support-for-its-belt-and-road-initiative>.
14. Eric Heginbotham et al., "US-China Military Scorecard: Forces, Geography, and the Evolving Balance of Power, 1996-2017" (Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2015), p. 330, acesso em 8 jan. 2021, https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_reports/RR300/RR392/RAND_RR392.pdf; Office of the Secretary of Defense (OSD), *Military and Security Developments Involving the PRC 2020: Annual Report to Congress* (Washington, DC: OSD, 21 August 2020), p. 163-68, acesso em 8 jan. 2021, <https://media.defense.gov/2020/Sep/01/2002488689/-1-1/1/2020-DOD-CHINA-MILITARY-POWER-REPORT-FINAL.PDF>.
15. Kevin McCauley, "Amphibious Operations: Lessons of Past Campaigns for Today's PLA", *Defense One*, 27 February 2018, acesso em 15 jan. 2021, https://www.realcleardefense.com/articles/2018/02/27/amphibious_operations_lessons_of_past_campaigns_for_todays_pla_113123.html.
16. Walker D. Mills, "Deterring the Dragon: Returning U.S. Forces to Taiwan", *Military Review* 100, no. 5 (September-October 2020): p. 55.
17. Hunt and Johnson, *Lyndon Johnson's War*, p. 174.
18. Heginbotham et al., "US-China Military Scorecard", p. 347; Kyle Mizokami, "How Taiwan Would Defense Against a Chinese Attack", *USNI News*, 26 March 2014, acesso em 8 jan. 2021, <https://news.usni.org/2014/03/26/taiwan-defend-chinese-attack>; Tanner Greer, "Taiwan Can Win a War with China", *Foreign Policy* (site), 25 September 2018, acesso em 8 jan. 2021, <https://foreignpolicy.com/2018/09/25/taiwan-can-win-a-war-with-china>.
19. Greer, "Taiwan Can Win a War with China"; Brian J. Dunn, "Drive Them into the Sea", *Military Review* 100, no. 5 (September-October 2020): p. 70.
20. *Ibid.*; OSD, *Military and Security Developments Involving the PRC*, p. 163-168.
21. Greer, "Taiwan Can Win a War with China".
22. Carl von Clausewitz, apud Summers, *On Strategy*, p. 182.
23. United States Army & United States Marine Corps, FM 3-24/MCWP 3-33.5 *Insurgencies and Countering Insurgencies* (Washington DC: U.S. Government Printing Office, December 2006), I-13.
24. OSD, *Military and Security Developments Involving the PRC*, p. 163-68.
25. "U.S. Troop Levels in Iraq", CNN, 21 October 2011, acesso em 18 jan. 2021, <https://www.cnn.com/2011/10/21/world/meast/chart-us-troops-iraq/index.html>.
26. Mills, "Deterring the Dragon", p. 57; Thomas Schelling, *Arms and Influence* (New Haven, CT: Yale Press, 1966), p. 35, p. 77.
27. *Ibid.*
28. Jeffrey D. Berejikian and Bryan R. Early, "Loss Aversion and Foreign Policy Resolve", *Political Psychology* 34, no. 5 (2013): p. 649-71, acesso em 19 jan. 2021, <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/pops.12012>.
29. "China's Crude Imports Surpassed 10 Million Barrels per Day in 2019", U.S. Energy Information Administration, 23 March 2020, acesso em 8 jan. 2021, <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=43216>.
30. Bonnie Girard, "US Targets China's Quest for 'Military-Civil Fusion'", *The Diplomat* (site), 30 November 2020, acesso em 8 jan. 2021, <https://thediplomat.com/2020/11/us-targets-chinas-quest-for-military-civil-fusion>.
31. Zheng Wang, *Never Forget National Humiliation: Historical Memory in Chinese Politics and Foreign Relations, Contemporary Asia in the World* (New York: Columbia University Press, 2012).
32. Yew Lun Tian and Yimou Lee, "China Drops Word 'Peaceful' in Latest Push for Taiwan 'Reunification'", *Reuters*, 21 May 2020, acesso em 8 jan. 2021, <https://www.reuters.com/article/us-china-parliament-taiwan/china-drops-word-peaceful-in-latest-push-for-taiwan-reunification-idUSKBN22Y06>; Sulmaan Wasif Khan, *Haunted by Chaos: China's Grand Strategy from Mao Zedong to Xi Jinping* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2018), p. 28.
33. Ian J. Lynch, "The Façade of Chinese Foreign Policy Coherence", *The Strategy Bridge*, 29 September 2020, acesso em 8 jan. 2021, <https://thestategybridge.org/the-bridge/2020/9/29/the-facade-of-chinese-foreign-policy-coherence>; Khan, *Haunted by Chaos*, p. 245-50.
34. Walter Russell Mead, *Special Providence: American Foreign Policy and How It Changed the World* (New York: Routledge, 2009), p. 170.
35. X [George Kennan], "The Sources of Soviet Conduct", *Foreign Affairs* 65, no. 4 (1987): p. 852-68, <https://doi.org/10.2307/20043098>.
36. *National Security Strategy*, p. 28.
37. Raphael S. Cohen, "Why Overseas Military Bases Continue to Make Sense for the United States", *War on the Rocks*, 14 January 2021, acesso em 15 jan. 2021, <https://warontherocks.com/2021/01/why-overseas-military-bases-continue-to-make-sense-for-the-united-states>.

Military Review

Revista Profissional do Exército dos EUA
Edição Brasileira



ARMY UNIVERSITY PRESS

HOME

PUBLISH WITH US

SPECIAL TOPICS

BOOKS

JOURNALS

EDUCATIONAL SERVICES

ABOUT

Military Review

Revista Profissional do Exército dos EUA
Edição Brasileira

Você sabia?

É possível acessar as últimas edições da *Military Review* em inglês, português e espanhol, assim como edições anteriores, em nosso site:

<https://www.armyupress.army.mil/>

Além disso, o site oferece os seguintes recursos e informações:

- Download de seus artigos favoritos em formato PDF
- Diretrizes para autores
- Pesquisa e livros
- Estudos de caso e visitas a locais de batalhas históricas (*Staff Rides*)
- Apoio à instrução em História Militar
- Resenhas de livros
- Artigos publicados exclusivamente on-line

